



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARIA MORGANA SANTOS SANTANA

**A MOBILIDADE DO TRABALHO EM COMUNIDADE
CAMPONESA DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
(MPA) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Cidade Universitária Prof.º José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2018

MARIA MORGANA SANTOS SANTANA

**A MOBILIDADE DO TRABALHO EM COMUNIDADE
CAMPONESA DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
(MPA) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- PPGeo/UFS, como critério para obtenção do título de Mestre

**Orientadora Prof. Dr^a. Alexandrina Luz
Conceição.**

Instituição Financiadora: CAPES

Cidade Universitária Prof.^o José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santana, Maria Morgana Santos

S232m A Mobilidade do Trabalho em Comunidade Camponesa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Alto Sertão Sergipano/Maria Morgana Santos Santana; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, SE, 2018.

140 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Capital (Economia). 4. Agricultura e Estado. 5. Comunidades agrícolas – Poço Redondo (SE). 6. Mobilidade ocupacional. 7. Movimento dos Pequenos Agricultores. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

Maria Morgana Santos Santana

A MOBILIDADE DO TRABALHO EM COMUNIDADE CAMPONESA DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- PPGEO/UFS, como critério para obtenção do título de Mestre, São Cristóvão, 29 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição (PPGRO/UFS)

1º Examinador: Prof^o. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos (DG/UESB)

2º Examinador: Prof. Dr^a. Marleide Maria Santos Sérgio (DGEI/UFS)

Mestranda- Maria Morgana Santos Santana (PPGEO/UFS)

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação a todos e todas que lutaram, e lutam pelo fim das desigualdades sociais.

AGRADECIMENTOS

Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade
Raul Seixas

Com o passar do tempo fui entendendo que não se pode caminhar sozinho na produção do conhecimento científico, sobretudo quando nos propomos a analisar a sociedade em tempos de crise, com intensas contradições. Após o término dessa Dissertação posso afirmar com total segurança, que ler, refletir o mundo, e produzir conhecimento não é uma tarefa individual, mas sim produto de um coletivo, uma vez que inúmeras pessoas estiveram ao meu lado durante essa árdua e instigante caminhada epistemológica. Portanto, eis a importância de agradecer a todos e todas que estiveram comigo nesses últimos anos.

Primeiramente quero agradecer a minha professora, orientadora, e grande amiga **Alexandrina Luz Conceição** por ter ficado ao meu lado durante esses últimos anos, e por não permitir que eu desistisse dos meus sonhos. Digo isso porque sei o quanto foi difícil chegar até aqui, mas você sempre acreditou no meu potencial, e suas palavras seguidas de ações davam-me forças para seguir em frente. Agradeço de todo meu coração por tudo que fez por mim, e quero que saiba que aprendi muito ao seu lado tanto através das orientações, como também com as conversas agradáveis que tivemos sobre a vida, arte, literatura, filmes, séries, músicas. Sendo, que tudo que citei levava a uma reflexão profunda da realidade. Portanto, agradeço-lhe imensamente pelos ensinamentos, pelo zelo, atenção e cuidado que sempre teve para comigo.

Aos **camponeses e camponesas que compõem o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores**, mas em especial **Inês, Maria, Rafaela, Rosalvo e toda sua família** por ter permitido que eu passasse alguns dias na residência de vocês, e ter compartilhado suas histórias vividas, principalmente no/do cotidiano do Alto Sertão Sergipano, em particular do município de Poço Redondo, possibilitando que eu

compreendesse o processo da mobilidade do trabalho da Comunidade Garrote do Emiliano, como também, entender a luta travada pelos pequenos produtores camponeses diariamente contra o agronegócio, e poder constatar a dimensão do desafio da resistência do MPA contra a lógica imperante do capital.

Aos **meus pais, José Valer de Santana e Genivalda Rodrigues dos Santos Santana**, por todo amor, carinho e dedicação, que sempre tiveram para comigo durante a minha formação. Agradeço imensamente pelos valores, que passaram para mim enquanto estava sob a proteção e cuidado dos dois. Amor e gratidão são as palavras que refletem tudo, que sinto por vocês. Estendo meus agradecimentos, meu carinho, e minha gratidão para minha família, mas em especial para minhas tias - **Débora, Eliana, Ana Maria, Maria Eunice e Maria Aninha**.

A minha companheira de vida, e melhor amiga **Glória Grazielle de Oliveira Matos**, por ter ficado ao meu lado nos melhores e piores momentos durante essa caminhada. Agradeço imensamente pelo cuidado, zelo e sobretudo pela compreensão durante as minhas ausências e meus momentos de estresse. Obrigada por acreditar em mim e por colocar palavras doces e de incentivo para que eu superasse minhas dificuldades, e limitações. Foi e é muito bom tê-la por perto para compartilharmos bons momentos, como também para acalantar-me nos momentos de dor e angústia, com todo seu amor, carinho e companheirismo. Amo-te!

Aos **meus amigos Hericondio Santos Conceição e a Rafaela Santos Paz**, por ficarem ao meu lado nos melhores e nos piores momentos da minha vida. Agradeço profundamente pelo apoio, carinho e suporte depositado. Amo vocês!

A um novo amigo, mas que não deixa de ter um grande significado, e uma grande importância na minha vida, **Aldo Lima**. Agradeço pelos bons momentos acompanhados de café, como também, por todo apoio durante a construção dessa dissertação.

Aos amigos e companheiros de lutado **Laboratório de Estudos Agrários- LEA** e do **Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas Públicas de Reordenamento Territoriais – GPECT**. Agradeço imensamente a vocês por terem acolhido - me tão bem, pelos momentos de discussão, e debates, que ampliaram e aprofundaram minha visão de mundo sobre o Materialismo Histórico Dialético, e a

Geografia a partir das análises de textos marxistas, entre outros. Por isso meu muito obrigada a **Alexandrina, Eliany, Danilo Cavalcanti, Danilo Santana, Fabrícia, Jordana, Júnior, Lucas Lira, Maria, Marcelo, Márcio, Michelle, Shauane, Ricardo, Vanessa Paloma, estendo também meus agradecimentos a Yure, que esteve nesse último ano presente no LEA.** Aprendi muito com cada um de vocês, e quero estar com vocês!

As professoras do PPGEQ que foram de suma importância para minha formação pessoal e acadêmica, sobretudo porque apresentaram-me uma leitura de mundo diferenciada, que pude desvelar a realidade, e reabrir os olhos para fazer uma leitura de mundo buscando a essência do objeto, e analisando cuidadosamente os entraves engendrados pelo processo de alienação. Esse novo olhar de mundo devo a **Alexandrina Luz Conceição, Ana Rocha dos Santos, Christiane Senhorinha Soares Campos, Josefa de Lisboa Santos, Marleide Maria Santos Sérgio, e Vanessa Dias de Oliveira.** Vocês marcaram minha vida de uma forma significativa.

É fundamental destacar a importância das professoras e amigas **Josefa de Lisboa Santos, Marleide Maria Santos Sérgio, e Vanessa Dias de Oliveira** no meu processo de formação acadêmica, e de vida, pois vocês sempre estiveram por perto quando mais precisei, a vocês meu muito obrigada!

Ao professor **José Hinaldo Lima** por se colocar à disposição para ajudar na construção dos mapas, muitíssimo obrigada!

À banca de Qualificação de Mestrado, representada pelos professores, **Prof. Dr Jânio Roberto Diniz dos Santos, e a prof^a Dra. Marleide Maria Santos Sérgio,** por terem lido cuidadosamente a proposta da qualificação, e por apresentarem importantes contribuições para a elaboração dessa Dissertação. Meus sinceros agradecimentos!

Ao antigo psicólogo, que se tornou um amigo, **Guilherme.** Agradeço imensamente por todo apoio, carinho e amizade.

Aos meus colegas, e amigos de morada **Luan Marcell, Ricludio Silva, e Rafaela Santos** pelos bons momentos compartilhados, pelas risadas, e pelos debates.

A **Alejandro**, pela amizade, pelo carinho, pela atenção e todo cuidado, que teve para comigo, sobretudo no momento que disse que tinha passado no mestrado. Agradeço pelo apoio, pelo socorro nos momentos difíceis. Muito obrigada por ter acreditado e confiado em mim.

A psicóloga **Lidiane Rosa**, por todo apoio, pelas conversas intermináveis, por relevar meus atrasos nas consultas, por ser tão compreensiva, sobretudo pelos conselhos. Saiba, que se esta dissertação está sendo concluída, é também, porque encontrei você. Não sei quando serei liberada das consultas semanais, mas se um dia isso acontecer quero muito tê-la como amiga. Meus sinceros agradecimentos!

Meus agradecimentos ao **Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO/UFS** nas pessoas – **Pof. Dr Eloízio da Costa**, a **Prof. Dr^a Sônia Menezes**, a **France Pereira**, a **Mateus**, e a **Jobson** que sempre estiveram dispostos a ajudar-me. A todos os professores/as que contribuíram diretamente ou indiretamente para a materialização desse trabalho e à CAPES, pelo auxílio financeiro recebido, que foi fundamental para a construção e conclusão dessa Dissertação.

Meu profundo agradecimento a todos/as vocês!

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Produção Camponesa x Produção voltada para o agronegócio, 2010.	45
Figura 02 – Movimento dos Pequenos Agricultores, e a Jornada pela Soberania alimentar 2016.	49
Figura 03 – O avanço do agronegócio do Milho, no Alto Sertão Sergipano, 2016....	59
Figura 04 – Número de Assassinatos em conflitos no campo de 2002 a 2017.....	81
Figura 05 – A mídia hegemoniza o agronegócio, 2015.	88
Figura 06 – Os Retirantes de Portinari, 1944.	96
Figura 07 – Apresentação do Teatro Raízes Nordestinas, Alto Sertão Sergipano, 2017.....	121
Figura 08 – Quintal da Unidade de Produção familiar camponesa, do Garrote do Emiliano/Poço Redondo-SE, 2018.	124
Figura 09 – Greve de Fome – Contra a Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência – em prol da Democracia, 2018.	126

LISTA DE SIGLAS

AMAS - Associação dos Melicultores do Alto Sertão

BIRD - Banco Internacional para reconstrução de desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

MST- Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra

MAB- Movimento dos Atingidos pelas Barragens

MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores

PT – Partido dos Trabalhadores

PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EPÍGRAFE

Os que vêm de longe

Judas Isgorogota

Vocês não queiram mal aos que vêm de longe,
Aos que vêm sem rumo certo, como eu vim;
As tempestades é que nos atiram
Paras as praias sem fim...

Os que vêm de longe, os que vêm famintos,
Os que vêm rasgados de dar compaixão,
Os olhos parados, os pés doloridos,
Pisando saudades calcadas no chão...

Vocês nunca souberam o que é tempestade
Na vida de um homem... e nem saberão!
É a seca na mata... é o mato rasgando,
É a terra tostado, virando zarcão...

É a gente morrendo na estrada vermelha
Vendo trapos humanos lutando com o pó...
E as levas se arrastam penosas na estrada,
Enchendo as estradas de angústias e de dó...

É o gado morrendo de fome e de sede,
Morrendo e mugindo num doido clamor
E a gente morrendo de sede, e sonhando...
- A gente tem de ser sonhador ... –
Sonhando com água, que ao menos o gado
Liberte da angústia da sede e da dor (...)

RESUMO DA PESQUISA

A MOBILIDADE DO TRABALHO EM COMUNIDADE CAMPONESA DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Resumo: As transformações resultantes do ápice do capital engendraram um processo simultâneo da materialização da riqueza/pobreza no campo, o que produz concomitantemente a expropriação e a mobilidade do trabalho dos sujeitos oriundos da terra. A presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar a mobilidade do trabalho diante do processo de subordinação/resistência dos camponeses em meio à lógica do agronegócio do milho no Alto Sertão Sergipano, mais especificamente na comunidade camponesa do Garrote do Emiliano, que faz parte do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A pobreza, a expropriação e a mobilidade do trabalho são mazelas sociais que foram intensificadas no campo brasileiro após a década de 1990, sobretudo, por meio da ação do Estado funcional a reprodução do capital. A presente dissertação está ancorada no Materialismo Histórico Dialético, vez que este método permite analisar o espaço a partir das contradições. Logo, foram feitas leituras bibliográficas de autores que abordam a temática – especialmente geógrafos, sociólogos e historiadores – que possuem uma visão dialética de mundo fundamentada na totalidade das relações sociais historicamente estabelecidas. Como também foram realizados trabalhos de campo na comunidade estudada. Os resultados deste estudo revelam que o camponês é posto na qualidade de trabalhador móvel pelo capital, garantindo, desta forma, a intensificação da extração de mais-valia. Diante dessa situação, a mobilidade do trabalho se expande, conduzindo camponeses da comunidade do MPA a um movimento sazonal que os leva para os estados de São Paulo e Goiás. A outra face desse processo se expressa nos camponeses que permanecem na terra e são inseridos na lógica de acumulação do capital por outros mecanismos de subordinação do trabalho e da produção camponesa, como ocorre na comunidade Garrote do Emiliano. E por um bom tempo essas famílias usaram o crédito proveniente de políticas públicas para se sustentarem, mas, em contrapartida, comprometem sua autonomia camponesa por serem forçadas pelas regras dos contratos dos empréstimos a se adequarem ao pacote que atende aos interesses do agronegócio e do grande capital.

Palavras-chave: Estado, Capital, Campesinato, MPA, Mobilidade do Trabalho.

RESUMO DE LA PESQUISA

LA MOVILIDAD DEL TRABAJO EN COMUNIDAD CAMPESINA DEL MOVIMIENTO DE LOS PEQUEÑOS AGRICULTORES (MPA) EN EL ALTO SERTÃO SERGIPANO

Resumo: Las transformaciones resultantes del ápice del capital engendraran un proceso simultáneo de la materialización de la riqueza/pobreza en el campo, en que produce concomitantemente la expropiación y la movilidad del trabajo de los sujetos oriundos de la tierra. La presente disertación de maestrado tiene como objetivo analizar la movilidad del trabajo delante del proceso de subordinación/resistencia de los campesinos en medio a la lógica del agro negocio del maíz en el Alto Sertão Sergipano, más específicamente en la comunidad campesina del “Garrote do Emiliano” que hace parte del “Movimento dos Pequenos Agricultores” (MPA). La pobreza, la expropiación y la movilidad del trabajo son problemas sociales que fueron intensificadas en el campo brasileño después de la década de 1990, sobretudo, por medio de la acción del Estado funcional a la reproducción del capital. La presente disertación está ancorada en el Materialismo Histórico Dialéctico, una vez que este método permite analizar el espacio a partir de las contradicciones. Luego, fueron hechas lecturas bibliográficas de autores que abordan la temática – especialmente geógrafos, sociólogos e historiadores – que poseen una visión dialéctica de mundo fundamentada en la totalidad de las relaciones sociales históricamente establecidas. Como también fueron realizados trabajos de campo en la comunidad estudiada. Los resultados de este estudio revelan que el campesino es puesto en la cualidad de trabajador móvil por lo capital, garantizando de esta forma la intensificación de la extracción de más-valor. Delante de esa situación, la movilidad del trabajo se expande, conduciendo campesinos de la comunidad del MPA a un movimiento sazonal que los lleva para los estados de São Paulo y Goiás. La otra faz de ese proceso se expresa en los campesinos que permanecen en la tierra y son inseridos en la lógica de acumulación del capital por otros mecanismos de subordinación del trabajo y de la producción campesina, como ocurre en la comunidad Garrote do Emiliano. Y por mucho tiempo estas familias usaron el crédito proveniente de políticas públicas para mantenerse, pero en contrapartida comprometen su autonomía campesina por seren forzados por las reglas de los contratos de préstamos a se adecuaren al paquete que atienden a los intereses del agro negocio y del grande capital.

Palabras Chaves: Estado, Capital, Campesinado, MPA, Movilidad del Trabajo.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VI
LISTA DE FIGURAS	X
LISTA DE SIGLAS.....	XI
EPÍGRAFE	XII
RESUMO DA PESQUISA	XIII
RESUMO DE LA PESQUISA	XIV
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – OS VELHOS-NOVOS PERSONAGENS DO CAMPO BRASILEIRO	29
1.1- O Conceito de Camponês na Geografia	29
1.2- Modo de Vida Camponês	37
1.2.2 Terra de trabalho e terra de negócio	44
1.3 A História do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe ...	51
CAPÍTULO II – A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO E AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	62
2.1 – O Estado Neoliberal e a Sua Funcionalidade Para a Reprodução do Capital.	62
2.2 – A Barbárie Disfarçada de Modernidade – É o Agronegócio no Campo Brasileiro.....	73
2.3 - O Avanço da Expropriação, da Precarização do Trabalho e da Pobreza no Campo em Meio À Riqueza do Agronegócio	83
CAPÍTULO III – A MOBILIDADE DO TRABALHO E A RESISTÊNCIA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA PELO MPA.	94
3.1- O Processo de Acumulação Capitalista e a Mobilidade do Trabalho.....	94

3.2 - As Andorinhas Voam no Verão do Alto Sertão Sergipano.....	103
3.3- A Resistência dos Camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA em Sergipe.	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
APÊNDICE I.....	136

INTRODUÇÃO

Os homens não se deslocam, portanto (no sentido lato de um espaço pluridimensional) por melhores salários, mas para satisfazerem as exigências do capital. (GAUDEMAR, 1977, p. 278).

De acordo com Oliveira (2004), o campo brasileiro está marcado pelo processo de monopolização e de territorialização do capital, de maneira que a expropriação, o assalariamento e a mobilidade do trabalho se tornam mais evidentes. Ao tempo em que expropria o campesinato, tornando-o assalariado, o capital engendra relações não capitalistas no campo, alimentando a sua lógica de acumulação e ampliação do lucro. Sobretudo porque a terra é fundamental para a garantia do processo sociometabólico do capital, para a extração do mais valor, seja através da monopolização da produção, ou da territorialização do território, como também da extração da renda da terra (CONCEIÇÃO, 2007).

Nas últimas décadas, com a mundialização do capital, as Políticas Públicas implantadas no campo, na sua maioria, mascaram o reordenamento da divisão social e territorial do trabalho. As Políticas Públicas no espaço agrário consolidam o modelo do agronegócio na lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas, e, antes de constituir saída para o camponês, sua proposta de territorialização amplia e consolida o seu controle sociometabólico.

Através das políticas de crédito, tem crescido a expropriação da produção familiar e o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. A perda e a ausência da terra intensificam a mobilidade do trabalho. O trabalhador se torna móvel para o capital, na garantia da acumulação capitalista. “Os homens não se deslocam, portanto (no sentido lato de um espaço pluridimensional), por melhores salários, mas para satisfazerem as exigências do capital”. (GAUDEMAR, 1977, p. 278). Isso porque não há reprodução ampliada do capital sem a mobilidade do trabalho.

Nas últimas décadas as transformações econômicas no contexto da reestruturação produtiva repercutem nas formas de produção e organização da relação de trabalho, notadamente nas formas de sua mobilidade.

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsunção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79)

Esta realidade pode ser observada no Alto Sertão Sergipano, na Comunidade Garrote do Emiliano, habitada majoritariamente por integrantes do MPA/Movimento dos Pequenos Agricultores. Com a expansão do monocultivo do milho, que tem modificado as relações da autonomia camponesa, na lógica do lucro, o capital tem conduzido camponesas, e camponeses têm se tornado assalariados, por meio da expropriação da sua unidade de produção familiar, isto é, da terra.

No final da década de 1990, inúmeras famílias da Comunidade Garrote do Emiliano, passaram a ter acesso ao crédito agrícola, pois o discurso do Estado naquele contexto era modernizar a agricultura, mas essa modernização vinha acompanhada com a imposição do agronegócio, ou seja, um modelo de agricultura que se distancia totalmente da lógica da unidade de produção camponesa.

Em poucos anos (conforme depoimentos recolhidos na localidade), os camponeses foram submersos em altas dívidas aos bancos. Dívidas estas que não conseguem pagar, tendo em vista que o que conseguiram retirar do excedente produzido mal dava para manter a família. Diante dessa situação, a mobilidade do trabalho se expande, de modo a conduzir esses sujeitos a um movimento sazonal, que os leva para grandes cidades, principalmente para a cidade de São Paulo e Goiânia. Esse processo teve início a partir dos anos de 1990, a crise conjuntural do capital foi se ampliando nos anos seguintes, assumindo a dimensão de uma crise estrutural.

Na tentativa de superar a crise, o capital tem impulsionado um processo de reestruturação produtiva em escala mundial, procurando recuperar seu padrão de acumulação, através principalmente da financeirização da economia. Nesse contexto, novas e velhas modalidades do trabalho são intensificadas, em especial, nas áreas periféricas, para a obtenção de lucros exorbitantes.

O capital produz as condições necessárias para sua reprodução, assim, tanto a miséria quanto o desemprego engendram um exército de reserva totalmente disponível e móvel para ficar a serviço das exigências da lógica de exploração e acumulação capitalista.

Para Gaudemar (1977), a mobilidade da força de trabalho é introduzida, em primeiro lugar, como condição de exercício da sua “liberdade”, de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria. O capital, além de submeter o homem à condição de objeto, procura formas de torná-lo submisso, a partir da exploração do trabalho humano.

Na busca de alcançar melhoria de condição humana, o camponês, não tendo como permanecer na terra, torna-se uma força de trabalho livre para o capital. Quando ele não tem outra perspectiva a não ser vender sua força de trabalho para viver, ela se torna móvel para atender o capital. O trabalhador não tem outra opção a não ser deslocar-se para onde essa possibilidade for “possível”. Como andarilhos para o capital (CONCEIÇÃO, 2007), vivendo incessantemente à procura de trabalho, para sua sobrevivência e de sua família. O capital se apropria dessa força de trabalho e a submete aos seus desejos.

Partindo desse fundamento é que se compreende o porquê da intensificação da mobilidade do trabalho na Comunidade Garrote do Emiliano, situada no Alto Sertão Sergipano, uma vez que esses migrantes fazem parte da comunidade camponesa do MPA/ Movimento dos Pequenos Agricultores. O MPA atua no estado de Sergipe, sobretudo no Alto Sertão Sergipano, os municípios que o compõem são: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha.

A análise crítica e reflexiva apresentada neste trabalho se sustenta no método do materialismo histórico dialético, tendo como condição basilar o entendimento da totalidade das relações sociais de produção e de trabalho, nas diferentes escalas geográficas, com sustentação em autores que possuem uma visão dialética de mundo fundamentada na totalidade das relações sociais historicamente estabelecidas.

O método dialético tem como questão central a apreensão da realidade concreta e entendê-la como um processo histórico, com o objetivo da sua transformação. Para o materialismo histórico dialético, a realidade não é desordenada,

fragmentada, ela só pode ser analisada e compreendida a partir da totalidade concreta, enquanto síntese de múltiplas determinações. O método dialético entende que nenhum fenômeno pode ser compreendido, de modo isolado, sem conexão com os fenômenos que a cercam, pelo contrário, a realidade está condicionada a todos os fenômenos, historicamente e espacialmente a ela circunscritos, enquanto processo de luta dos seus contrários. É fundamental analisar as contradições indo à essência do real em toda sua existência, sem amortecer a luta de classe.

Esta análise focaliza nas categorias geográficas: espaço, território e lugar. Sendo, que o espaço é entendido como resultado e resultante da produção social; e o território é compreendido pela complexidade das relações de poder das estruturas e dos sujeitos que o formam como resultado dos conflitos travados no campo do político, do social e econômico. O território passa como área de conflito, e o lugar como localidade/espaço da Comunidade Garrote do Emiliano, que resiste e permanece garantindo o modo de vida camponês da coletividade e da solidariedade.

Nessa direção é que esta análise dissertativa teve como pressuposto partir de leituras críticas para poder identificar as múltiplas determinações da realidade local no contexto do processo da mundialização do capital. Isso com o objetivo de compreender como o capital produz e controla a força de trabalho, pensando na superacumulação, tendo como condição a mais valia absoluta e relativa materializada na expropriação do trabalho no campo e a consequente mobilidade do trabalho.

As leituras teóricas sobre Mobilidade do Trabalho estão sustentadas nos estudos de Karl Marx; Jean Paul Gaudemar; Alexandrina Luz Conceição e outros. Conforme esses autores, a mobilidade do trabalho é considerada uma categoria analítica que busca compreender como se estabelece a produção da força de trabalho para a ampliação do lucro capitalista, além de significar as formas intensiva e extensiva de expropriação da terra para constituir a mais valia absoluta, relativa, estagnada e latente. O objetivo principal é observar como o trabalho é mobilizado espacialmente em diferentes escalas da produção.

Para aprofundar o entendimento da mobilidade do trabalho no Sertão Sergipano, fundamentou-se a análise sobre A Questão Agrária, Políticas Públicas, A funcionalidade do Estado para o capital, através das leituras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins; Alexandrina Luz Conceição; Vanessa Paloma Rodrigues; Marleide Maria Santos Sérgio; Horácio Martins de Carvalho; Alexander V

Chayanov; entre outros. Em particular, analisou-se o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), destacando as leituras e pesquisa dissertativa de Ricardo Menezes.

A análise teve como categoria central o Espaço, entendido como resultado e resultante da produção social, tendo como foco a leitura reflexiva e crítica. Embora entendendo que o Sertão Sergipano, principalmente o município de Poço Redondo, como um território conquistado pelo MPA e o MST, ao ler a realidade das unidades de produção familiar, e em diálogos com a orientadora Alexandrina L. Conceição, foi assumida a categoria espaço como central, em razão de que o território é do capital na medida que ele age intensamente, apropriando-se da produção e do trabalho camponês.

Lefebvre (2006) chama atenção que, para analisar o espaço, é necessário fazer um exame atento dos conceitos, a exemplo do de produção do espaço, logo, ele estuda duas concepções sobre produção, uma pautada na leitura de mundo hegeliana, e outra na concepção marxiana, sendo que na primeira a produção tem uma importância determinante. O autor compreende que é por meio da ideia que se produz o mundo, enquanto que, na segunda concepção, o conceito de produção aparece de forma mais complexa.

Em Marx e Engels, o conceito de “produção” não sai da ambiguidade, que fez sua riqueza. Ele possui duas acepções, uma muito ampla, a outra restrita e precisa. Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, regionais, artísticas, filosóficas, ideológicas. A produção no sentido amplo abrange então múltiplas, formas diversas, mesmo que essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção [...] (LEFEBVRE, 2006, p. 62)

Na análise de Lefebvre (2006), o espaço (social) é um produto (social). É no espaço social que há produção material das coisas, estas engendradas pelas necessidades objetivas. Adiante é elucidado o exemplo da produção do espaço da residência camponesa com ênfase em Lefebvre (2006, p. 74):

Eis uma residência camponesa; ela contém, implica relações sociais; ela abriga uma família: tal família de tal país, de tal região, de tal terreno [província]; além do que ela se insere num sítio e numa paisagem. Bela ou pobre, é uma obra tanto quanto um produto, se bem que ela corresponde sempre a um tipo. Ela faz parte mais ou menos da natureza. É um objeto intermediário entre a obra e o produto, a natureza e o trabalho, o simbólico e o significativo. Ela engendra um espaço? Sim. Este espaço é natural ou cultural, imediato ou mediatizado (por quem? para quem?) dado ou artificial? Um e outro. Resposta ambígua a uma questão bastante clara: entre “natureza” e “cultura”, como entre a obra e o produto, existem relações complexas, mediações. Mesmo entre o tempo e “o objeto” no espaço.

Dessa maneira, pode-se dizer que o espaço social é resultado, ou produto do trabalho social, pois no momento em que transforma a natureza, a sociedade modifica-se junto. O conceito de produção está inteiramente ligado ao de realização efetiva do trabalho, assim, é fundamental na compreensão da “produção do espaço”, mas não pode prender-se a esse conceito como se fosse puramente econômico, em razão de que ele também se estabelece no campo das ideias, ideologias, conhecimento e da política.

O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de *produção* e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Então, ele engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação “produção consumo” aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos da troca), mas a modifica ampliando-a. Uma unidade se entrevê entre os níveis frequentemente separados da análise: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado). (LEFEBVRE, 2006, p 75)

Dessa forma, Lefebvre (2006) ratifica que o espaço social é um produto do modo de produção capitalista, como também é instrumento político-econômico da burguesia.

Smith (1988) elucida que a categoria espaço inúmeras vezes aparece de forma vaga, e não há uma conceituação de fato, pois é denominada por meio de uma análise reducionista que apresenta essa categoria como se fosse um campo, um vácuo, ou um receptáculo. Destarte, essas definições colocam o espaço como uma realidade

completamente separada da natureza e não apresenta a conceituação da produção do espaço como resultado lógico da produção da natureza.

Sobre essa temática, no início da década de 1960 emergiram inúmeros debates sobre o conceito de espaço geográfico, e duas concepções ganharam destaque, que é o *espaço absoluto* e o *espaço relativo*. Há distinções entre esses dois conceitos, pois eles emergiram a partir das ciências físicas e na filosofia da ciência, como é possível visualizar na citação a seguir:

Assim como em relação ao universo, também como o espaço. Essa evolução de universos conceituais também implica um desenvolvimento dialético no conceito de espaço. O conceito de espaço relativo que teoria geral da relatividade apresenta é, por um lado, uma inversão e um desenvolvimento combinado para além do espaço absoluto, por outro, um evidente progresso para além do espaço pré-newtoniano. Estas são mudanças qualitativas. O espaço pré-newtoniano era simultaneamente físico e social, o espaço pós-einsteiniano é matemático. (SMITH, 1988, p. 116-117)

Para Smith (1988), o espaço social pode ser denominado como espaço relativo, tendo em vista que é nele que emergem as relações sociais. Já o espaço absoluto, de Newton, está ancorado nos fenômenos físicos e biológicos.

Com "a produção do espaço", a prática humana e o espaço são integrados no nível do "próprio" conceito de espaço. O espaço geográfico é visto como um produto social; nesta concepção, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma "amputação" filosófica. Além disto, a relatividade do espaço não se torna uma questão filosófica, mas um produto da prática social e histórica; igualmente, a unidade do espaço geográfico é um resultado social, mais do que filosófico. Enquanto a ênfase for colocada na produção física direta do espaço, a produção do espaço também implica a produção do significado, dos conceitos e da consciência do espaço que estão inseparavelmente ligados à sua produção física. (SMITH, 1988, p. 123)

Nesse sentido, de acordo com Smith (1988), o espaço não é um acidente da matéria, uma vez que é possível falar que ele é um resultado direto da produção material, e a partir do momento em que a sociedade se liberta do espaço, cada vez mais ele pode ser transformado em uma mercadoria, pois é o projeto social do modo de produção capitalista.

Para o modo de produção capitalista se sustentar e permanecer bem-sucedido, o capital precisa cada vez mais integralizar o espaço por meio da extração do valor do mais-valor, isso alicerçada na mediação direta entre Estado, Capital e Trabalho. Dessa maneira, o processo de acumulação pela acumulação estará garantido e se intensificará progressivamente o trabalho assalariado, mesmo com algumas exceções de relações não capitalistas que conseguem se sustentar em meio a essa lógica tão perversa.

Expresso na forma de território, o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A ideia de que as coisas acontecem "no espaço" não é somente um hábito do pensamento mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos "no" espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando. (SMITH, 1988, p.132)

Nesse sentido, pode-se dizer que o espaço é produto do desenvolvimento desigual oriundo do modo de produção capitalista. O espaço permeia inúmeros conflitos de classe, é onde existe a reprodução social, como também da materialização das contradições.

Neste entendimento, estabeleceram-se os seguintes objetivos desta Dissertação:

1. OBJETIVO GERAL

Analisar a mobilidade do trabalho em comunidade camponesa do MPA no Alto Sertão Sergipano.

1.1 Objetivos Específicos

- 1- Resgatar a história do campesinato brasileiro, sobretudo do MPA
- 2- Identificar a presença da mobilidade do trabalho na comunidade do MPA
- 3- Situar os porquês da Mobilidade do Trabalho
- 4- Verificar o perfil dos migrantes do Alto Sertão Sergipano

- 5- Refletir sobre as relações de trabalho na comunidade estudada
- 6- Identificar a funcionalidade do Estado na extração do mais valor em meio ao ir e vir do capital.
- 7- Verificar os tipos de políticas públicas que são voltadas para o campesinato

Desenvolveu-se esta pesquisa com a seguinte percurso metodológico.

- a) **Atividades de orientação** - Reuniões periódicas individuais e coletivas (colóquios) com a orientadora Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição, para suporte, acúmulo de leituras e aprofundamento dos estudos e da pesquisa empírica.
- b) **Revisão bibliográfica, interlocução, observação, pesquisa em arquivos e bibliotecas, leituras e resenhas** - leituras reflexivas e conceituais. Estas leituras possibilitaram uma intensa revisão literária por meio de pesquisas em bibliotecas e arquivos institucionais; levantamentos bibliográficos em livros, jornais, revistas, periódicos, artigos, monografias, dissertações, teses, etc., além de levantamento de dados via internet. Periodicamente foram realizadas interlocuções no Grupo de Pesquisa *Estado, Capital, Trabalho*, visando ao aprofundamento teórico e a troca de experiências, dos resultados das pesquisas empíricas, particularmente as desenvolvidas no Alto Sertão Sergipano.
- c) **Pesquisa Empírica** – Foram realizadas três visitas locais, com entrevistas individuais e coletivas e conversas informais. Foi muito importante conviver durante uma semana (sete dias) na Comunidade Garrote do Emiliano. Durante este período, foi possível participar diretamente e diariamente do cotidiano do modo de vida camponês. Observar, trocar experiência, executar tarefas do cotidiano da comunidade foi maravilhoso para aprofundar relações de coletividade, de respeito e poder entender suas relações e as contradições identificadas no modo de ser camponês e a ideologia do consumo do mercado. Ouvir seus depoimentos sobre a luta que desenvolvem contra os ditames do

capital, as dificuldades de conviver no período da seca, o amor ao sertão, sertão quase como se fosse uma pessoa da família, onde aprendem a amá-lo e justificar a vida dura como forma de entender a natureza na sua beleza. Entender o modo de ser camponês, de como se reconhecem camponeses, como se identificam como sujeitos camponeses coletivos, da ética ambiental, do respeito à natureza, mas que também aprenderam que, para continuar sendo camponês, é preciso ir à luta. A luta é política, econômica, de classe e, nela, há poesia.

As entrevistas com a militância do MPA foram emocionantes, ao ouvir seus relatos, a história de vida e luta de cada militante, veio a certeza de que a esperança ainda é forte na luta contra a perversidade do capital.

Os resultados obtidos formam a presente Dissertação de Mestrado que se encontra estruturada em três Capítulos, além dessa Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, denominado - **Os velhos-novos personagens do campo brasileiro**, busca-se ter a leitura do conceito de camponês na Geografia, diante das inúmeras transformações político-econômicas pelas quais o Brasil passou de meados do século XX ao início do século XXI. No segundo momento do primeiro capítulo foi feita uma análise do modo de vida camponês e sua relação direta com a terra, focando algumas reflexões dos teóricos que analisam o campo e sua subordinação ao modo de produção capitalista. No terceiro momento, relata-se a História do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe.

O segundo Capítulo é intitulado -**A expansão do capitalismo no campo e as novas formas de acumulação do capital**. Primeiramente, busca-se analisar a funcionalidade do Estado neoliberal diante das novas formas de acumulação, que se materializam no espaço, retroalimentando o sistema sociometabólico do capital. No segundo momento, são analisadas as contradições materializadas no campo, após a inserção e avanço do agronegócio enquanto modelo hegemônico de agricultura no Brasil. No terceiro momento, busca-se analisar o avanço acentuado da expropriação camponesa, da precarização do trabalho e da pobreza no campo em meio à riqueza do agronegócio.

O terceiro e último Capítulo, **A mobilidade do trabalho frente ao processo de acumulação do capital**, enfatiza o entendimento da mobilidade do trabalho inscrita no processo de acumulação capitalista, como também procura investigar as causas dessa mobilidade e desmitificar a naturalização da saída desenfreada de homens e mulheres do campo, principalmente de jovens. No segundo momento deste capítulo, é analisada a mobilidade do trabalho na Comunidade estudada/pesquisada – Garrote do Emiliano. No terceiro e último momento, são evidenciadas a luta e a resistência do Movimento dos Pequenos Agricultores em Sergipe.

CAPÍTULO I

OS VELHOS-NOVOS PERSONAGENS DO CAMPO BRASILEIRO

**“Sozinhos Somos Fracos
Isolados Nos Destoem
Unidos Somos Fortes
Juntos Viramos Gigantes
Somos a Gente de Calos nas Mãos
Somos os Pequenos Agricultores”
(Frei Sérgio Antônio Gorgen,1998)**

CAPÍTULO I – Os velhos-novos personagens do campo brasileiro

No primeiro momento desta análise existe a busca pela compreensão do conceito de camponês na Geografia, diante das inúmeras transformações político-econômicas pelas quais o Brasil passou de meados do século XX ao início do século XXI.

1.1- O conceito de camponês na Geografia

Segundo Conceição (1991), a partir da década de 1930, a Geografia no Brasil ganhou destaque, sobretudo pela influência dos geógrafos franceses, sendo que estes se diferenciavam em suas análises históricas, contudo, permaneceram com obras altamente descritivas. Alguns estudiosos justificavam que toda descrição era consequência da ausência de informações sobre a paisagem brasileira, entre as décadas de 1930 e 1940.

A autora também evidencia, a partir da leitura da obra “Geografia Humana do Brasil”, de Pierre Deffontaines, publicada no ano de 1939, o conceito de camponês, associando-o à paisagem, pois sua definição está relacionada a uma paisagem cultural.

Conceição (1991) nega esse conceito de camponês ao explicar que essa definição não se prende a uma descrição paisagística, mas sim a uma atividade agrícola, que se diferencia pela localização. Como se pode observar, há distinção quanto à identificação dos sujeitos. No Sertão, esses sujeitos aparecem como caboclos; no Sul, como colonos; no Nordeste, como lavradores, sendo estes generalizados pelas outras regiões brasileiras.

De acordo com Martins (1986), as palavras camponês e campesinato são mais recentes no vocabulário brasileiro, tendo tal conceito algumas distinções que variam de acordo com cada estado.

Destaca ainda que:

Famoso tornou-se o caipira, a palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado caiçara. No Nordeste do país chamam-no de tabaréu. Noutras partes é conhecido como caboclo, palavra muito diferenciada que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo no século XVIII era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos, no Nordeste e Centro-Oeste do país a palavra era empregada para distinguir o pagão do Cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco, em várias regiões é a palavra que designa o homem do campo, o trabalhador. (MARTINS, 1986, p. 21-22).

Dessa forma, vê-se que o conceito de camponês recebe algumas modificações que variam de lugar para lugar, sobretudo, o que representa a definição do ser camponês.

O conceito de camponês aparece dentro das ciências sociais no Brasil em meados da década de 1950, através de um grande movimento social denominado as “Ligas Camponesas”, que lutou diretamente contra os grandes latifundiários os quais implantavam uma extrema desigualdade social, principalmente no Nordeste, onde esse movimento surgiu.

Vários autores debruçaram seus estudos na compreensão da Questão Agrária brasileira. Na maioria das vezes o conceito de camponês não era evidenciado até a década de 1960. Na década de 1970, com a expansão capitalista no campo, com a chamada modernização dolorosa, a entrada do pacote tecnológico refletiu diretamente no crescimento agrícola mundial.

Assistiu-se o que indicava como formação do complexo “agroindustrial” marcado pelo índice de produtividade. A agricultura passa a depender cada vez mais da indústria de insumos básicos. O aumento da produtividade significará aumento dos custos e sua consequente dependência aos setores monopolistas. (CONCEIÇÃO, 1991, p. 74).

O processo de entrada do capital no campo trouxe consigo alterações nas relações de produção e de uma nova divisão social e territorial do trabalho, com isso ampliou consideravelmente a necessidade do aumento na produtividade. Em meio ao avanço da agroindústria, o país passou a ter um aumento abrupto no mercado de

exportações, que de forma simultânea ampliou assombrosamente a miséria no campo, a expropriação e a mobilidade do trabalho. A partir da materialização dessas desigualdades sociais no espaço agrário brasileiro emergem novas interpretações sobre a questão agrária no Brasil.

Até a década de 1970, a maioria das análises dos intelectuais da época permanecia sem o entendimento da luta de classes, sem um estudo mais aprofundado das contradições impostas pelo modo de produção capitalista, sobretudo diante dos conflitos engendrados pela lógica desigual e combinada do capital. Nesse contexto, observa-se o conceito de camponês como o sujeito que está diretamente ligado a terra, como um agricultor, denominação que passou a ter destaque nos estudos geográficos.

De acordo com Conceição (1991), no final da década de 1970, a proposta de modernização acasalou o modelo neopositivista de organização de sociedade e com ele emergiu o discurso pautado na neutralidade científica, assim, mais uma vez, a Geografia perde a possibilidade da análise pautada no estudo das classes sociais.

Face ao processo da modernização da agricultura, houve alterações nas análises geográficas. A partir desse momento alguns intelectuais brasileiros passaram a afirmar que haveria o desaparecimento do campesinato, pois estes não dispunham de recursos necessários para investir nas novas técnicas voltadas para o campo. Todavia, o campesinato, ao longo da história, mostrou sua resistência, sua necessidade de lutar para permanecer na terra, e assim continuar garantindo a reprodução da sua família. Tal contraposição provocou grandes debates no campo das Ciências Sociais, trazendo uma grande gama de concepções de camponês diferenciadas, sobre as quais serão ressaltadas algumas considerações dos seus estudiosos.

Andrade (2000) analisa que o termo camponês aparece tanto na Europa como no Oriente para indicar grandes comunidades que viviam no campo dedicando-se às atividades agrícolas, e tinham como objetivo o auto abastecimento. O autor ratifica que esse conceito não era evidenciado no Brasil para se referir aos trabalhadores do campo até meados do século XX.

Marques (2008) retrata que a origem da palavra camponês vem da realidade da idade média europeia, e que o campesinato brasileiro tem suas especificidades, sobretudo porque emerge de uma sociedade ancorada no latifúndio escravocrata.

Dessa forma, é possível dizer que o campesinato brasileiro nasce no seio de uma sociedade periférica, criada para atender a lógica do capital, que desde o princípio implantou a condição do camponês itinerante ou desenraizado, distinguindo-se totalmente das condições materiais e objetivas que tinham os camponeses da Europa, sobretudo com relação à propriedade da terra.

Para Andrey Marin (2008), o conceito de camponês está diretamente imbricado com o trabalho com a terra. A unidade de produção camponesa possui em sua essência características particulares, como: 1ª - autonomia e controle dos meios de produção; 2ª - relações de trabalho alicerçadas no trabalho familiar; 3ª e última - o consumo é determinado pelas necessidades.

Moura (1986) definiu o termo camponês como aquele que produz na terra, que planta e colhe alimento, que vai para a mesa de todos, seja do príncipe ao tecelão. Para a autora, o camponês é aquele que conhece os mistérios da natureza. É um observador dos astros, e sabe onde sopra o vento, sabe identificar a primeira chuva, observa que os insetos podem destruir sua plantação, sabe o tempo que precisa para executar cada tarefa, e seu conhecimento do tempo-espaço existia antes mesmo do que poderia ser chamado de ciência.

A concepção de Conceição (1991) esclarece que a palavra camponês tem um sentido político, que faz pensar ideologicamente tanto em divisão quanto em luta de classe. Esse conceito historicamente passou a ser conhecido na ciência geográfica na década de 1970. Nos últimos anos, todavia, a palavra tem sido usada com maior intensidade por meio da luta dos posseiros, tendo sido identificado que esse conceito foi mais usado por trabalhadores que tinham relações diretas com partidos políticos de esquerda e a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

José de Souza Martins (1986) identifica o camponês enquanto um sujeito político. O autor evidencia dois conceitos no estudo das Ciências Sociais. O primeiro é o conceito de camponês que aqui se busca compreender, e o segundo está diretamente relacionado à ideia de latifúndio, conforme citação do autor.

Essas novas palavras – camponês e latifúndio – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade à luta dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1986, p.22-23).

Conceição (1991) enfatiza a obra de José de Souza Martins, por ele conseguir fazer uma análise crítica no tocante às contradições impostas pela lógica do modo de produção capitalista. Considera a autora que, enquanto a maioria dos autores permanecia com o discurso do fim do campesinato pela entrada da modernização do capital no campo, José de Souza Martins desconstrói essa ideia ao explicar que o modo de produção capitalista se ancora, também, na exploração de relações não capitalistas. Dessa maneira, o campesinato permaneceria existindo e resistindo enquanto classe social.

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cerceará o entendimento da sua ação política. Mas, essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso é necessário entender a história dessa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem sido dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro-como um excluído, um inferior, um ausente que realmente é, ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio de outro lado. (MARTINS, 1986, p. 25).

Destarte, pode-se afirmar que o conceito de camponês deve ser apreendido na complexidade do mesmo enquanto sujeito histórico. Ao pronunciá-lo, remetem-se às

inúmeras lutas atreladas à questão agrária brasileira. Assim, diz-se que o campesinato é uma classe social que resiste às intempéries e contradições impostas pelo modo de produção capitalista. No entanto, são colocados como sujeitos supérfluos diante da lógica vigente.

Segundo Shanin (1980), os camponeses recebem várias denominações, essas designações estão relacionadas com seu modo de vida. Para este autor (ibid, p. 76):

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do populus, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais.

Conforme dito por Conceição (1991, p.119),

ao propormos entender as representações que os trabalhadores do campo fazem sobre si, podemos desvendar como o ideológico interfere em suas existências, e como a representação social está relacionada com as condições de vida e grau de consciência dos Homens.

O conceito de camponês, na leitura de Moura (1986), tem um peso que transcende a materialidade econômica das trocas de mercadorias, pois sua organização social está ancorada no trabalho familiar, costumes, tradições religiosas, como também o comprometimento político, são esses elementos que dão unidade à produção camponesa.

É possível definir o campesinato como uma classe social, que tem um modo de vida com características específicas, mesmo diante das inúmeras contradições impostas pela lógica do capital. Como Menezes (2012) explica logo abaixo,

O camponês, no entendimento do MPA, é o sujeito que mesmo inserido no sistema de mercadorias não se define como capitalista escapando as simples definições, pois apresenta um modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo, a partir das suas relações formas distintas de produção que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresenta características que lhes são próprias (p.145).

Salienta-se que a importância desse conceito remete a um passado marcado por lutas no campo de inúmeros movimentos sociais, como as ligas camponesas, os Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros que lutaram e lutam por um modelo de sociedade mais humana).

Paulino (2006) afirma que a utopia camponesa está alicerçada na busca pela autonomia, para dispor o seu tempo, onde o espaço e o saber estejam de acordo com seus sonhos e projetos construídos por meio de suas tradições.

Com a entrada das políticas neoliberais no campo brasileiro a partir da década de 1990, para viabilizar a financeirização da economia, o camponês passa a ganhar o conceito de agricultor familiar, que descaracteriza o sentido político que o mesmo carrega. Uma das principais obras em que aparece esse novo termo é o livro de Ricardo Abramovay, intitulado “O Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão”, lançado no ano de 1992.

O livro de Abramovay descaracteriza o conceito de camponês como modo de vida para elucidar o paradigma do Capitalismo Agrário, paradigma pautado no conceito de agricultor familiar como uma profissão, que está totalmente integrada às novas tecnologias. Como também um novo sujeito voltado para atender aos interesses do mercado, de modo que a unidade de produção camponesa através do desenvolvimento do campo se transforma em uma empresa.

Em contraposição a Ricardo Abramovay, Fernandes (2004 p. 15) afirma que:

O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de *metamorfose* do campesinato.

Para Fernandes, esta diferença depende da leitura do método utilizado:

No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato. No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato. (2004, p. 15)

Para os defensores de um Novo Mundo Rural, os camponeses são sujeitos arcaicos, que não se adéquam à lógica do mercado, pois resistem aos pacotes tecnológicos impostos pela lógica do agronegócio. O desenvolvimento do agronegócio é dependente de grandes extensões de terra. Com objetivo de expandir-se cada vez mais por maiores lucros, articulam a manutenção do latifúndio avançando nos territórios Quilombolas, das Comunidades Indígenas, da Floresta Amazônica, do Bioma do Cerrado e nas áreas de proteção e unidades de conservação. Na lógica capitalista de extração de mais valor, objetiva, no Congresso Nacional bancada ruralista, a total restrição à Reforma Agrária, negando, nessa lógica, a existência do campesinato.

Marques (2008) evidencia que o conceito de camponês permite o entendimento da complexidade do sujeito histórico que esse termo designa, diferentemente do que ocorre nos conceitos de agricultura familiar, já que o conceito de camponês remete-se a uma história significativa no interior das ciências sociais, que elucida tanto lutas políticas como teóricas, com relação à interpretação da questão agrária brasileira diante dos posicionamentos tomados pelo desenvolvimento capitalista no campo. “A história do Brasil é a história das classes dominantes, é uma história dos senhores e generais, não é uma história dos trabalhadores e rebeldes”, como diz Martins (1986, p. 26).

Na análise de Suzane Tosta Souza (2008), é a partir do confronto entre as classes no território

[...] que se pode entender as tentativas de implementação dos projetos de capital no campo, as relações capitalistas de produção e suas expressões atuais, com base na exacerbação da precarização do trabalho e mesmo do não acesso ao mercado de trabalho versus a luta daqueles que buscam a partir da terra, a possibilidade de se apropriar do produto do trabalho, ainda que subordinados a lógica do capital, mas sobretudo no que se diferencia deste. (p. 682).

Para maior aprofundamento e o desvendar dessa questão, refletir-se-á a partir de agora sobre a importância do modo de vida camponês e sua relação com a terra como condição basilar para a reprodução familiar camponesa.

1.2- Modo de Vida Camponês

Para melhor compreensão do modo de vida camponês e sua relação direta com a terra, a análise focará algumas reflexões dos teóricos que analisam o campo e sua subordinação ao modo de produção capitalista.

Kautsky (1980) contextualiza o modo de vida das famílias camponesas da Europa durante o período marcado pela Idade Média e evidencia o quanto as mesmas possuíam uma sociedade econômica bastante forte, pois não se encarregavam somente de produzir gêneros alimentícios, como também, construíam suas casas, seus móveis, utensílios domésticos, fabricavam suas ferramentas, preparavam tanto o linho quanto a lã para confecção das roupas, entre outras coisas. E quando iam ao mercado era somente para vender o excedente da produção.

Dessa maneira, é possível observar, através desse autor, que em outro momento histórico as famílias camponesas tinham um domínio bem maior das relações de produção. Kautsky (1980) chega a afirmar que era uma sociedade quase indestrutível, pois tudo que era necessário para manter a reprodução da família vinha diretamente da natureza e do trabalho proveniente da família. E se algum imprevisto climático ocorresse, o que poderia acontecer era somente ter uma péssima colheita,

mas se o gado e os membros que compunham a família estavam bem, tudo seria produzido novamente.

Contudo, as condições materiais e objetivas do campesinato brasileiro foram bem diferentes do campesinato europeu, sobretudo porque os camponeses no Brasil já nasceram frente ao âmago das contradições oriundas do modo de produção capitalista, Andrade (2000) elucida que a formação do campesinato brasileiro não pode ser entendida como o feudal europeu, mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleceram em terras não juridicamente apropriadas. Na maioria das vezes se constituíam em terras distantes onde cultivavam seus alimentos, como algodão, milho, feijão, fava, mandioca, como também criavam alguns animais.

Destarte, pode-se afirmar que a terra é *lócus* da reprodução da vida, é símbolo de morada, é a base fundamental da produção de alimentos no mundo como um todo. Mas também é um bem comum negado para muitos, que foram, são ou já nasceram expropriados, como no caso de inúmeros camponeses no Brasil. Isso porque a maior parte das terras desse país está concentrada nas mãos de um grupo seletivo que detém o poder político-econômico, e domina tanto o campo quanto as cidades, engendrando um dos maiores níveis de desigualdade do mundo.

Mesmo diante das dificuldades impostas por essa lógica tão perversa, o campesinato resiste e luta constantemente, seja pela busca por terra para plantar e colher ou para nela permanecer. Já que para o campesinato, a terra é um dos mais importantes meios de produção, é através da manutenção dela que se alicerça a unidade de produção camponesa, assim como é um bem fundamental que garante o sustento da família. Como explica Conceição (1991) a seguir:

A terra é garantia, é a certeza, é a vontade, o sonho de mudar, a negação da exploração da submissão. Em toda a sua vontade há uma recusa constante de ser um empregado. O trabalho assalariado é a negação desta autonomia, logo, o amor à terra está ligado a sua condição de vida nesta terra, enquanto há condição de apropriação, há resistência à sujeição do trabalho ao capital. (p.129-130).

Portanto, evidencia-se que é através da terra que o campesinato ganha liberdade, é por meio dela que ele não se submete à condição de proletarização, em que a lógica pautada no modo de produção capitalista coloca o trabalhador enquanto mercadoria que precisa vender sua força de trabalho a qualquer custo em troca de salários miseráveis.

Em sua análise, Conceição (1991) afirma que, para não existir a proletarização dos camponeses, é extremamente necessária a apropriação dos meios de produção como terra, ferramentas, sementes, adubos, etc. Assim, terão maior garantia do não assalariamento, de ter um patrão. Pois, trabalho, terra, família, formam a unidade de contradições, que domina sua própria sobrevivência.

A partir dessa tríade (trabalho-terra e família), A. Chayanov concluiu seu sistema da unidade de produção camponesa. Para este autor é o tamanho da família que determina o equilíbrio do seu ótimo:

La composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia [...] el tamaño y la composición de la unidad económica, no solo cuantitativa sino también cualitativamente. (CHAYANOV, 1974, pp. 47 – 48)

Para Martins (2002, p. 62), é na condição de proprietário que o camponês assegura o caráter independentemente de seu trabalho.

Em vista disso, diz-se que um camponês proprietário da terra dificilmente será submetido a essa condição de exploração, pois ele ainda possui o domínio da manutenção da mesma, ele determina a produção e quanto tempo de trabalho será executado em cada tarefa. Esta autonomia é permitida pelo equilíbrio entre a terra, o trabalho e a família, que são os pilares essenciais que garantem a reprodução da unidade de produção camponesa.

Nesse sentido, Marques (2008) esclarece que tanto a terra quanto a família são representações fundamentais do modo de vida camponês. Pois, nela estão representadas sua moral, como também seu trabalho. E nisso constroem estratégias tanto para permanecer, como também para retornar para o campo. Isso porque da terra brota a garantia para seu sustento, os alimentos.

Corroborando com o pensamento da autora anteriormente citada, Paulino (2010) explica que a comida é um elemento precioso na unidade de produção

camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica, e sua existência tem relação direta com a figura do pai, que na maioria das vezes é responsável pela manutenção da família. A comida é também sinônimo de fartura para o campesinato, pois é através dela que se alimentam, oferecem parte dos alimentos para os amigos, e assim permeiam os laços de solidariedade entre as famílias.

Paulino (2010) esclarece que:

A comida e, nela a noção de fartura, cumpre mais que sua finalidade alimentícia. Ela desempenha um papel de sociabilidade, já que através da produção de alimentos que o camponês expressa seus laços de identidade. Assim, em uma linguagem simbólica, ele oferece os produtos de sua roça, a sua riqueza, como forma de estabelecer vínculos com aqueles a quem considera. Logo, terra e alimento estão de tal forma imbricados, ao falar de um remete necessariamente ao outro, bem como às formas de sociabilidade e solidariedade oriundas dessa articulação. (PAULINO, 2010, p. 40).

Quanto à condição do campesinato, esta está diretamente relacionada aos elementos fundamentais para a manutenção da unidade de produção camponesa, como a terra, condição essencial para permanência da vida; o alicerce da força de trabalho familiar, que é estabelecido pelo número de braços que têm em cada família, outrora poderia dizer que era sinônimo de mais trabalhadores para executar o trabalho na roça. Também há a coletividade camponesa, baseada na ajuda mútua, que se faz muito presente no campo, elemento crucial que difere totalmente da maioria das relações individualistas do modo de produção capitalista.

Isso porque o modo de vida camponês é estabelecido majoritariamente por relações de produção não capitalistas, em que se diferencia totalmente da lógica capitalista do agronegócio. Como Fabrini (2014) esclarece, a agricultura camponesa difere totalmente do agronegócio e do latifúndio não apenas pelo tamanho da propriedade, que em escala é colocada como a grande definidora das relações sociais, contudo ela deve ser apreciada na interpretação da realidade. Na agricultura camponesa as relações sociais de produção são estabelecidas na maioria das vezes na produção do autoconsumo, na resistência, no controle das sementes crioulas, na autonomia, em relações comunitárias e de vizinhança, e relações sociais como um todo.

Nesse sentido, afirma-se que o campesinato é singular, pois carrega consigo um modo de vida específico, que resiste e recria-se em suas relações de trabalho e de produção, permanecendo suas relações específicas de trabalho e de produção no campo. Nesse processo voraz de acumulação capitalista, existe a permanência simultânea de relações não capitalistas de produção.

Como Oliveira (2004, p. 35-36) evidencia:

[...] O estudo da agricultura brasileira deve ser levado em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo).

Paulino (2010) afirma que a condição de ambiguidade na trajetória camponesa, de um lado luta, é de valores considerados conservadores, sobretudo ligados à reprodução da condição de proprietários de terra, e por outro lutam contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre tanto na circulação dos produtos do seu trabalho, como também resistem contra a iminência constante da expropriação.

Isso porque a terra possui uma importância crucial para a unidade de produção camponesa. Paulino (2010, p. 40) afirma que “a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo”.

Moura (1986) explica que o campesinato carrega consigo um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e emerge instantaneamente características da sua organização social, como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e seu comportamento político. Esse tipo próprio de organização se estabelece diretamente no seu modo de vida.

O campesinato também possui outras características específicas, a exemplo de a maior parte da sua produção estar alicerçada em plantações de produção familiar, que pode ser considerada como uma agricultura não capitalista, porque não se preocupa em atender majoritariamente a lógica comercial do mercado, mas sim às necessidades básicas da família dentro da unidade de produção, e somente o excedente da produção é destinado ao mercado, como já foi referido anteriormente.

Isso também acontece porque os princípios tradicionais oriundos do modo de vida camponês são diferenciados, e não são destruídos totalmente pelo modo de produção vigente, tanto pela luta e resistência camponesa, como também porque são imprescindíveis para o capital, uma vez que ele se faz a partir da existência de relações não capitalistas de produção no campo, como ilustra Martins (1981). Eliane T. Paulino (2010) também ratifica que o investimento do camponês é diferenciado da reprodução capitalista, ele se faz a partir da reprodução familiar, e não se estabelece pelo lucro.

Para José de Souza Martins (2002, p. 60):

O vínculo do camponês com o capital não é estabelecido através da venda de sua força de trabalho ao capitalista. Diversamente do que acontece com o operário, cujo trabalho é diretamente dependente do capital, o trabalho do camponês é um **trabalho independente**. O que o camponês vende não é a sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho de seu trabalho, que nasce como sua propriedade.

Evidencia-se que o campesinato não é como um grande empresário, ou um grande proprietário fundiário que detém o capital e dita o que irá produzir. Na maioria das vezes, principalmente nos dias atuais, o campesinato acaba sendo obrigado a produzir conforme as regras estabelecidas pelo mercado, isso porque é condição básica para sua sobrevivência.

Paulino (2010) elucida que a perda da autonomia camponesa ocorre frequentemente quando o capital consegue monopolizar o território sem que exista a territorialização do mesmo, o que se dá até mesmo quando o capitalista não é o dono jurídico da terra, no entanto cria estratégias para sujeitar a renda da mesma, no lugar que aparentemente não existe, nesse caso, na agricultura camponesa.

Para melhor explicar essa situação, Paulino (2010) ainda ilustra que nesse caso específico pode-se denominá-los como camponeses integrados às indústrias, em que se estabelece uma agricultura de contrato, onde produzem o combinado no mesmo, que pode ser fumo, milho, girassol, entre outros produtos. Assim, o capitalista não se territorializa, ou seja, não se apropria da terra, no entanto sujeita a renda da terra por meio da monopolização do território, dessa maneira o camponês permanece como o dono da propriedade.

Contudo, quem se apropria do lucro é o capitalista, pois através da monopolização do território ele consegue extrair majoritariamente o mais-valor realizado pelo trabalho dos camponeses que compõem a unidade de produção familiar.

Oliveira (2004) explica que, no momento em que o capital se territorializa, ele varre os camponeses do campo por meio de um processo voraz de expropriação. Diferentemente do processo de monopolização do território, que ele cria e recria estratégias cruciais que condicionam a permanência do campesinato na terra.

Todavia, roubam-lhe a liberdade e a autonomia, que outrora tinham, pois quando se instaura o processo da monopolização do território, o camponês acaba inserindo-se em uma lógica profunda de alienação, pois ele não tem mais o domínio total da sua produção. Como explica Conceição (1991),

O capital não é o proprietário da terra, mas a família ao mantê-la; contudo, não exerce sobre ela o seu domínio; desde que ela produz em função dos interesses do capitalista, este subordina a produção camponesa, subjuga a renda da terra ao capital. Embora, tenha o título da propriedade, seja dono dos meios de produção, ele não é dono da sua “vontade” (que caracteriza o domínio ideológico); o sericultor produz a mercadoria abaixo do custo da produção, subordina-se às negociações determinadas pela fiação Bratec, que controla o fornecimento da matéria prima e a compra do produto final através do controle monopolista, na apropriação do trabalho não pago pelo capital. Desta forma o camponês não se apropria de todo o resultado do seu trabalho, ele não se realiza por inteiro, é a coisificação, a sua alienação. (p. 107).

Dessa forma, evidencia-se que o campesinato é marcado tanto pela resistência quanto pela subordinação, pois em alguns momentos históricos eles recuam, e em outros momentos eles avançam por meio da forte resistência e luta.

Para melhor compreensão da condição do modo de vida camponês frente às relações contraditórias do modo de produção capitalista, é extremamente necessário buscar um pouco mais sobre a importância que exerce a terra para o campesinato. Como também, far-se-á a distinção entre *a terra de trabalho*, *a terra de negócio*, explicadas melhor a seguir.

1.2.2 Terra de trabalho e terra de negócio

Paulino (2006) esclarece que a terra para um proprietário fundiário é usada como mercadoria, consiste no trabalho alheio, logo extrai mais-valor. Enquanto na propriedade camponesa a terra é totalmente voltada ao trabalho, mediado pela exploração do trabalho familiar. Dentro da lógica capitalista está alicerçada na relação D-M-D', que se pode decifrar como: dinheiro, mercadoria, mais dinheiro. E na propriedade camponesa funciona da seguinte forma M-D-M, ou seja: mercadoria, dinheiro, mercadoria, isso porque sua produção é vendida para subsistência da unidade de produção camponesa, uma vez que ele compra tudo que não é produzido na terra, mas extremamente necessário para sua reprodução.

Moura (1986) também corrobora com esse pensamento:

Esta forma de troca comercial foi denominada por Marx de *produção mercantil simples*. Ela pode ser expressada pela fórmula M-D-M, significando que a venda de uma mercadoria resulta em dinheiro para adquirir outra. A circulação da produção camponesa propicia, assim, uma reprodução simples da riqueza da riqueza, isto é, sem acrescentá-la nem diminuí-la. Essa fórmula foi analisada por Marx em contraste com a da produção mercantil capitalista- D-M-D -, que modifica as regras do jogo, suprimindo ou subjugando as formas as formas sociais onde prevalecia a produção mercantil simples. Neste segundo caso, o dinheiro compra mercadorias – inclusive a força de trabalho humana- para produzir mais dinheiro. Então, a fórmula D-M-D expressa que o dinheiro foi trocado por mercadorias, que resultaram em mais dinheiro para renovar o ciclo. (p. 57).

Assim, pode-se dizer que a terra de trabalho é onde se materializa a reprodução camponesa, pois ela não visa ao lucro e estabelece suas relações através da produção mercantil simples, em razão de que o dinheiro é usado para adquirir uma nova mercadoria para o autoconsumo. A terra de negócio é onde se estabelece diretamente a reprodução do capital, que tem como base a produção mercantil capitalista e se enquadra na lógica do agronegócio.

É possível evidenciar as principais diferenças entre os dois modelos no gráfico abaixo:

Figura 1

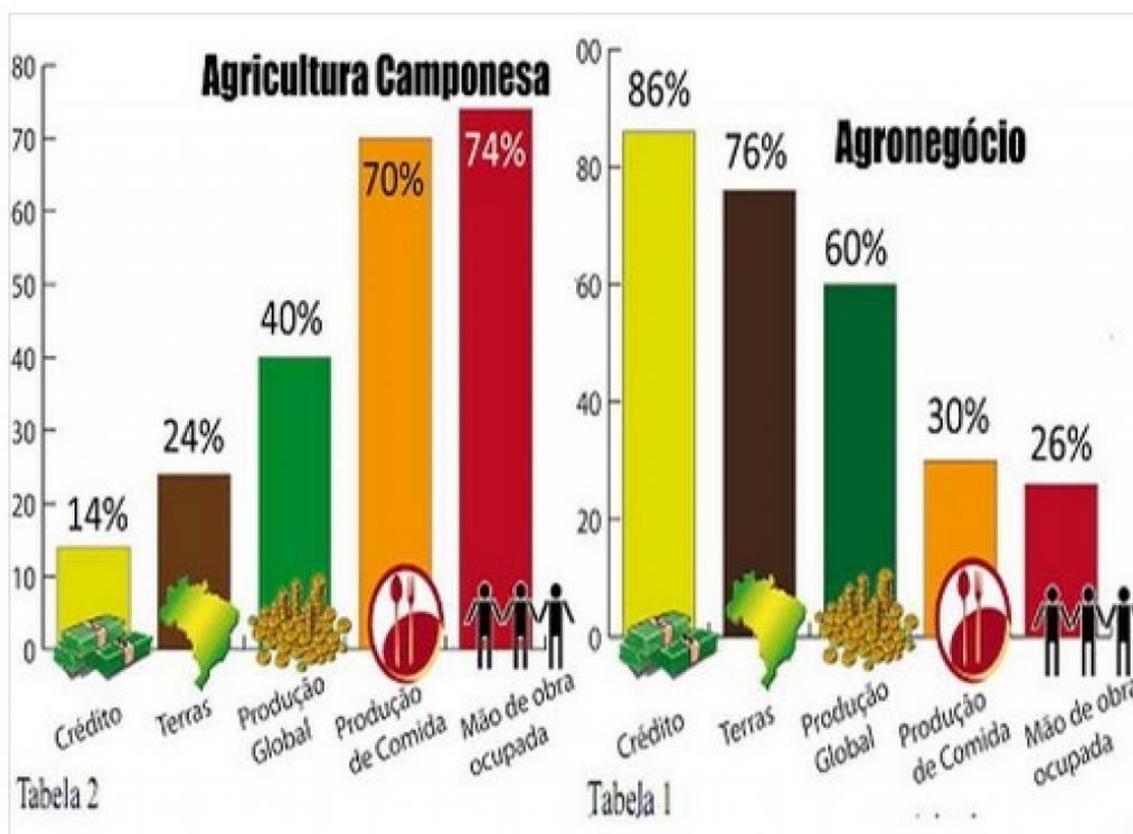


Figura 1- Dados do IBGE- Produção camponesa x Produção voltada para o agronegócio, 2010.

Diante das informações do IBGE (2010), os dados do gráfico desmitificam o lobby do agronegócio, pois quem consegue produzir alimentos e colocar comida na mesa da maioria dos brasileiros é o campesinato, mesmo diante da falta de terra e de

crédito, como também captura o maior número de braços para o trabalho na agricultura, diferentemente do agronegócio, que varre os trabalhadores do campo.

Bersani (2012) evidencia que cada vez mais a terra se concentra nas mãos de uma minoria através do apoio do Estado e se caracteriza como terras de negócio, pois são propriedades capitalistas, que partem predominantemente por uma ordem puramente econômica. A terra acaba passando por um processo de coisificação, ou se transforma em um equivalente de mercadoria, mesmo não sendo fruto do trabalho. No entanto, não pertence mais ao trabalhador que exterioriza seu trabalho, mas a outrem, ou, melhor dizendo, ao grande capitalista, que o coloca em uma condição de exploração.

De acordo com Bersani (2012), a propriedade da terra camponesa, mesmo sendo privada, se estabelece de uma forma totalmente diferenciada da propriedade privada capitalista, pois, na primeira, na maioria das vezes, não existem relações de exploração, no entanto ela pode vir a ser capitalista. E como isso pode acontecer? Para os referidos autores (2012, p. 11), isso pode acontecer “quando começa a existir a exploração permanente do trabalho alheio e por esse trabalho é pago um salário”.

Bersani (2012) ratifica a seguir.

Entretanto, existem dinâmicas que mesmo quando há o trabalho do outro na propriedade camponesa não podem ser configuradas como uma relação capitalista, ou seja, de patrão e empregado. É o que chamamos de trabalho acessório; pode ser “pago” (diga-se recompensado) com a troca de dias de trabalho. Ocorre da seguinte forma, se um camponês precisa de mais força de trabalho em seu sítio, para dar conta da produção e ao mesmo tempo seu compadre (como eles mesmo se referem) está precisando de algum produto, até mesmo dinheiro, é concretizado o trabalho acessório, e isso ocorre mesmo quando aquele que trabalhou/ajudou não está em precisão, mas pôde emprestar dia de trabalho, é o princípio da reciprocidade que é parte notável da ética camponesa. (p.11)

Essas relações de reciprocidade ainda são marcantes na terra de trabalho, sobretudo no campo brasileiro, quando a família camponesa não possui muitos filhos, e acaba precisando convidar amigos, compadres ou vizinhos para ajudá-la, ou, também, pode contratar o trabalho de terceiros, que acontece muito nas pequenas propriedades.

Isso acontece porque a terra para o camponês não é uma mercadoria, como se configura para o proprietário fundiário, pois as relações de trabalho são diferenciadas. A terra de trabalho para o campesinato tem um sentido mais profundo porque é nela que se planta e se colhem os alimentos, e também é através dela que a fartura prevalece de inverno a verão na mesa dos camponeses, pois é dela que ele executa seu trabalho e promove seu sustento. Como fala o camponês na citação abaixo,

Quando questionado sobre o trabalho que exerce na sua terra e qual a sensação ele indaga: “É mais gostoso né, você tá com a família. Ali, você come a comida quente, come a comida do seu gosto né. Então, você trabalha mais alegre, você tem... você é mais feliz em tudo, em tudo sabe. Você pratica o serviço com alegria” O trabalho empregado nesse tipo de propriedade tem como finalidade a manutenção da vida da família camponesa, ele é exercido pelo grupo como primeira necessidade de subsistência, que pode eventualmente vender o excedente, pois o mesmo nem sempre existe. (BERSANI, et al ARLINDO, 2012, p. 14).

Ratificando o que já se referiu anteriormente, a apropriação da terra para o camponês é dada pelas necessidades da reprodução da família, enquanto na produção da terra de negócio está pautada na obtenção da extração do mais-valor, que se materializa como lucro para o capitalista ou proprietário fundiário.

Pode-se dizer que a terra de trabalho é caracterizada, na maioria das vezes, pela autonomia, pela liberdade, que coincide com o modo de vida camponês. Isso porque, nela, o camponês ainda tem domínio sobre os meios de produção, nesse caso, a terra. Assim, determina seu tempo de trabalho, determina a produção, dita as regras na unidade de produção camponesa. No entanto, a terra de negócio se constitui por meio da exploração do trabalho, da subordinação e da alienação. Como elucidam os autores a seguir:

Desta forma, o trabalho na terra de negócio é caracterizado pelo assalariamento, pelo trabalho por obrigação. Contrapondo ao trabalho camponês em sua lavoura – trabalho autônomo na terra de trabalho - ao trabalho assalariado no corte da cana – trabalho compulsório em terra de negócio – o trabalho do camponês migrante temporário na terra de (agro)negócio é o oposto do trabalho familiar. Um entrevistado

nos confirma: “aqui não, aqui você trabalha com raiva... lá trabalha com gosto. Ah... eu sinto alegria, sabe, tána minha casa, levanta de manhã, tratá de um porco aqui, de uma galinha ali, tira um leite ali, sabe. Então, aqui... eu tô aqui, mas, tô com saudade de lá já”. (BERSANI, et al ARLINDO, 2012, p. 14).

Salienta-se, mais uma vez, que no momento que ele possui a terra e as condições materiais e objetivas de permanecer na mesma, em hipótese alguma ele pensa em sair da unidade de produção camponesa. Pelo contrário, ele trabalha com alegria e entusiasmo, pois é nesse lugar que ele se realiza, que pode comer o que a terra lhe oferece, como também tem a carne, ovos, leite e seus derivados produzidos pela família.

A terra para o camponês é sinônimo de vida e de fartura, diferentemente da terra para um capitalista ou proprietário fundiário, em razão de que as relações estabelecidas por ambos são totalmente distintas, sobretudo porque o modo de vida camponês é estabelecido por meio de relações não capitalistas de produção.

A seguir, pode-se ver a diferença de um camponês para um proprietário fundiário-capitalista:



Figura 2- Movimento dos pequenos agricultores, e a jornada de luta por Soberania Alimentar. (www.pagina13.org.br/noticias/mpa-14-a-18-de-outubro-jornada-nacional-de-luta-por-soberania-alimentar).

Na tabela a seguir é ilustrada uma síntese das principais características da **terra de trabalho** e da **terra de negócio**:

Terra de Trabalho	Terra de negócio
Relações não capitalistas de produção	Relações capitalistas de produção
Pequenas propriedades privadas	Grandes Propriedades Privadas
Plantação se baseia na Policultura	Plantação se ancora no monocultivo
Não visa o lucro (M-D-M)	Visa totalmente o lucro (D-M-D')
Relações de trabalho constituída pela família	Relações de trabalho formada por terceiros
Não há exploração do trabalho	Há exploração do trabalho

SANTANA, Maria Morgana Santos, 2017- (baseado na análise estudada sobre as principais diferenças entre a terra de trabalho e terra de negócio).

Nessa direção, é possível dizer que nessas duas formas de relações de produção é que a questão agrária brasileira está alicerçada, onde prevalecem relações não capitalistas de produção - o campesinato, e também relações totalmente capitalistas, nesse caso, o agronegócio. Neste capítulo, tem-se como objetivo aprofundar a reflexão do campesinato e sua formação para a permanência na Terra. Desse modo, será ressaltada a partir de agora a história do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe.

1.3 A História do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe

Na segunda metade do século XX, o Brasil foi marcado pelo avanço do capital no campo, que através da financeirização da economia desenvolveram-se novas estratégias de acumulação. Assim, transnacionais conseguiram tanto concentrar como centralizar ainda mais riquezas, em meio ao aumento considerável da expropriação camponesa, subsunção da terra, pobreza e mobilidade do trabalho.

Santos (2016) afirma que a produção da desigualdade, a exclusão e a massificação da morte social são marcas que evidenciam o avanço do capital nas últimas décadas, sobretudo em meio à expansão da sua lógica desigual e combinada, que tem criado de uma forma contundente a marginalização da classe desprovida das condições materiais de existência. “O crescimento da pobreza e da miséria acarreta em resultados palpáveis no que se refere ao processo de subordinação a que são submetidos no esteio do sistema de mercadorias”. (SANTOS, 2016, p. 11).

Diante desse contexto marcado por inúmeros problemas sociais, nasce o Movimento dos Pequenos Agricultores. Este Movimento – MPA nasceu da luta das famílias camponesas contra a situação da pobreza a que estavam submetidos. Tem como base a constituição de grupos organizados de famílias, que têm como principal objetivo a produção de alimento saudável, garantindo a soberania alimentar. O movimento tem âmbito nacional, busca o resgate da identidade cultural camponesa, respeitando as diversidades regionais (MPA, 2002). Surgiu no Rio Grande do Sul, no final de 1995 e início de 1996, e se integra com as organizações que formam a Via campesina.

Tem como Proposta:

1º - Produzir em casa de tudo para comer bem, comida saudável e variada e garantir a subsistência familiar sem depender de comprar comida no mercado.

2º - Produzir para o comércio alguns produtos que tragam boa renda com tecnologias de baixo custo e que dependam o mínimo possível das grandes empresas agroquímicas e seus produtos caros que só dão lucro para eles.

3º - Iniciar imediatamente a mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado (MPA, s/a, p. 05).

No final da década de 1970, com a chamada Revolução Verde, o capital se territorializa no campo brasileiro, e se integra ao capitalismo mundializado. Segundo Santos (2016), a preferência do Estado por um modelo de desenvolvimento econômico carrega a ideologia da modernização do país com a finalidade de superar o atraso, no entanto essa estrutura faz parte de alianças políticas comandadas por uma oligarquia agrária, como também por novos industriais do Sudeste. O discurso mascara a manutenção do atraso econômico e social, enquanto os mesmos grupos ampliam seu poder por meio das suas estruturas arcaicas.

Diante desse contexto emerge um novo modelo de agricultura denominado agronegócio, no entanto, ancorado nos moldes arcaicos do *plantation* (modelo de agricultura implantado no Brasil do século XV ao XIX). Os dois modelos possuem características semelhantes, como o monocultivo em grandes extensões territoriais, a exploração do trabalho, como também buscam atender o mercado externo. Dessa forma, pode-se dizer que o passado se faz presente nesse país.

Isso porque o campo continua estruturado para atender às necessidades do mercado, baseado na produtividade estabelecida pelo agronegócio como estratégia da territorialização do capital no campo brasileiro. “Com a sustentação dada ao agronegócio e a sua tecnificação, uma crise de alimentos tem se propagado, decorrente da submissão do campo ao modelo capitalista” (SANTOS, 2016, p. 11).

Contudo, no primeiro momento, o primeiro grupo não estavam tão preocupados com essas problemáticas como os demais movimentos sociais da época. Porque, a princípio, o objetivo crucial estava concentrado na busca de soluções para os camponeses gaúchos, que tinham perdido toda a plantação por conta de uma forte seca na época.

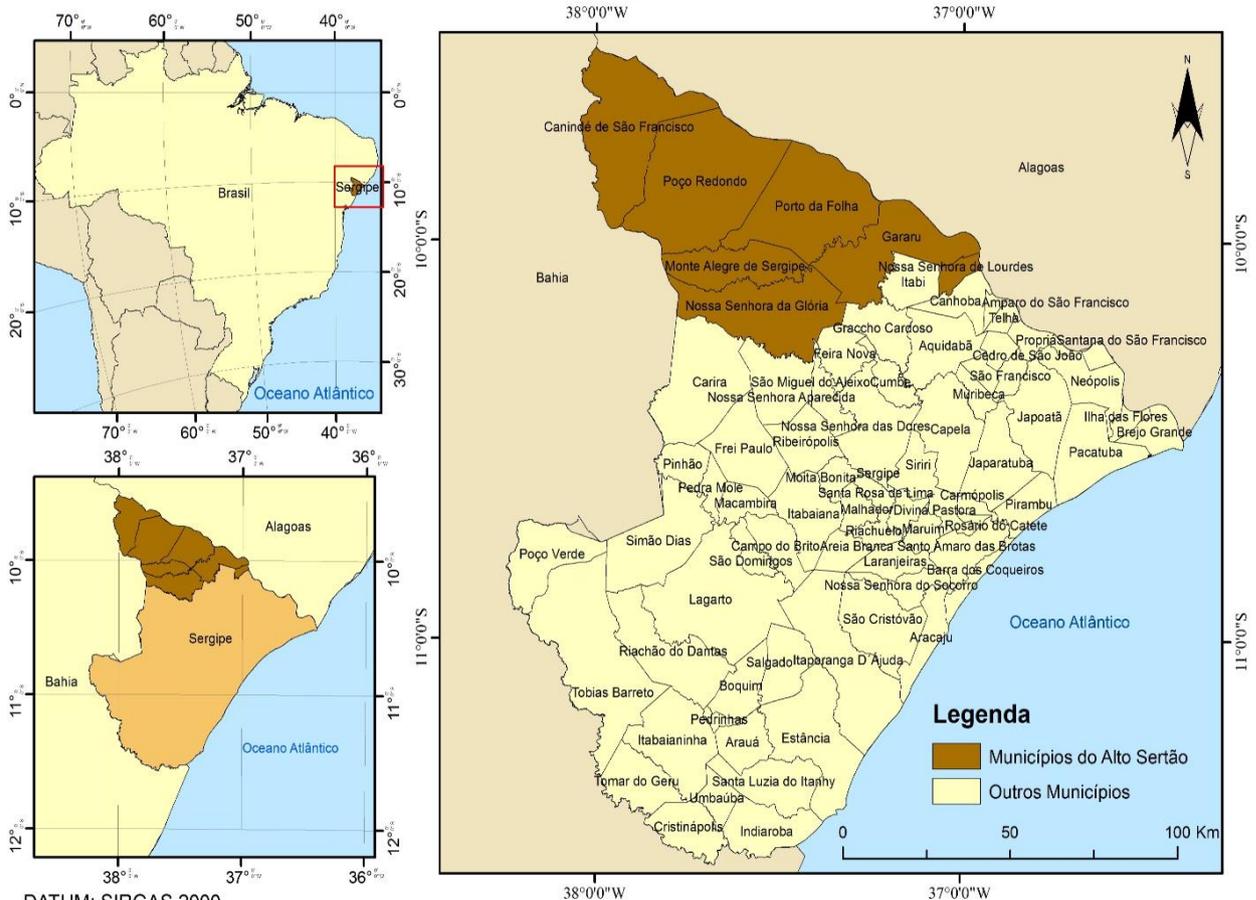
Somente depois de um tempo, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) passou a se mobilizar por melhores condições de vida no campo e como um Grupo de contraposição à lógica vigente. De forma paulatina, o movimento se especializou no Brasil, chegando a Sergipe no ano de 1999.

Para consolidar-se, o Movimento dos Pequenos Agricultores em Sergipe teve um levantamento da direção do MPA nacional juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A partir de uma articulação com o MST, a direção do MPA nacional identificou, que Alto Sertão Sergipano apresentava maior demanda relacionada a Questão Agrária, com rebatimentos na questão social, de grave pobreza, forte endividamento do campesinato, expropriação camponesa. Esse quadro contribuiu significativamente para presença e atuação do MPA, no Alto Sertão Sergipano.

A primeira coordenação do MPA no Alto Sertão Sergipano estava representada por Haroldo José da Silva e Marlene Araújo, que meses depois participaram da primeira Escola de Formação Regional do Movimento em escala nacional, no espaço do MST em Caruaru (PE). Um ano depois ambos se tornaram coordenadores regionais e passam a organizar o movimento em vários municípios de Sergipe, assim fortaleceram o trabalho de base em boa parte do estado.

Atualmente, o MPA está consolidado em duas regiões do estado, o Alto Sertão e o Baixo São Francisco, constituídos dos seguintes municípios, o Alto Sertão: Canindé, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Gararu e iniciando um trabalho em Nossa senhora da Glória. Da mesma forma os que compõem o Baixo São Francisco: Neópolis, Japoatã, Propriá e Ilha das Flores, conforme se pode ver no mapa abaixo com destaque o Alto Sertão.

Alto Sertão Sergipano



DATUM: SIRGAS 2000

Fonte: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos de Sergipe

SRH - SEMARH - IBGE (2010)

Organização: Ríclaudio Silva Santos

Santos (2016) afirma que o Movimento dos Pequenos Agricultores de Sergipe é exemplo de contraposição e resistência, uma vez que constrói cada vez mais frentes de luta contra a expansão capitalista pelo território brasileiro, ao tempo que também cria estratégias de luta contra a expansão capitalista no campo. Santos (2012) explica que

Essa proposta é originada pelos camponeses ligados à Via Campesina que contestaram o modelo do capital de produção no campo, mostrando a sua incapacidade de garantir à população alimentos. A soberania Alimentar, enquanto projeto do campesinato, coloca-se como um viés da pequena produção familiar camponesa para produzir alimento em quantidade, qualidade, respeitando a cultura alimentar dos países e como o objetivo de atender a demanda local. Logo, este entendimento somente é possível na lógica da discussão da produção de alimentos para a população, pois, nega a reprodução do capital. (p. 17).

O referido autor afirma que a construção do MPA enquanto Movimento tem relação direta com o aumento da expropriação dos camponeses impostos pelo governo neoliberal no final da década de noventa, não que esse fato não tenha ocorrido anteriormente, pois historicamente houve uma forte negação dos direitos aos “pequenos”, sejam trabalhadores do campo ou das cidades. Sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso, que respondia muito bem aos projetos do capital através das instituições como FMI e o Banco Mundial.

Santos (2012) elucida que o Brasil possui um modelo econômico excludente, destruidor da natureza e concentrador de terras. Santos (2012, p.138) traz a fala de um representante do MPA: “_vamos lembrar que, historicamente, o território brasileiro não foi pensado para ser dos camponeses. Foi pensado para ser controlado pelos grandes ingressos, pelo grande capital”.

Conforme proposta já referida, a defesa do MPA é da agricultura camponesa (PLANO CAMPONÊS) em contraposição à agricultura capitalista, que incentiva a monocultura – a produção para o lucro. O Plano Camponês tem como lema: “POR SOBERANIA ALIMENTAR E PODER POPULAR”.

Em meados da década de 1980, e início da década de 1990, o Estado viabilizou e ampliou o crédito agrícola para subsidiar a modernização do campo brasileiro. A partir desse momento, inúmeros camponeses e camponesas, para receberem empréstimo para melhoria de sua plantação, são obrigados a se submeterem à política de crédito do PRONAF.

Anunciando a inclusão da unidade familiar, via adoção de políticas de reordenamentos territoriais em sintonia com o modelo de financeirização, a linha de crédito do PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que pode penhorar bens. Tal fato automaticamente exclui uma gama de trabalhadores familiares e garante a formação do exército de reserva estagnado e latente em constante mobilidade temporária. Impossibilitado de ter a terra e os recursos para a sua garantia de vida, os jovens principalmente passam a ser determinados pelo cíclico do capital. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 83).

Entretanto, o Estado frente às políticas, antes de garantir a permanência dos camponeses, e camponesas, nas áreas de comunidade de produção familiar, tem estruturado demandas para consolidação do capital, que favorece a produção de riquezas, ou seja, lucro para um grupo seletivo.

[...] o capital tudo fez no sentido de romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prevê-lo como a ilusão de poder 'civiliza-lo'. [...] derrubou a ilusão, nascidas das conquistas anteriores, de que era possível domá-lo no âmbito dos modos de regulamentação nacionais. (CHESNAIS, 1995, p. 02).

A expansão do agronegócio tem sido garantida pelas Políticas Públicas, que favorecem a expropriação dos camponeses e conseqüentemente a mobilidade do Trabalho.

Dessa forma, pode-se dizer que o movimento do MPA é de suma importância para a sociedade, pois os camponeses lutam e criam estratégias de resistência contra a lógica mundializada do capital financeiro, que cada vez mais se expande no campo brasileiro.

Como explica Santos (2012):

O Movimento dos Pequenos Agricultores através do Plano Camponês, estabelece uma contribuição do campesinato brasileiro pensando na construção de um Projeto Popular com base socialista. A concretização desse Projeto passa efetivamente por eixos considerados fundamentais para o desenvolvimento: produção/formação, vida de qualidade no campo, comunidade camponesa e Soberania/Autonomia. Essas diretrizes contrapõem ao projeto burguês sustentado pelas grandes empresas estrangeiras, identificando no campo pelo Agronegócio que conta com o apoio do Estado. (p. 151).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) luta pelo direito de permanecer na terra com dignidade, para que seus filhos possam ter o direito de comer com qualidade, com alimentos saudáveis. Propõe desmistificar o *lobby* pautado em campanhas midiáticas que colocam o agronegócio como modelo de agricultura ideal

através do lema "**Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo**", no entanto em momento algum preocupam-se com a sociedade, ou com o ambiente, pelo contrário, invadem e destroem cada vez mais as florestas. Tem-se como grande exemplo os produtores de soja do Centro-Oeste do país, que expandem suas áreas, desmatando boa parte da Floresta Amazônica, como também expropriam os povos das comunidades tradicionais, e os que resistem acabam sendo assassinados.

Para os que enriquecem, ou aumentam sua riqueza através do derramamento de sangue de um povo massacrado, pode-se dizer que esse modelo de sociedade, e de agricultura deu certo. Sobretudo para muitos que se ancoram no *lobby* do agronegócio como a bancada ruralista desse país composta por proprietários fundiários e políticos. Esse grupo usa do discurso falacioso de que sem o agronegócio a população menos favorecida não irá se alimentar, contudo eles escondem que a maioria dos alimentos produzidos por esse modelo é exportada, como é o caso da soja, como *commoditie*. Destarte, esse modelo de agricultura destrói a natureza, a autonomia camponesa, e, conseqüentemente, a soberania alimentar.

Santos (2012) afirma que a Soberania para o Movimento dos Pequenos Agricultores se estabelece com o direito que cada país tem de produzir o seu alimento, sobretudo inserido no seu padrão cultural, ou seja, respeitando os costumes específicos de cada região. "Nesse sentido, Soberania Alimentar pode ser compreendida como a busca por alimentos saudáveis, como uma questão que respeita os hábitos das populações, como a defesa de sistemas locais de produção de alimentos e como defesa dos recursos naturais" (SANTOS, 2012, p.154).

Santos (2012) evidencia que o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) apresenta uma concepção de produção de alimentos saudáveis que se diferencia claramente do modelo do agronegócio, o qual impera no país. Na agricultura camponesa existe a busca pela produção das próprias sementes crioulas, como também tem o projeto de melhoramento genético, que garante a resistência dos animais por meio do cruzamento dos mesmos, elaboram o próprio adubo para cada vez mais desvincular-se do uso dos adubos industriais, do controle das pragas, que é

combatido pelas próprias plantas nativas, pois esse modelo aspira ao equilíbrio natural onde vigore novamente tanto as plantas nativas, como as árvores frutíferas.

O discurso do Movimento dos Pequenos Agricultores evidencia que todo ser humano tem direito de ter uma alimentação variada e de qualidade, com preços acessíveis para a população. Segundo MPA, é possível produzir alimentos sem agrotóxico e vendê-los com preços justos e acessíveis para toda a população.

Além da Soberania Alimentar, o MPA acredita na Soberania Energética, Hídrica e Genética. A questão energética refere-se à produção, controle e autoconsumo de energia buscando uma matriz energética (vento, sol, biodiversidade) que promove menores desgastes à natureza. A soberania Genética diz respeito ao domínio sobre semente, e mudas, a Soberania Hídrica envolve a recuperação de nascentes (MPA/ citado por SANTOS, 2012, p.156).

Dessa forma, evidencia-se toda preocupação com o meio ambiente em sua totalidade porque o modelo de sociedade que eles acreditam não se pauta na produção por destruição dos recursos naturais, mas sim pela preservação da natureza. Por isso, é que a inserção do Movimento dos Pequenos Agricultores em Sergipe tem sido fundamental no Alto Sertão Sergipano.

A presença do MPA em Sergipe foi e tem sido fundamental no processo do desenvolvimento da luta contra a expansão do capital no campo no estado, uma vez que a força da agricultura capitalista pautada no monocultivo é totalmente favorecida em Sergipe com relação à agricultura camponesa, que fornece comida para a população. E um dos maiores exemplos é a ampliação considerável, sobretudo nas últimas décadas do plantio de milho transgênico no Alto Sertão Sergipano (Santos, 2012).

Faz-se relevante observar a foto a seguir:



Figura 3- SANTANA, M^a Morgana Santos. O avanço do agronegócio do milho, no Alto Sertão Sergipano, 2016.

Os investimentos do agronegócio no Alto Sertão nordestino, especificamente em Sergipe, evidenciam o projeto do sistema produtor de mercadorias, pois se apropriam de áreas que outrora eram menosprezadas pelo capital, contudo foram elaboradas como espaço de reserva para acumulação do capital no futuro. (SANTOS, 2012).

Atualmente, com o avanço do capital financeiro, observa-se um processo voraz tanto da monopolização, quanto da territorialização do capital. Um dos motivos dessa expansão está totalmente associado ao forte investimento do Estado em prol do modelo de agricultura pautado no agronegócio.

Como explica a autora a seguir,

Nos últimos anos o Governo local em consonância com o Governo Federal tem direcionado políticas públicas para o desenvolvimento territorial visando atrair investimentos privados para o agronegócio

com a consolidação do tripé: Estado-capital-mercado no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural. Advinda como uma nova categoria, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo hegemônico do capital, a agricultura familiar surge no contexto do Novo Mundo Rural. (CONCEIÇÃO, 2009, p.02).

A autora também evidencia que o agronegócio tem um caráter concentrador de terras, de tecnologias e de riquezas, levando milhares de famílias para condição de pobreza extrema diante da intensa expropriação. Mostra também que cada vez mais cresce o desemprego no campo, ampliando consideravelmente a precarização do trabalho por meio da superexploração das horas de trabalho. “O modelo do agronegócio tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão da monocultura com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 02).

E o mais perverso é que os camponeses que precisam retirar qualquer empréstimo agrícola no Banco acabam sendo submetidos aos pacotes transgênicos, por meio de um acordo pré-estabelecido, em que são obrigados a plantar o que o banco determina, e a usar o adubo, e as sementes determinadas pelo mesmo. Na maioria das vezes se difere totalmente da produção camponesa, porque esses empréstimos não são voltados para produção de alimentos, mas sim para atender ao mercado externo, que os aprisiona na lógica cruel do agronegócio, roubando-lhes a liberdade.

Portanto, pode-se dizer que a luta e resistência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é de suma importância para a sociedade e a natureza. A luta pela vida, pela permanência na terra de trabalho - (Soberania Alimentar, Energética, Hídrica e Genética), sobretudo pela autonomia, diferentemente do modelo vigente, que tem como único objetivo a reprodução de riquezas.

CAPÍTULO II

A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO E AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros” Che Guevara

CAPÍTULO II – A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO E AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

No segundo capítulo, buscar-se-á fazer uma análise da funcionalidade do Estado neoliberal diante das novas formas de acumulação, que se materializam no espaço retroalimentando o sistema sociometabólico do capital.

2.1 – O Estado Neoliberal e a Sua Funcionalidade Para a Reprodução do Capital.

O Estado, na sociedade capitalista, assume uma função de grande relevância, pois esta instituição está totalmente atrelada ao processo de formação, consolidação e expansão do capitalismo, e ao longo dos anos vem passando por inúmeras transformações, tanto na forma, quanto na sua própria estrutura de consolidação, diante do modo de produção imperante. O papel do Estado juntamente com as políticas públicas está totalmente atrelado a “estratégias de controle, regulação, planejamento, intervenção” (SÉRGIO, 2008, p. 03).

De acordo com Rodrigues (2012), o Estado garante o funcionamento da sociedade de classes e exerce um controle político. Esse organismo atende à necessidade da classe dominante, pois ele legitima e garante a existência de mecanismos de exploração, para que a produção de riqueza funcione e permaneça intacta. “O Estado, desde seu surgimento no decorrer da história, independente do período que este organismo possua maior ou menor força, sempre serviu como instrumento de perpetuação da desigualdade, em qualquer que fosse o modo de produção existente” (RODRIGUES, 2012, p. 41).

Desse modo, é possível dizer que o Estado domina e é dominado pelos interesses da classe dominante, que usa do seu poder político para legitimar a exploração do trabalho e usa do seu poder coercitivo para conter a luta de classe.

Nesse viés, Rodrigues (2012, p. 41) diz que,

Para Engels, o Estado antigo foi, sobretudo, um mecanismo político utilizado para que os senhores de escravos mantivessem os mesmos subjugados; no feudalismo, o Estado foi o organismo que consubstanciou para a nobreza pudesse manter a sujeição dos servos e camponeses ao seu alcance; enquanto o Estado moderno fundou-se como instrumento do capital ao se tornar a base de sustentação para o apogeu econômico do capitalismo; consolidando-se como força estruturadora de sua expansão. Desenvolveu como um corsário do capital o papel de conquistador, passando a estabelecer pilhagem e guerras contra outros Estados, com o objetivo de expandir e conquistar novos territórios para sua exploração.

O Estado é encarregado de mediar a relação capital-trabalho, como também cabe a ele a função de conter os conflitos das classes. Conforme Souza & Conceição (2010, p. 02), “O Estado passa a organizar o trabalho de modo que seja possível o aumento da produção, tendo como essencial nesse processo a apropriação da natureza, sua transformação em necessidades do capital, mediante a divisão social do trabalho”.

Ele é extremamente funcional à lógica do capital, pois garante e legitima a exploração da classe trabalhadora. Sua existência é essencial tanto para a reprodução do capital, como para o desenvolvimento do modo de produção vigente. É a partir das suas intervenções político-econômicas que, ao mesmo tempo em que corrobora para o processo contínuo de acumulação e produção do capital, a sua expansão mantém o funcionamento do seu sistema sociometabólico.

Com sua estrutura política totalizadora, o Estado ainda assegura a manutenção e falhas do sistema sociometabólico do capital. Para melhor entender sua funcionalidade, e sua importância, é necessário não o desassociar da relação social capital-trabalho. Porque na tríade Estado-Capital-Trabalho, este ancora o lastro de sustentação do modo de produção capitalista, agindo diretamente para atender aos interesses da reprodução do capital.

Mesmo diante das inúmeras mudanças políticas e econômicas que vêm ocorrendo nos últimos anos, o Estado continua desempenhando um papel fundamental para manter a lógica estabelecida pelos ditames do capital. Ele consegue assegurar os interesses da classe dominante, ampliando a reprodução da lógica desigual e combinada do capital.

Como um bom administrador dos interesses da burguesia, ele altera suas políticas diante da necessidade de novas formas de acumulação, como é o caso da materialização das políticas neoliberais no espaço mundial. Como é possível observar, as alterações políticas e econômicas se materializaram a partir da década de 1970, com uma nova reestruturação produtiva, que diluía o modelo de produção fordista, juntamente com o Estado de Bem-Estar social, por não atenderem mais à lógica de acumulação capitalista, emergindo assim, um novo modelo de produção pautado no Toyotismo.

Como explica Paniago (2012, p. 10)

O Estado moderno, portanto, na essência, apresenta-se como uma mediação política cuja função é a realização das prioridades reprodutivas do sistema do capital, e para tanto tem que se adaptar a cada circunstância histórica, ou melhor, encontrar os meios mais apropriados a cada fase específica do desenvolvimento capitalista, definindo diferentes conformações históricas segundo os mesmos interesses dominantes.

Dessa forma, evidencia-se como o espaço produzido e organizado de forma desigual, diante das políticas elaboradas pela classe dominante, é crucial para atender aos interesses do grande capital. Um grande exemplo, no período do Estado de Bem-estar social, é que, na prática, a maior parte dos direitos sociais só foi materializada de forma mais consistente nos países de capitalismo avançado, nesse caso, os Estados Unidos da América e alguns países da Europa. Nos demais países ficou somente o discurso da teoria do Estado de Bem-estar, sendo que este perdurou por muito pouco tempo, cerca de trinta anos. Seria totalmente incoerente pensar que o Estado de Bem-estar-social perdurasse por muito tempo face aos reais interesses da lógica do capital.

Paniago (2012, p.70) menciona que “o Keynesianismo em nenhum momento contrariou os interesses do capital, ao contrário, foi uma estratégia de recuperação da acumulação do capital impulsionada pela crise que levou à 2ª Guerra Mundial. O próprio Keynes posicionou-se em defesa dos interesses do individualismo burguês”. Assim, observa-se que o Estado, enquanto uma instituição que está acima das classes, é um organismo totalmente atrelado com a relação de exploração capital-trabalho.

Concernente a isso, Sérgio (2008, p. 16) afirma que:

[...] é interessante notar como se torna evidente, que o Estado, assim como o capital e o trabalho, é uma das dimensões do sistema capitalista estando intrinsecamente ligado às outras duas dimensões (capital e trabalho). Uma não se realiza sem a outra, pois é fundamental levar em conta que no desenvolvimento e expansão do capital está implícito o crescimento do estado.

Nesse viés, Mézáros (2011) evidencia que a tríade - Estado-Capital-Trabalho juntamente com as mediações de segunda ordem são de suma importância para manter o sistema sociometabólico do capital. Porque este último “é um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulando como conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas” (MÉSZÁROS, 2011, p.188).

A mediação de primeira ordem é totalmente funcional à lógica do capital, primeiramente porque ele assegura e protege a propriedade privada, garantindo o processo voraz da acumulação capitalista, legitimando as contradições, e usando do seu poder coercitivo para fragilizar e conter a luta de classe. “*O poder do estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo*”. (MARX, ENGELS, 2008, p. 12)

O Estado capitalista está para atender aos interesses do capital e da classe dominante como um todo. Para Marx, a burguesia nada mais é que a personificação do próprio capital. E toda mudança, seja ela política ou econômica, estará voltada para atender às necessidades da lógica vigente, e não da população. “Na abordagem marxista, o Estado constitui exatamente como uma imposição às classes subordinadas, como uma condição para garantir e proteger a produtividade do sistema”. (SÉRGIO, 2008, p. 15)

Para entender melhor ao mundo atual, segundo Paniago (2012), é de suma importância analisar que esta realidade está permeada pela crise estrutural do capital. “Crise econômica, crise política, crise da subjetividade, das artes e das humanidades em geral – formas variadas de expressão da crise de superprodução que encontra

seu fundamento neste modo de produção, relação já revelada para Marx desde o século XIX”. (PANIAGO, 2012, p. 59)

Considera Mézáros (2009) que não se deve olhar a crise atual da mesma maneira que ocorreu no passado, pois esta é bem mais profunda. Para o autor, essa é a maior crise da humanidade em todos os sentidos.

Paniago (2012) esclarece que, dentro da sociedade de classe, cada classe vivencia o efeito de uma forma bastante desigual. Sobretudo, porque estão em realidades diferenciadas, onde a classe trabalhadora sente e vive diretamente os efeitos da crise, enquanto a burguesia busca estratégias de intervir no curso da crise, pois só assim consegue manter a reprodução ampliada do capital.

O neoliberalismo entra como estratégia diante das dificuldades expansionistas e dos entraves oriundos da reprodução do capital. É tanto que as teorias neoliberais somente ganham sentido com a nova grande crise, na década de setenta. É a partir desse momento que o Estado abraça as políticas neoliberais e com elas vem a retórica de que a crise é oriunda de um Estado intervencionista.

Na leitura de Paniago (2012, p. 69),

O Estado vinha de um período de intervencionismo ativo na economia (keynesianismo), através do estímulo ao investimento estatal direto, incentivo ao crescimento dos mercados de consumo, juntamente ao auxílio decisivo dado à reprodução da força de trabalho, com as políticas sociais de pretensão caráter distributivista. Entretanto, na nova conjuntura de crise, ele passa a atender às exigências do capital em crise por meio de um arsenal de medidas neoliberais marcado pela agressividade e o autoritarismo que tais exigências lhe impuseram. Vimos, assim, consumir-se a substituição da orientação keynesiana pela hegemonia neoliberal na direção dos negócios capitalistas e de seu Estado.

Com o nascimento de um novo modelo de produção denominado *Toyotismo*, pautado na acumulação flexível, paulatinamente o Estado vai ganhando uma nova roupagem ancorada no discurso ideológico¹ das teorias neoliberais. Ao

¹Se se aceita a definição marxista da ideologia (ou seja, que não se trata apenas de uma representação incompleta e mutilada do “real”, mas, primeiramente, de uma apresentação desse real que o inverte, coloca-o de cabeça para baixo, e, em seguida, que oculta e dissimula

passo que com a materialização das políticas neoliberais, de forma simultânea ampliam-se consideravelmente as contradições produzidas pelo sistema imperante.

Perry Anderson (1995) afirma que as teses neoliberais foram elaboradas por Friedrich Hayek e discutidas logo após a II Guerra Mundial na Europa e na América do Norte. Em junho de 1944, em meio à guerra, o governo Roosevelt patrocinou a realização da conferência de Bretton Woods, cujo resultado materializou a hegemonia americana na reorganização do capitalismo internacional pós-1945. Criaram-se instituições financeiras multilaterais de novo tipo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para reconstrução de desenvolvimento (Bird), cuja estrutura de funcionamento expressava e reproduzia a desigualdade de poder configurada no sistema internacional. (PEREIRA, 2016, p. 238)

As teses neoliberais só ganharam força após a crise de 1973, quando todo o mundo capitalista entrou em uma profunda recessão, seguida de baixas taxas de crescimento, altas taxas de inflação e aumento do desemprego.

A teoria de F. Hayek foi essencial para a criação do Estado neoliberal, como também para consolidação de um novo processo de acumulação capitalista, sobretudo porque ele partiu de um discurso falacioso de que, na essência, as crises estavam diretamente localizadas “no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com suas pressões parasitárias para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.” (ANDERSON, 1995, p. 02).

De acordo com LIMA (2010, p. 105) elucida na citação a seguir que, com os reais motivos da implantação das políticas neoliberais,

[...] é organizado um novo processo de acumulação que pressupõe a intensificação da reestruturação produtiva considerando que sendo um processo, ela já vinha sendo gestada-elevação da precarização do trabalho e essa nova/velha orientação política do Estado capitalista. Esta consiste da implantação ao neoliberalismo travestido de redentora saída ao suposto abismo em que se encaminhavam as relações

suas contradições), é então concebível como a lógica, separada, fetichizada, possa servir à ideologia, ou mesmo servir como ideologia (ser uma ideologia) (LEFEBVRE, 1995, p. 27).

capitalistas, diante de sua contradição indissolúvel: relações de produção versus desenvolvimento da força produtiva.

As primeiras experiências neoliberais são gestadas a priori nos países de capitalismo avançado, como Estados Unidos da América², e alguns países da Europa. Anderson Perry (1995) ilustra que o modelo neoliberal se consolida no final da década de 1979 através de uma onda conservadora instaurada no continente Europeu, de maneira que a maior parte dos países foi governada por partidos da extrema direita, que induziram a materialização das políticas neoliberais pela Europa e por vários países do mundo.

Na América Latina, o Chile foi o pioneiro da implantação das políticas neoliberais, sob o regime ditatorial de Pinochet, que materializou as ideias de Hayek da desregulação, do desemprego massivo, a repressão sindical, redistribuição de renda a favor dos ricos e a privatização dos bens públicos. Isso porque, “De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia da liberdade individual”. (HARVEY, 2005, p. 74)

Harvey (2005) esclarece que a liberdade pessoal e individual no mercado deve ser garantida a cada indivíduo, este também passa a ser responsável por suas próprias ações e seu próprio bem-estar. O sucesso e o fracasso passam a ser entendidos a partir da capacidade empreendedora ou das falhas de cada indivíduo.

No discurso, o Estado passa a não ser mais responsável pelas problemáticas sociais, porque no ideário neoliberal cada indivíduo é líder de si mesmo. Isso porque nas teorias neoliberais o Estado precisa ter políticas sociais enxutas, pois nessa nova configuração o Estado neoliberal é apenas um colaborador, e não pode ser sobrecarregado com gastos públicos. Contudo, na verdade seu foco principal está

²Com o anúncio da doutrina Truman, em março de 1947, a Guerra Fria começou. Para Washington, tornou-se prioridade de segurança nacional disseminar instituições americanas no exterior, administrar politicamente o mundo não comunista e conter o comunismo dentro de suas próprias fronteiras. O principal instrumento utilizado foi a ajuda econômica bilateral direcionada a aliados estratégicos, e a maior ação foi o Plano Marshall. Na esteira dessa iniciativa, os Estados Unidos criaram uma ampla infraestrutura institucional de assistência externa financeira, militar, técnica e científica. (PEREIRA, 2016, p. 238)

ancorado na garantia contínua do processo de acumulação do capital em patamares cada vez maiores.

Pode-se afirmar que o Estado neoliberal é mínimo apenas para garantir os direitos básicos da população, como saúde, educação, alimentação, moradia, previdência social, mas, ao mesmo tempo, ele é máximo para atender aos interesses do sistema imperante. Sobretudo, porque nessa nova forma ele passa a legitimar claramente o uso de velhas/novas formas de acumulação, na busca desenfreada de potencializar o lucro do grande capital.

Como esclarece Lima (2010, p. 94),

[...] o denominado Estado Neoliberal consiste numa faceta dessa instituição, imprescindível ao capitalismo, que se afasta das responsabilidades concebidas como primordiais a realização do chamado cidadão, num processo austero de redução e alcance das políticas públicas. Isso inclui a privatização de empresas estatais lucrativas, a terceirização de serviços tidos como essenciais (educação, saúde, transporte, etc) e a promoção de programas financeiros pelo Banco Mundial de caráter fragmentado assistencialista.

As políticas neoliberais têm sido essenciais para legitimar a concentração e a centralização de capital nas mãos de uma pequena parte da população, principalmente porque ela fragilizou os sindicatos, os movimentos sociais, atacou diretamente a classe que vive do trabalho, o que fez ampliar consideravelmente a produção desigual do espaço.

A maior parte dos países capitalistas foi submetida a seguir as regras do ideário neoliberal, sobretudo diante da imposição dos Estados Unidos da América e dos agentes econômicos, como FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial³,

³ O Banco Mundial é abordado como um ator político, intelectual e financeiro, ancorado na condição singular de emprestador, articulador de políticas públicas e indutor de ideias e prescrições em matéria de desenvolvimento capitalista [...] (PEREIRA, 2016, p. 236).

entre outros organismos multilaterais e de finanças, que ditavam as regras para os países de Terceiro Mundo.

Como foi citado, anteriormente, uma das primeiras experiências mais marcantes aqui na América Latina foi a do Chile – que até os dias atuais sua população sofre com os impactos das políticas neoliberais. Outros países, também foram submetidos a cumprir e atender diretamente aos ditames do Banco Mundial, pois não queriam perder suas alianças com o capital Internacional, e países como México, Argentina e Brasil, também, implantarem as políticas neoliberais, nas últimas décadas. Sendo, que o Brasil materializa as políticas neoliberais de forma mais incisiva, na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Melo. No entanto, o projeto neoliberal pensado e materializado por Collor foi fadado ao fracasso durante o seu governo.

Segundo Antunes (2004), o processo de privatização estatal só ampliou as desigualdades sociais e engendrou um período marcado por recessão, arrocho, desemprego e miséria, sobretudo para a classe que vive do trabalho. Também houve um processo de pauperização em meio a uma subordinação do país ao capital internacional. No governo do FHC- Fernando Henrique Cardoso, encontra-se uma nova racionalidade, visando instaurar o neoliberalismo por todo o país.

Conforme Antunes (2004, p. 37)

FHC iniciou, em 1994, simultaneamente com o processo de estabilização monetária, um receituário programático, que teve como consequência mais nefasta o início da desmontagem do parque produtivo no país. O Programa Collor, eliminado seu traço aventureiro e bonapartista, foi reimplementado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia foi destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um monumental processo de privatização, desindustrialização, “integração”, servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional [...].

A implantação do neoliberalismo engendrou inúmeras mudanças político-econômicas no Brasil e no mundo. Como se pode evidenciar, inicialmente, no período de Fernando Collor, como também na continuidade do governo de FHC, ampliou-se

assombrosamente a desregulamentação do trabalho, coerente com a flexibilização produtiva, de modo a fragilizar os sindicatos dos trabalhadores.

Dessa forma, observa-se que as políticas neoliberais materializadas atacaram diretamente o mundo do trabalho. Retroalimentaram as necessidades intrínsecas da lógica do capital, através da superexploração do trabalho, da terceirização e da precarização do trabalho, de maneira que os trabalhadores são submetidos a executar tarefas degradantes, ou exercer mais de uma atividade, porque, na era da flexibilização, o trabalhador tem que ser multiuso, tendo que trabalhar horas a mais sem contar na folha de ponto, logo, não recebe pelo trabalho extra. Essa subordinação exacerbada está totalmente atrelada ao medo constante de fazer parte do exército de reserva, uma vez que o desemprego é uma realidade posta pelo modelo vigente.

Assim, vale ressaltar o que diz Antunes (2004, p. 48):

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era do Toyotismo e da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego que atinge a humanidade que trabalha em escala globalizada. Do Japão, aos Estados Unidos, da Inglaterra à Espanha, do Brasil à Argentina, quanto mais se avança na competitividade e na “integração mundial”, mais explosivas tornam-se as taxas de exclusão e desemprego.

Para Antunes (2004), o governo de FHC foi exemplar na manutenção de uma política econômica destrutiva e atuou diretamente a serviço dos interesses dos capitais globais. Ele também agiu diretamente com a força repressora do Estado. “Talvez seja a dupla face corpórea dos Cardoso: a que segue a orientação do próprio Fernando, o da subserviência aos ditames financeiros globais do capital-dinheiro” (ANTUNES, 2004, p. 41)

Essa subserviência ao capital internacional não está atrelada somente aos governos de extrema direita, é um grave engano. Pois, tanto no governo de Luís Inácio Lula da Silva quanto no da presidenta Dilma Rousseff, também, materializaram a cartilha neoliberal, é tanto que algumas mazelas oriundas da implantação do

neoliberalismo se fizeram presentes. E aqueles que acreditavam em mudanças estruturais via Estado acabaram ficando decepcionados.

No entanto, faz-se necessário ressaltar que tanto no Governo de Lula, quanto no Governo de Dilma, houve grandes investimentos em políticas públicas voltadas para a população mais pobre, como o Bolsa família, Luz para Todos, Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, ProUni - Programa Universidade para Todos, o Mais Médicos, que foi um Programa do Governo Federal, que levava médicos cubanos para áreas difícil acesso, que os médicos formados no Brasil, não queriam trabalhar.⁴É sabido que políticas como essas são medidas paliativas e não alteram de forma consistente a vida da população pobre, mas aliviam muito o sofrimento daqueles que até então não tinham nada. Enquanto isso, os banqueiros lucraram bem mais.

Como elucida Campos (2011, p.75),

Lula, o grande ícone da esquerda brasileira, do ponto de vista macroeconômico, manteve os pressupostos neoliberais, da política econômica beneficiando tanto o setor financeiro quanto grandes grupos econômicos do setor produtivo no país. E do ponto de vista socioeconômico o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores teve vantagens de ter reduzido a instabilidade social

Mesmo o governo do PT atendendo a “gregos e troianos”, não foi suficiente para a burguesia brasileira, em razão de que, no dia 31 de agosto de 2016, ocorreu o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, um grande golpe da elite brasileira que foi materializado, pois não havia nenhum crime que justificasse de maneira verídica o Impeachment.

No entanto, sabem-se quais são os reais interesses do presidente interino M. Temer, para atender fielmente ao capital internacional. Tanto que abraçou ainda mais forte o modelo neoliberal, destruindo totalmente a CLT brasileira, uma vez que a “Reforma trabalhista” e a “Reforma da previdência engendra benefícios para a

⁴Em 14 de Novembro de 2018 - O governo de Cuba anunciou que vai abandonar o programa Mais Médicos no Brasil devido a declarações feitas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). Sendo, que o mesmo questionava a comparação dos médicos cubanos.

burguesia, para os proprietários fundiários e para os grandes banqueiros, sepultando assim, os direitos trabalhistas.

2.2 – A Barbárie Disfarçada de Modernidade – É o Agronegócio no Campo Brasileiro

Terra nossa, Liberdade
Dom Pedro Casaldáliga

Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
Para ampararem cercas e bois
e fazer a Terra, escrava
e escravos os humanos!
Outra é a Terra nossa,
Homens, todos!
A humana Terra livre irmãos!

O espaço agrário brasileiro é resultado e resultante das inúmeras transformações oriundas do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que ao longo do tempo materializou inúmeras contradições. Estas foram intensificadas nas últimas décadas, sobretudo após avanço do agronegócio no país, surgindo como um novo modelo de agricultura.

Campos (2011) elucida que a origem do conceito de agronegócio emerge na década de 1950, nos Estados Unidos, e se apresenta como sistema de agricultura que parte de um complexo onde participam indústrias fornecedoras de insumos, implementos, máquinas, transportes, beneficiamento, e vários serviços, como de assistência técnica, logística, crédito, entre outros.

Para Souza e Conceição (2008), o agronegócio significa a tradução do conceito de “*agribusiness*” (agricultura de negócio) e foi desenvolvido por Ray Goldenberg, em

1957, nos EUA. Posteriormente este termo foi traduzido por Ney Bitencourt para o Brasil e proposto como complexo agroindustrial ou agronegócio.

Pode-se dizer que somente após a década de 1980 é que houve um salto tecnológico que difundiu a Revolução Verde, a qual passa a utilizar a ciência como instrumento para a produção através de modificações genéticas, como é o caso das sementes transgênicas. O modelo do agronegócio só se fortalece no campo brasileiro após a década de noventa com a inserção do neoliberalismo no país.

Para Silva (1981), o campo brasileiro é um grande exemplo da “modernização conservadora” porque ela aparece com características do latifúndio, privilegiando apenas algumas culturas e regiões, assim como as unidades produtivas, que têm médias e grandes propriedades, e não conseguem sustentar seu processo de modernização, pois quem viabiliza maior amparo e suporte é o Estado.

A lógica do agronegócio se intensifica no Brasil através da forte aliança entre Estado, proprietários fundiários e o mercado, que estão totalmente atrelados aos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O Estado tanto financia como proporciona toda infraestrutura e suporte para expansão do agronegócio no campo brasileiro. “O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através das políticas de crédito”. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 83)

Assim, há um modelo de agricultura moderno que, no entanto, mascara sua verdadeira face, que é a barbárie. Constatou-se que, nas últimas décadas, houve a intensificação do processo de expropriação do campesinato brasileiro, na medida em que é um modelo que busca cada vez mais concentrar terra e renda nas mãos de poucos. “A estrutura agrária brasileira tem caracterizado, desde a sua formação por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração de área territorial”. (SILVA, 1981, p. 33)

Isso ocorre porque esse modelo de agricultura está interligado com os reais interesses do capital. Cada vez mais busca dominar e se apropriar de elementos naturais imprescindíveis para sua expansão, através da apropriação de solos férteis

com boa localização, como também de áreas próximas a rios ou mananciais e pela busca desenfreada da extração do mais-trabalho.

De acordo com Souza e Conceição (2008), o agronegócio possui muito apoio do Estado e controla maior parte das terras agricultáveis no país – mais de 80% das terras. Contraditoriamente, é o setor que menos emprega e, quando emprega, há uma superexploração do trabalho, pois os trabalhadores estão, na maioria das vezes, em trabalhos temporários, com péssimas condições de trabalho e de vida, ou sem nenhuma garantia trabalhista. “É nos grandes projetos do agronegócio que têm sido encontradas formas “modernas” de trabalho escravo e semiescravo”. (SOUZA, CONCEIÇÃO, 2008, p. 106)

O agronegócio carrega consigo um discurso ideológico de proporcionador do desenvolvimento econômico para o campo brasileiro. No entanto, o que ocorre é a expropriação do campesinato, desemprego em massa, concentração de terra, concentração de renda, superexploração do trabalho, aumento da pobreza e das desigualdades sociais, como um todo. Assim, pode-se dizer que, no discurso, o agronegócio se apresenta com o que há de mais moderno e avançado, mas na sua prática dele resulta a barbárie disfarçada de modernidade, que se faz por meio da reprodução do atraso e da miséria no campo.

O Estado articulou estratégias e políticas para proporcionar todo suporte de infraestrutura para a ascensão do agronegócio no Brasil, mas foi somente na década de 1990 que houve a proposta do Novo Rural, pelo Governo Federal, legitimando e direcionando o agronegócio como um modelo extremamente necessário, tanto para os proprietários fundiários, como para os camponeses. “A ideologia da concepção do Novo Rural consolida a negação da necessidade da questão agrária como condição fundante para as políticas públicas de reforma agrária”. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 88)

Campos (2011) esclarece que a negação da reforma agrária nesse modelo de agricultura ocorre porque o agronegócio está totalmente atrelado às classes dominantes. Esse grupo político ganhou força porque latifundiários e empresários uniram-se para inviabilizar a possibilidade de uma reforma agrária ampla e efetiva no Brasil.

A referida autora evidencia também que o agronegócio pode ser compreendido como uma complexa articulação de capitais, que estão vinculados aos processos produtivos agropecuários, que se fortalecerão no contexto neoliberal sob a hegemonia de multinacionais. “Em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em *lócus* privilegiado da acumulação capitalista, produzindo simultaneamente riqueza para poucos e pobreza para muitos, e conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais”. (CAMPOS, 2011, p.109)

Pode-se concluir, então, que a lógica do agronegócio concentra terra, riqueza e tecnologia nas mãos de um grupo seletivo. Logo, engendra e intensifica a espacialização da miséria e das desigualdades sociais no campo, aumentando a expropriação camponesa, ampliando drasticamente o desemprego, intensificando a precarização do trabalho por meio de altas jornadas de trabalho e os coloca em condições sub-humanas ou análogas à escravidão. Segundo Oliveira (2003), a elite brasileira busca no passado formas de assegurar e proteger seu patrimônio, sobretudo por meio da violência e da barbárie.

O Estado garante a reprodução das classes dominantes ao assumir o agronegócio como o modelo necessário para o campo brasileiro, como também passa a legitimar os *lobbies* oriundos dessa lógica. Pois, esse modelo de agricultura tanto possibilita novas apropriações de terra e renda, como também garante lucros exorbitantes para os capitalistas e os proprietários fundiários.

Como esclarece Conceição (2013, p. 91-92),

A partir da década de 1990 com o avanço da financeirização da economia, via compromisso da dívida externa, o Estado assumiu o papel de gestor e de promotor de políticas agrícolas inscrevendo novas formas de expansão capitalista. O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única e necessária para o progresso e o desenvolvimento.

Há um discurso falacioso que está impregnado na mídia que o Estado também assume, de que o modelo do agronegócio é responsável pelo desenvolvimento do país, e é a força motriz da economia brasileira, apresentando-se como grande responsável da produção de alimentos, como grande gerador de emprego e renda.

Contudo, há inúmeras pesquisas que revelam que os verdadeiros responsáveis por colocar comida na mesa de milhões de brasileiros são os camponeses.

O modelo do agronegócio está totalmente voltado para atender ao mercado internacional. Esse modelo de agricultura não está preocupado em produzir alimentos para atender às necessidades básicas da população interna do país, mas sim produzir *commodities*. “Pode-se dizer que o outro aspecto que revela a face da barbárie do agronegócio é o aumento da insegurança alimentar no Brasil.” (CAMPOS, 2011, p.128)

Campos (2011) explica que quanto mais se produz *commodities* menos se produz alimentos, porque o primeiro não será apenas um alimento, mas sim uma mercadoria, que é produzida a partir da lógica do valor, para possibilitar aos capitalistas maior acumulação do capital, e em hipótese alguma estará preocupado em atender às necessidades humanas.

Dessa maneira, evidencia-se que a agricultura alicerçada na lógica do agronegócio utiliza-se da terra, da água, da tecnologia, do Estado, da exploração do trabalho para buscar cada vez mais lucro e, assim, dominar o mercado, tornando-se um modelo de agricultura rentável para um grupo hegemônico.

O agronegócio emerge no Brasil totalmente atrelado com os discursos da classe dominante, que tenta incutir no imaginário da população brasileira que esse é um modelo de agricultura necessário, e que deu certo em todo país. Junto com essa fala, emerge um discurso falacioso de que as problemáticas do campo foram solucionadas através da modernização das técnicas agrícolas, pois ampliou tanto a produção, como a produtividade. No entanto, o que se pode observar é que as problemáticas do espaço agrário brasileiro se alastraram drasticamente após o avanço do agronegócio no país.

Isso porque o carro-chefe desse modelo de agricultura é gerar lucro e riqueza para uma pequena minoria, e não o bem-estar da população. A lógica do agronegócio é a concentração de terra, renda e tecnologia, e está totalmente atrelada ao âmago da lógica desigual e combinada do capital, onde “as elites nacionais vão se tornando proprietários de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são parceiras ou sócias dos monopólios mundiais do

agronegócio. As elites defendem os interesses do capital mundial” (OLIVEIRA, 2007, p.148). O capital com sua força incontrolável busca cada vez mais se expandir e dominar novas áreas diante da sua sede inesgotável e ambição insaciável.

Como esclarece Conceição (2011, p. 04),

Nas últimas décadas o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo novas estruturas produtivas com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com intuito do lucro, do acúmulo da riqueza. Utilizando-se de todos os lugares. Na tentativa de se opor ao movimento cíclico, o sistema do capital procura fazer funcionar o metabolismo societal: Capital-Trabalho- Estado.

Destarte, evidencia-se que a lógica do agronegócio não rompe com a relação dialética capital-trabalho, como também está totalmente atrelada ao Estado. Pois, este legitima e permite o trabalho degradante, corrobora para que aqueles e aquelas que vivem do trabalho estejam cada vez mais vulneráveis para estarem a serviço do capital.

Dessa forma, pode-se dizer claramente que o agronegócio, em consonância com o modelo neoliberal, engendrou explicitamente um ataque direto ao mundo do trabalho, sobretudo diante da nova reestruturação produtiva, que alterou abruptamente as relações de trabalho e de vida no final do século XX e início do século XXI.

Como explica Campos (2011), o agronegócio, em acordo com o receituário neoliberal, intensifica a exploração da força de trabalho, promove a reestruturação no mercado de trabalho, resultando poucos empregos com bons salários, estes são somente para quem tem domínio do conhecimento técnico e para a maior parte dos trabalhadores, ampliando consideravelmente o desemprego e a precarização das condições de trabalho.

Tanto nesse modelo de economia quanto nesse modelo de agricultura, o capital busca intensificar desenfreadamente a exploração do trabalho em prol do seu sistema desigual. O lucro dos capitalistas e proprietários fundiários é fruto da exploração,

manipulação e extorsão da classe que vive do trabalho, como dos camponeses e trabalhadores assalariados do campo e da cidade.

Conforme já foi evidenciado, não foi por simples obra do acaso que o presidente Interino Michel Temer legitimou e aprovou a “Reforma Trabalhista”, em 2017. Não se pode chamá-la de reforma, mas sim (des)reforma, porque ela segue à risca a cartilha neoliberal, de modo a atacar diretamente a classe que vive do trabalho. Houve a perda de inúmeros direitos trabalhistas, que foram adquiridos por tantos anos de luta, em resumo, o presidente interino simplesmente rasgou a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) brasileira. Consolidou alianças com os proprietários fundiários e capitalistas, garantindo privilégios para os mesmos, uma vez que foram os únicos favorecidos e beneficiados com essas alterações.

A realidade já se mostra desnudada porque se visualiza claramente a intensificação do desemprego e a degradação exacerbada das condições de trabalho de inúmeros brasileiros, que vivem no campo e nas cidades. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o desemprego aumentou drasticamente em 2017, e tem a maior taxa média, desde 2012.

O que se pode dizer é que o desemprego crescente, no campo e nas cidades, é resultado das políticas neoliberais que se materializam no país desde 1990, mas foram intensificados nos últimos anos. Os setores político-econômicos, tanto a cartilha neoliberal quanto o agronegócio, abriram as portas para as novas formas de acumulação do capital.

De acordo com Conceição (2011), o agronegócio possui uma lógica concentradora de terra e de riqueza, e em todo momento expropria milhares de famílias, o que cada vez mais intensifica o desemprego e a precarização do trabalho. Assim, esse modelo vem contribuindo para uma baixa qualidade de vida e de alimentação, sobretudo diante da expansão do monocultivo, e com o uso cada vez maior de agrotóxicos, juntamente com a produção de alimentos transgênicos.

Não é somente o desemprego e a precarização do trabalho que mantém o agronegócio, mas sim o aumento crescente do trabalho escravo, em áreas voltadas a esse modelo de agricultura. Segundo a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), o trabalho escravo vem crescendo nos últimos anos.

Frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), explica que essa realidade reflete a condição de vida de vários trabalhadores camponeses, que são submetidos à condição de escravos no Brasil. Para este “o agronegócio continua sendo dominante na lista suja, e não é nenhuma surpresa, porque ele é dominante na prática do trabalho escravo. Ele representa mais da metade dos casos e dos resgatados. Houve um ano ou outro em que foi diferente, quando houve muitos resgates na confecção, na construção civil, mas isso foi fora do padrão”.

A CPT destacou que em 2014 as empresas alegaram estar sendo prejudicadas por serem indicadas nas “listas sujas”, empresas e/ou propriedades rurais, que tinham trabalho escravo. Estas conseguiram impedir judicialmente que suas empresas fossem expostas, mas, em 2016, a Ministra Carmem Lúcia conseguiu suspender essa decisão e o presidente interino Michel Temer conseguiu congelar a publicação da lista.

Como já afirmado, o Estado beneficia de todas as formas o agronegócio, e as grandes indústrias fecham os olhos para ações como essa. Assim, constata-se, em pleno século XXI, trabalho escravo no Brasil, sendo que as áreas que mais ocorrem denúncias e registros de trabalhos análogos à escravidão são propriedades dominadas pelo agronegócio.

Ao analisar a lógica do agronegócio atualmente, percebe-se que ela está totalmente atrelada com a história da concentração de terra no país, e essa terra é marcada por sangue daqueles que lutam historicamente, por ela ou para nela permanecer. Nos últimos anos o número de assassinatos no campo vem crescendo drasticamente no país. O foco principal é assassinar, atacar, ameaçar, ou até mesmo matar as lideranças dos movimentos sociais, com a intenção de fragilizar ou conter os Movimentos Sociais.

Isso é evidenciado **no gráfico a seguir, da Comissão Pastoral da Terra (CPT):**

Assassinatos em conflitos no campo: Brasil 2002-2017



Figura 4- Fonte Comissão Pastoral da Terra. Número de assassinatos em conflitos no campo de 2002 a 2017.

Assim, em pleno século XXI, o Brasil mantém a lógica concentradora de terra e de riquezas nas mãos de um grupo seletivo através do método BBB – Boi, Bíblia e Bala, enquanto a maior parte da população permanece com altos índices de vulnerabilidade social, que acaba sendo sujeita a trabalhos precários, condições análogas à escravidão, ou até mesmo vivenciando o medo constante da morte.

Os grandes proprietários fundiários conseguem espacializar a lógica cruel do agronegócio por todo o país, através de dois grandes processos, como o da monopolização da terra em que os proprietários fundiários subordinam a produção camponesa por meio da extração da renda, da terra, sendo que nesse processo não há expropriação a curto prazo. O segundo processo é o da territorialização da terra pelo agronegócio, que acaba varrendo literalmente os camponeses do direito da terra, em razão de que o processo de expropriação é muito rápido e intenso, engendrando cada vez mais mão de obra móvel para ficar a serviço do grande capital.

Os estados do Nordeste, que assumiram diretamente esse modelo de agricultura foram Alagoas, Pernambuco, Bahia e Sergipe, este último vem intensificando nos últimos anos a expansão do agronegócio em áreas de cultivo camponês, como é possível observar no mapa logo a seguir.

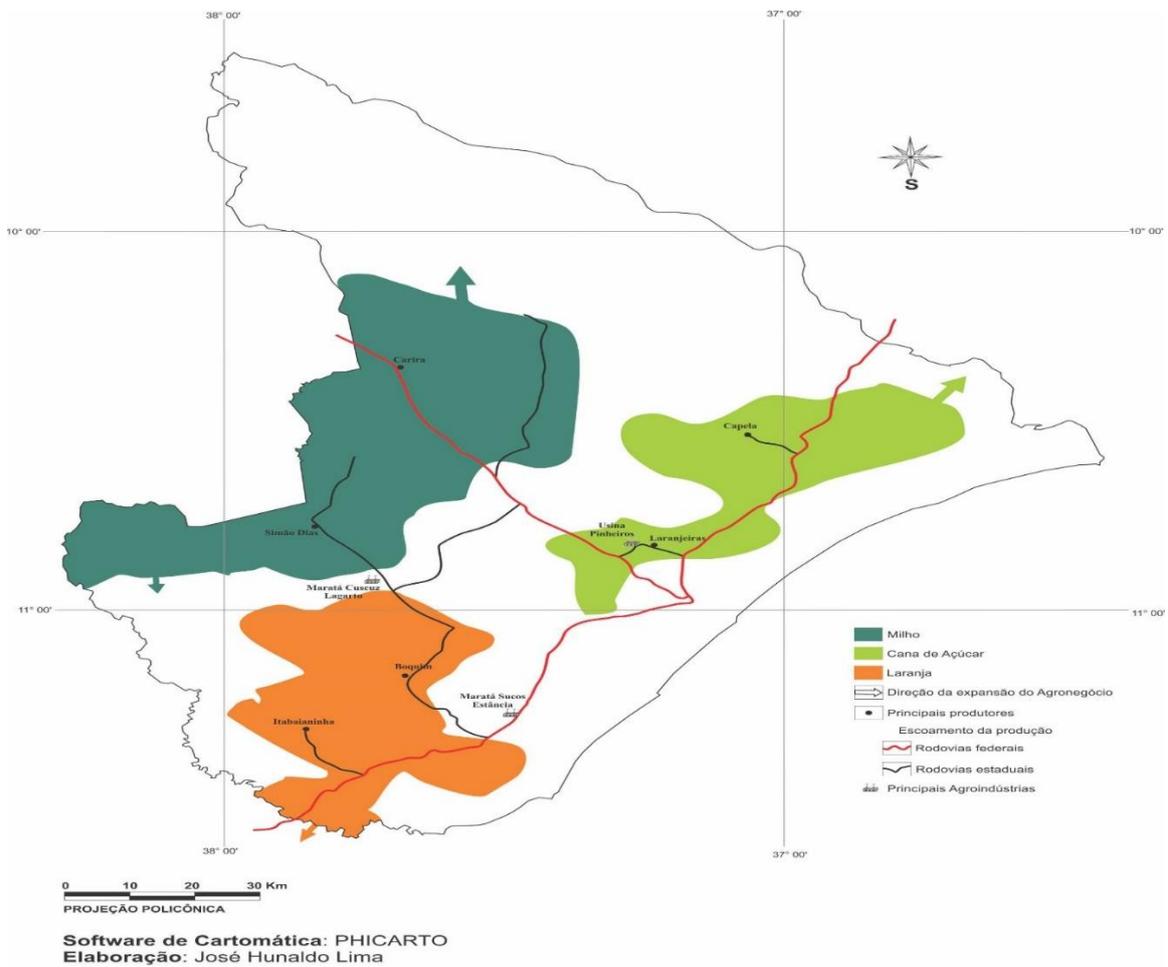


Figura 2- LIMA, José Hunaldo. A expansão do agronegócio em Sergipe, 2016.

Nota-se, assim, que em Sergipe há uma considerável expansão do agronegócio do milho, da cana-de-açúcar e da laranja. Alguns podem analisar como áreas de economias fortalecidas, no entanto é pertinente destacar que o monopólio desses monocultivos acentua a perda da condição camponesa, porque sua força de trabalho não está mais permeada pela autonomia, mas sim pelo processo contínuo de subordinação e exploração da força de trabalho camponês.

Segundo Conceição (2013), a política governamental do estado de Sergipe está totalmente atrelada ao modelo nacional/mundial do Banco Mundial, incentivando a exploração agrícola para atender diretamente à transação comercial, através da inclusão de cadeias produtivas. O agronegócio torna-se necessário à utilização de insumos agrícolas, principalmente fertilizantes agrícolas e agrotóxicos. Isso engendra uma perda considerável da produção alimentar, grandes impactos ambientais e péssimas condições de vida e de trabalho.

Nesse viés, Conceição (2013, p. 96) ilustra que

Por detrás do discurso governamental “de melhoria” das condições de vida do trabalhador da cana, do crescimento do número de empregos, da regularização do trabalho, do crescimento de carteiras assinadas, esconde-se uma prática desumana de trabalhos temporários e precarizados. O trabalhador é submetido a trabalhos degradantes, sem nenhuma seguridade trabalhista, tornando-se móvel para o capital. Nas suas diversas moradias ele se torna um volante boia-fria (migrante sazonal/temporário, em período de safra ou colheita), que vive em contínuo deslocamento, enquanto necessário à reprodução do capital.

Isso porque a concentração fundiária nessa lógica vigente engendrou uma vulnerabilidade econômico-social, que conduz cada vez mais os trabalhadores do campo e da cidade a se submeterem no trabalho degradante, a viverem em busca constante pelo trabalho, seja ele qual for.

De acordo com Conceição (2013), a condição do trabalho temporário permite o trabalho vivo-móvel para atender ao capital. Pois, na lógica da acumulação capitalista, a mobilidade do trabalho é uma condição necessária para o descaso dos direitos trabalhistas. “O sistema acumulativo do modo de produção capitalista se estabelece numa estrutura destrutiva da crise estrutural do capital em que para manter a lógica do lucro, há destituição da classe trabalhadora, que é afetada pelo desemprego estrutural”. (CONCEIÇÃO, 2013, p. 96)

2.3 - O Avanço da Expropriação, da Precarização do Trabalho e da Pobreza no Campo em Meio À Riqueza do Agronegócio

O campo brasileiro possui uma das maiores concentrações de terra do mundo, pois foi um dos países que carrega consigo marcas severas do processo de colonização, como também foi um país que nunca passou por uma Reforma Agrária.

Logo, engendrou inúmeras contradições e desigualdades socioespaciais. Estas últimas foram intensificadas nas últimas décadas decorrentes do avanço do agronegócio no campo. Este modelo de agricultura alicerçado nos moldes capitalistas de produção traz em seu âmago a intensificação da concentração de terra, renda, tecnologia e de mais-valor, ampliando, cada vez mais, os problemas sociais e econômicos.

Não se pode naturalizar essas problemáticas, elas não são criações naturais, mas sim produzidas/reproduzidas historicamente pela sociedade. Sobre isso, afirma Campos (2011, p. 51):

Quando se diz que algo é produzido socialmente significa que não surge aleatoriamente, mas que é fruto de um processo produtivo, em que determinados meios que são utilizados para atingir determinados fins, que envolve pessoas e instituições que se relacionam uma com as outras e entre si.

A lógica do agronegócio está totalmente atrelada ao modo de acumulação capitalista, sua verdadeira face está alicerçada na busca constante do lucro, transformando alimento em mercadoria por meio de *commodities*, engendrando, assim, escassez para o campesinato, como também para a maior parte da população. Este modelo de agricultura está bem distante de se preocupar com o bem-estar da população, sobretudo porque seu objetivo central está alicerçado na elevação constante da capacidade produtiva por meio da produtividade, sem, entretanto, sanar a fome e a pobreza no campo brasileiro.

Isso permite afirmar que o avanço do agronegócio no campo tem gerado de um lado riqueza para alguns e pobreza para a grande maioria marginalizada para um mundo repleto de violência e incertezas. No processo capitalista de produção, os camponeses são expropriados da terra. Os que não conseguem ter acesso a nenhum meio de produção como o maquinário, ou mesmo o crédito bancário, são marginalizados e subordinados ao capital.

Conforme a análise de Campos (2011), o processo de acumulação capitalista se realiza através da desumanização de uma grande parcela da população, que na maioria das vezes é condenada a sobreviver em condições lamentáveis de extrema pobreza, situação imposta pelo capital como condição para sua acumulação. O capital

se produz conforme disponibilidade da força de trabalho expropriada no campo, disposta a trabalhar submetida a baixos salários e péssimas condições de trabalho, cada vez mais precárias.

A valorização do capital para Conceição (2017) se sustenta por meio da expropriação e precarização da grande massa de pequenos produtores, pois o capital se autovaloriza quando consegue absorver grandes quantidades de mais-trabalho. A produtividade crescente está totalmente condicionada ao barateamento do trabalhador porque todo seu tempo disponível pertence à ultra valorização do capital, logo determinada por grandes quantidades de trabalho não pago.

Conceição (2017) afirma que, quanto mais o trabalhador produz e cria riqueza, mais ele se torna pobre, explorado e totalmente distante do acesso aos meios de produção, pois os trabalhadores passam a ser uma mercadoria bem mais barata, e menos valorizada que sua própria produção. O capital é um vampiro sanguinário que suga todo trabalho vivo encontrado. O produto do seu trabalho não lhe pertence, pertence a outro, ou seja, ao capitalista ou proprietário fundiário, conforme afirmado por Conceição (2017, p.16):

O sistema capitalista no auge da sua produtividade é incapaz de satisfazer-se plenamente, quanto mais expropria, mas se torna destrutivo. Como resolver as contradições, se é preciso produzir cada vez mais num mundo onde os recursos estão se esgotando! Para o capital, o objetivo é o lucro, sob qualquer pretexto, e qualquer custo, mesmo que para isso signifique a destruição dos recursos humanos e materiais, sustentados na ideologia e mito da ilusão do progresso ilimitado contínuo que resulta, necessariamente, na dominação crescente da natureza.

Dessa forma, pode-se dizer que o fortalecimento das políticas neoliberais e o incentivo à expansão do agronegócio no Brasil foram de suma importância para atender o movimento da acumulação do capital, de maneira a ampliar e realizar a expropriação, a exploração e a precarização do trabalho, gerando pobreza no campo e nas cidades.

Nas últimas décadas, fez-se marcante a crise estrutural na medida em que há a desvalorização dos trabalhadores e trabalhadoras, colocados como “excluídos e supérfluos”, ao mesmo tempo estes se tornam extremamente necessários para a continuidade da realização sociometabólica do capital. Desempregados são inseridos

ao mercado de trabalho em condições perversas e degradantes de exploração, privações que os colocam à margem das garantias de qualidade de trabalho, submetidos ao mundo do subemprego, informalidade, ou até mesmo da marginalidade.

Essa realidade está totalmente atrelada ao ideário neoliberal, ao fortalecimento do capital financeiro, que proporciona um ataque direto ao mundo do trabalho para a precarização, superexploração, terceirização, desregulamentação do trabalho. Estas condições se materializam pelas instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, com total consentimento do Estado. A partir disso, tem-se a ampliação tanto da exclusão social quanto exclusão econômica, transformando o campesinato em condições cada dia mais vulnerável, à margem da sociedade, sobretudo, diante do avanço da mecanização, da monopolização da terra, ou até mesmo da territorialização, acentuando de forma assustadora as desigualdades sociais e a miséria no campo.

O avanço do agronegócio no campo brasileiro tem conduzido a uma elevada concentração fundiária, como também uma acentuada concentração de renda, retroalimentadas pelo sistema sociometabólico do capital.

Como afirma Fabrini (2014, p. 08):

O agronegócio é uma “nova” face da agricultura capitalista que esconde o “velho” caráter especulativo da agricultura capitalista (rentista) e a superexploração da força de trabalho, a exemplo das condições do trabalho, análogas à escravidão, de cortadores de cana de açúcar. Verifica-se que a expansão contraditória e desigual das relações capitalistas cria e recria relações não capitalistas, e o agronegócio e latifúndio são exemplares dessa expansão não necessariamente pauta nas relações mercadológicas de produção (produção de mercadorias).

Esse modelo de agricultura dito moderno não tem nada de novo porque na verdade carrega consigo o germe da destruição, resgatando relações arcaicas, como o trabalho escravo, e intensificando as contradições, como a pobreza e o aumento do exército de reserva, desnudando a verdadeira face da lógica do agronegócio.

Nesse aspecto, percebe-se que a agricultura, nos moldes da acumulação capitalista, mostra sua face perversa, pois busca desumanizar homens e mulheres de uma forma destrutiva e esmagadora, usando os tentáculos do capital para extrair e se apropriar de tudo que vê, mais-trabalho e toda riqueza gerada.

Conceição (2017) afirma que o capital é uma máquina perversa e trituradora de homens, usando de todas as formas para cooptá-los, alienando-os pela cultura, pelo modo de vida da condição camponesa, “negando a condição ontológica do SER como condição de uso, colocando-o como agricultor familiar, um técnico para o capital”. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 31)

O sistema do capital inserido na ampliação constante de produtividade, expansão e acumulação não consegue se satisfazer em sua totalidade, pois sua sede por mais-trabalho, terra e renda é totalmente insaciável, logo usurpa tanto as condições materiais e objetivas do campesinato para sua reprodução, como também as condições subjetivas, como seus valores, costumes e tradições. Seu objetivo constante é o lucro, não importa como seja engendrado ou conquistado.

Uma das formas utilizadas pelo agronegócio para cooptar o campesinato é por meio do discurso falacioso de que esse modelo de agricultura levará emprego, desenvolvimento e modernização para o campo. Isso construiu um lobby muito forte que a mídia transmite para os veículos de comunicação de massa, e a maior parte da população incorpora esse discurso ideológico como o certo, construindo uma imagem benéfica do agronegócio. Cria a imagem dos camponeses como aqueles que são atrasados e precisam modernizar-se, sendo que esse discurso serve para mascarar o lado perverso da lógica do agronegócio porque não passam na mídia os inúmeros problemas engendrados no campo por esse modelo de agricultura.

A imagem a seguir traz a representação do poder de influência e manipulação que o agronegócio exerce no Brasil:



Figura 5 – Fonte: Disponível em [-https://altamiroborges.blogspot.com/2015/01/a-midia-e-hegemonizada-pelo-agronegocio.html](https://altamiroborges.blogspot.com/2015/01/a-midia-e-hegemonizada-pelo-agronegocio.html), - A mídia hegemoniza o agronegócio, janeiro de 2015.

Todo discurso ideológico criado serve para legitimar e fortalecer a bancada ruralista brasileira, que usa tanto da mídia, do judiciário, da polícia, como também um grupo de intelectuais que abraçam esse modelo de agricultura, considerando como o melhor para o desenvolvimento econômico, e negando e/ou maquiando as inúmeras evidências que são desnudadas e denunciadas por outros estudiosos da questão agrária. Esses últimos têm o comprometimento diferenciado, pois a leitura de mundo que eles/as fazem objetiva desvelar a atual realidade, e não como querem ou digam que ela seja.

Todo discurso ideológico que legitima o agronegócio como modelo necessário de agricultura serve apenas para atender e dar suporte aos proprietários fundiários, e aos grandes capitalistas, que usam de subterfúgios para legitimar esse modelo bárbaro do agronegócio, logo garante a expropriação, a perpetuação da concentração de terra e de renda no Brasil. Isso acentua a superexploração do trabalho, a mobilidade do trabalho e a pobreza no campo.

Como explica Fabrini (2014, p. 07):

[...] se de um lado o agronegócio é sinônimo de produtividade, do outro é excludente, promotor da miséria, degradação ambiental, violências e tantas outras barbáries. Na compreensão de grande parte de estudiosos do campo brasileiro, bem como dos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), o latifúndio excluía pela não produção e, agora, o agronegócio exclui pela produção.

O agronegócio amplia consideravelmente as contradições, ao tempo que gera a luta do campesinato empobrecido, pois, mesmo diante das inúmeras dificuldades, continuam lutando e resistindo tanto para ter acesso a terra ou para nela permanecer. Porque é a única forma de continuar com a manutenção da unidade de produção, mesmo frente às inúmeras adversidades que emergem constantemente nas últimas décadas.

Sobretudo porque o campesinato busca constantemente enfrentar as principais características do agronegócio, que estão ancoradas na concentração da terra, dos recursos naturais, como também busca conter a homogeneização da agricultura diante do monocultivo da plantação, este é viabilizado por meio da variação de sementes crioulas, como é o caso dos Pequenos Agricultores, os quais têm como prioridade não depender de sementes transgênicas e insumos agrícolas, o que faz diminuir a degradação ambiental e a contaminação do solo.

Em contrapartida, o Movimento dos Pequenos Agricultores luta contra o modelo hegemônico pautado no agronegócio, como também contra o Estado que o instrumentaliza e direciona a todo o momento políticas públicas que favorecem o avanço do agronegócio no campo brasileiro.

De acordo com Conceição (2017), algumas famílias dos pequenos produtores, sejam ou não do Movimento para continuar subsistindo, são obrigadas a abandonar a produção de alimentos e acabam submetendo-os ao monocultivo dos agrocombustíveis.

Diante desse processo de subordinação, ampliam-se consideravelmente as desigualdades sociais pautadas na expropriação camponesa, conseqüentemente o

aumento do exército de reserva, da mobilidade do trabalho. O capital passa a subordinar e se apropriar da renda da terra camponesa por meio do avanço da monopolização, passa a privatizar a terra, a água e a renda via o avanço da territorialização, emergindo de forma assustadora os conflitos e violência no campo brasileiro.

A maior parte desses conflitos é oriunda do avanço da desigualdade social e econômica no campo e também nas cidades. Aqueles que não são excluídos muitas vezes são inseridos nos Movimentos Sociais do Campo e passam a ter outra leitura de mundo. Logo, passam a lutar pela terra, para que ela cumpra sua função social, e por moradia digna. Quando não conseguem ter acessos aos Movimentos por falta de oportunidade ou desconhecimento, enfrentam a pobreza de forma mais dura, a vulnerabilidade, a exclusão social e econômica, logo passam a ser força de barata e disponível para o capital, em troca de baixíssimos salários, e isso quando encontram.

Cada vez mais essas problemáticas persistem e se ampliam, como explica a Campos (2011, p. 84):

As pessoas que são excluídas não são incluídas no processo produtivo nem mesmo nos períodos de crescimento econômico, portanto, a exclusão não tem tendência cíclica como a marginalização. Entre os fatores que produzem a exclusão, a socióloga destaca as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho que possibilitam o aumento substancial da produtividade com redução do número de empregados/as.

Campos (2011) esclarece que, com o avanço das políticas neoliberais, o desemprego é bem mais duradouro que em outros períodos da história. Quem fica nos seus postos de trabalho também passa por situações difíceis porque o capital intensificou ainda mais a exploração da força de trabalho. Os capitalistas buscam cada vez mais força de trabalho qualificada, no entanto os salários seguem em uma tendência decrescente, ou seja, com uma drástica redução de salários e de garantias. “Assim, a maior liberdade, obviamente para o capital e não para os/as trabalhadores, possibilita aos capitalistas criar novas e/ou retomar antigas formas de exploração da força de trabalho para intensificar a maximização dos lucros”. (CAMPOS, 2011, p. 85)

Dessa forma, o campo e a cidade passam a ser receptáculos de variadas desigualdades, pela expropriação, subordinação, sujeição, exploração,

desvalorização da classe que vive do trabalho. Com total dominação do trabalho, sobretudo nas últimas décadas sustentado pelo Estado neoliberal. Essa sustentação legitima uma verdadeira barbárie, cristalizando e aprofundando as contradições engendradas pelo capital.

A totalidade das relações organizadas e produzidas no espaço constitui a expressão máxima da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. O espaço agrário não deve ser compreendido em suas partes, ele só pode ser compreendido como uma expressão da relação entre o capital, o trabalho, e o Estado. Nesse sentido, compreender essa relação é buscar entender que as transformações e alterações espaciais que se inscrevem nos diferentes espaços do cotidiano em suas distintas escalas de análise devem ser refletidas a partir da leitura dos processos contraditórios no qual estão inseridos. (RODRIGUES, 2012, p. 61)

Como afirmado anteriormente, o capital, com o apoio do Estado, consegue apropriar-se do território camponês, utilizando variados discursos ideológicos pautados na ideia de que irão combater e sanar a pobreza no campo. Entretanto, a lógica do agronegócio está totalmente atrelada à condição tirânica causadora das desigualdades socioespaciais.

De acordo com Rodrigues (2012), o capital é privilegiado porque pode contar com o apoio total do Estado, e também tem como aliado a ideologia, sendo que o Estado é um dos grandes sustentáculos do modo de produção capitalista, pois é por meio dele que consegue garantir o maior controle social. Através da ideologia via simbologias e representações consegue corroborar para a manutenção do ideário capitalista.

Como explana Rodrigues (2012, p. 76-77):

[...] provocando a aceitação passiva da mutação geral das relações sociais e de trabalho, explícitas em relações de exploração da vida humana, na multiplicação da violência silenciosa e escamoteada pelo fetiche que o dinheiro emana, impulsionando e dissimulando as desigualdades e toda ordem de conflitos que dele provém.

Portanto, pode-se afirmar que esse sistema econômico é totalmente sustentado e assegurado pelo Estado e pela ideologia dominante, que impõe e legitima a barbárie,

no seu movimento desigual e combinado, intensificando a centralização e a concentração da terra e renda no campo.

Nas últimas décadas, o avanço do agronegócio é de suma importância para a lógica da acumulação capitalista. Enquanto isso, a maior parte da população camponesa vem sendo expropriada, ou seja, são expulsos de suas terras, tornando-se cada dia mais susceptíveis a ser devorados pelos tentáculos da pobreza, no curto ciclo do capital.

CAPÍTULO III –

A MOBILIDADE DO TRABALHO E A RESISTÊNCIA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA PELO MPA.

“A desvalorização do mundo humano cresce em razão direta da valorização do mundo das coisas” Karl Marx

CAPÍTULO III – A MOBILIDADE DO TRABALHO E A RESISTÊNCIA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA PELO MPA.

Ser migrante...“É viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1986, p. 45)

O terceiro e último capítulo busca compreender a mobilidade do trabalho no processo de acumulação capitalista, investigar as causas, desmitificar a naturalização da migração do campo para a cidade e a perspectiva de permanência da unidade de produção familiar dos e das camponesas do MPA.

3.1- O Processo de Acumulação Capitalista e a Mobilidade do Trabalho

De acordo com Marx (2013), a acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original, pois Adão mordeu a maçã, e assim o pecado foi lançado aos seres humanos. Após o pecado original, homens e mulheres tiveram que se alimentar através do suor de seu rosto, ou seja, por meio do seu trabalho. Mas, a história do pecado original econômico revela que há pessoas que não aceitam esse processo de subordinação.

Desse pecado original emerge a pobreza de uma massa de homens e mulheres despossuídos, enquanto uma minoria não precisa trabalhar, de maneira que suas riquezas aumentam consideravelmente. A questão é: de onde se origina essa riqueza? Ora, das horas de trabalho não pagas aos trabalhadores, como também da expropriação dos camponeses com a separação radical entre produtor e meios de produção. A relação capitalista está totalmente atrelada à exploração da força de trabalho, como também do distanciamento contínuo dos trabalhadores dos seus meios de produção, possibilitando a acumulação de riqueza, a concentração da terra e/ou a expropriação do camponês, que é obrigado a vender a sua força de trabalho para continuar vivo, mesmo que isso signifique a sua perda de condição humana.

Marx (2013) evidencia que o processo que cria a relação capitalista está atrelado ao processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições

de realização do seu trabalho, processo este que, de um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e do outro, transforma os produtores diretos em assalariados. Esse processo ocorre a todo o momento com a expulsão de homens e mulheres da terra, sobretudo diante da expropriação violenta e constante do campesinato, que, arrancados do seu modo de vida, são submetidos às incertezas da lógica desigual e combinada do capital.

Nesse sentido é que emerge a necessidade de desmistificar a saída do campesinato como se fosse algo natural, desejável, entretanto, na verdade há uma mobilidade forçada, na maioria das vezes é bastante dolorosa, uma vez que homens e mulheres são submetidos diariamente a viver na busca constante pelo trabalho, seja onde for. Gaudemar (1976) explica que a imposição da mobilidade do trabalho é uma estratégia para o crescimento capitalista. Toda estratégia capitalista de mobilidade é uma estratégia de mobilidade forçada.

Isso pode ser observado no Quadro *Os Retirantes*, de Cândido Portinari, que evidencia uma família de retirantes fugindo da grande seca, em 1915, e da pobreza diante dos caminhos incertos impostos pela lógica contraditória do capital.



Figura 6 - PORTINARI, Cândido. Os Retirantes. Petrópolis/RJ, 1944.

O trabalhador não é livre, não lhe resta outra opção a não ser vender sua força de trabalho, ou vende, ou morre, ele está sujeito à falta das condições mínimas de sobrevivência. “A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como condição de exercício da sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (GAUDEMAR, 1976, p. 190)

A mobilidade da força de trabalho está totalmente subordinada ao capital, não há liberdade de escolha quando a única saída é ir à busca contínua pelo trabalho. Os que saem do campo constituem uma força de trabalho vulnerável, móvel e totalmente disponível para os interesses da lógica vigente, pois migram de um lugar para outro, de tempos em tempos - para trabalhos, na maioria das vezes precarizados, ou até mesmo sub-humanos.

Para Gaudemar (1977, p. 35):

Os homens não passam de instrumentos, e a força de trabalho não é mais do que um *continuum mobilie*. O trabalhador move-se apenas a serviço da máquina e do capital que possui. Num tempo e num espaço de que é desapossado. Peão, num tabuleiro, portanto ínfimo nas curvas de crescimento, está sujeito aos movimentos alternativos da expansão do capital.

Ou seja, o processo de apropriação e exploração do trabalho pelo capital é caracterizado como uma condição fundamental e necessária para a expansão e acumulação do capital, logo, a mão de obra dos trabalhadores precisa ser móvel para que estes fiquem totalmente disponíveis para o interesse do capital, seja lá onde for. “A condição existencial do capital é a negação do trabalho livre, da liberdade dos homens. Ele precisa encontrar no mercado a mercadoria força de trabalho para ser vendida, para ser controlada e apropriada no seu processo de valorização.” (SOUZA, 2011, p.181)

Diante desse processo há submissão total da força de trabalho ao capital, sobretudo quando ela se torna mercadoria móvel submetida às regras de acumulação capitalista, pois o capital não passa de um grande vampiro sanguinário, que suga totalmente a vida dos trabalhadores despossuídos do campo e das cidades, escravizando-os e colocando-os como andarilhos a serviço do grande capital.

Para Gaudemar (1977), o capital torna o trabalhador “livre e móvel” apenas pela condição necessária da venda da sua força de trabalho ao mercado, com esse discurso ideológico de liberdade consegue mascarar a realidade, garantindo a acumulação capitalista por meio da sua subordinação brutal. Sem escolha, móvel ao capital, o trabalhador passa a ser submetido a altos níveis de exploração.

Nesse sentido, de acordo com Souza (2011), a condição de existência do trabalhador móvel não significa uma condição permanente da humanidade. A necessidade da venda da força de trabalho ocorre pelo processo contínuo da degradação das condições de vida, baseada no valor de uso na natureza, essa alteração foi construída pelo próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, uma vez que obriga o deslocamento dos indivíduos como estratégia de sobrevivência, tornando-os despossuídos da liberdade de realizar no trabalho a condição de vida, logo, vender sua força de trabalho passa a ser extremamente

necessário. “[...] o movimento do próprio capital é que define o caráter móvel do trabalho” (SOUZA, 2011, p. 201).

A mobilidade do trabalho se define como uma mobilidade forçada pela condição de realização do próprio capital, em razão de que consegue transformar a mão de obra humana em mercadoria, na passagem da força de trabalho em lucro para os proprietários dos meios de produção. A liberdade de escolha é devastada pela força das necessidades imediatas de sobrevivência dos trabalhadores despossuídos, pois só há liberdade de escolha de sair e/ou permanência quando se têm as condições básicas de existência, isto é, quando se é proprietário dos meios de produção.

Nesse viés, elucida Souza (2011, p. 202):

A mobilidade forçada se define, portanto, na condição de realização do capital, em se reproduzir através da transformação da força de trabalho humano em mercadoria (a mercadoria transformada em dinheiro, em capital), da alienação do trabalhador, do excesso de mão de obra (desemprego, miséria do trabalhador livre, que disponha de sua força de trabalho e que se encontre desprovido de coisas necessárias a sua realização pelo trabalho e no trabalho). Essa “liberdade” apresenta em duplo sentido: primeiro o de que o trabalhador é livre, pois dispõe de sua força, mas ao mesmo tempo tem que vendê-la para garantia de sua sobrevivência.

A lógica do capital tem um grande potencial destrutivo, pois ela busca desenfreadamente expropriar o campesinato e o desenraizar, transformando-o em proprietário de uma única coisa, a sua força de trabalho. Seu objetivo é reduzir os seres humanos apenas para vender sua força de trabalho. Por outro lado, não há em momento algum a preocupação para que estes sejam absorvidos pelo mercado de trabalho, pois o importante é se tornarem vendedores em potencial de força de trabalho, ou seja, trabalhadores, que buscam constantemente pelo trabalho como a única condição de sobrevivência.

Assim, a mobilidade do trabalho passa a ser uma aliança necessária para a gênese e o processo de acumulação e expansão do capital, sobretudo ao desatar os laços da unidade de produção camponesa por meio da intensificação da monopolização, territorialização e a expropriação do campesinato da terra, seu local de morada, sua condição de vida, permanência e de existência. Expropriados do seu local de morada, o campesinato sem terra é subordinado aos ditames das relações

capitalistas de produção, que impõem a subsunção do trabalho ao capital, pois estes se encontram totalmente destituídos de qualquer meio de produção, isto é, apenas lhe resta ser mão de obra móvel a serviço do capital.

O processo de apropriação do trabalho pelo capital é fundamental para sua existência, pois o capital é uma relação social, é fruto do próprio trabalho acumulativo, da extração do maior-valor, seja ele absoluto ou relativo, uma vez que o sobretrabalho passa a ser necessário para sua reprodução, pois tanto garante a permanência da lógica vigente como amplia o processo de acumulação e expansão do capital.

Segundo Souza (2011) elucida que as alterações históricas da produção capitalista tornam as condições de exploração do trabalho ainda mais perversas, tendo em vista que, ao passo que se desenvolvem as forças produtivas, aumenta a produtividade, principalmente de mercadorias de grande escala, sendo que esta proporciona mais controle do trabalho pelo capital. A mais valia relativa/absoluta se expande a partir do avanço de técnicas, ampliando consideravelmente os níveis de prolongamento da força de trabalho. O resultado disso é a retirada de qualquer possibilidade da reprodução de vida dos trabalhadores na terra. “Nesse sentido os verdadeiros produtores de mercadorias, a cada passo que contribuem com a ampliação do lucro capitalista, representam, contraditoriamente, a ampliação da sua própria miséria” (SOUZA, 2011, p. 198)

Destarte, riqueza e pobreza são engendradas de forma simultânea no modo de produção capitalista, até porque uma não existe sem a presença da outra, de maneira que a lógica vigente engendra sujeitos supérfluos, mas extremamente necessários para sua lógica de acumulação.

O exército de reserva é um grande prêmio para os capitalistas, que buscam constantemente por sujeitos “livres, despossuídos e móveis” para se submeterem à qualquer condição de trabalho, o que possibilita grandes parcelas de lucratividade com os mesmos. Isso porque a condição de miséria atrelada à competitividade e o medo constante de ser substituído leva à submissão e à sujeição de formas perversas e degradantes de exploração do trabalho.

A mão de obra migrante é totalmente inferiorizada, às vezes pela sua baixa qualificação por viverem na terra. Muitas vezes por estarem distantes de seu local de

origem, ao irem residir na cidade, ou em países distantes se submetem à execução de altos níveis de exploração e de péssimas condições de trabalho. A condição de miserabilidade impõe a sua submissão, isto é, não lhe resta outra saída que vender a única coisa que lhe sobra, a sua própria condição humana.

Nesse sentido, Martins (2002, p. 144) define migrante:

[...] atrevo-me a sugerir uma definição de migrante e, portanto, um recorte na migração interna. Aparentemente, não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina, ou em países da Ásia e da África, e até mesmo da Europa, são muitos os que migram temporariamente para ganhar algum dinheiro, para refazer ou ampliar o fundo da manutenção doméstica e de reprodução das relações sociais da família e de reconstituição de um modo de vida, quase sempre camponês. Esse não é o aspecto principal das migrações. O principal está no fato de que migram quase sempre dispostos a aceitar condições degradantes de trabalho, humilhação e más condições de vida; que migram temporariamente dispostos a abrir mão de concepções mínimas e básicas de decoro, dignidade e direitos. São migrantes, portanto, os que colocam temporariamente entre parênteses no sentido de pertencimento e voluntariamente se sujeita a situação de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência.

Segundo Martins (1986), é necessário analisar a definição do universo social da migração, pois há um trânsito de um lugar para outro, como também existe uma transição de um tempo para outro, uma vez que migrar não é apenas sair e voltar de um lugar para outro, é viver em espaços geográficos totalmente diferentes daquilo que até o momento estava acostumado, passando a vivenciar inúmeras contradições. É ser duas pessoas ao mesmo tempo, e em cada uma delas precisa se adaptar às relações sociais específicas e totalmente diferenciadas. “É viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É até mesmo partir sempre e não chegar nunca”. (MARTINS, 1986, p. 45)

Ou seja, a saída de homens e mulheres que vivem no campo em busca de trabalho em outros lugares não é uma decisão fácil, ou mesmo uma tarefa das mais simples. Pois, essa busca pelo trabalho assalariado está atrelada à condição de vida dessas pessoas, que vivem no limite da reprodução familiar camponesa. Além disso, essa saída muitas vezes é acelerada pela imposição dos ditames do capital, que não

permite mais que o trabalho seja fixo, mas sim que ele seja móvel para atender aos novos padrões da acumulação capitalista.

Dessa forma, é possível dizer que a mobilidade do trabalho foi e tem sido essencial para o modo capitalista de produção e continua sendo fundamental para a reprodução ampliada do capital, não há capital adicional sem a presença de formas de mobilidade. Logo, a força de trabalho humana se torna cada vez mais móvel, sendo que esse processo é totalmente legitimado pela estrutura totalizadora do Estado, que tanto assegura como garante a manutenção da lógica desigual e combinada do capital, ao executar sua função de mediador da relação capital-trabalho.

Nessa perspectiva, o Estado tem um papel fundamental porque, no âmbito político, este consegue meios para perpetuar as contradições, isto é, um grupo seletivo se apropria de toda riqueza gerada socialmente, enquanto a maior parte dos trabalhadores do mundo inteiro se torna cada vez mais pobre e sob a ameaça constante do desemprego.

Como analisa Conceição (2013, p. 92),

Nas últimas décadas o capital, na busca incontrolável do lucro, expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem lhe oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todos os lugares, na tentativa de se opor ao movimento cíclico do capital, o sistema de capital procura fazer funcionar o metabolismo societal: Capital-Trabalho-Estado.

Nessa perspectiva, pode-se observar que uma das principais características na sociedade capitalista está atrelada à busca desenfreada pelo lucro, não importa a forma como é extraído. Tanto, que uma das marcas mais expressivas nesse modo de produção é a necessidade contínua de usurpar riquezas, seja pela expropriação, ou pela extração latente de mais valor absoluto ou relativo.

Como explica Martins (1997, p. 30),

Esse é um problema característico da sociedade capitalista em qualquer país. É uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no

mercado, para que tudo e todos sejam submetidos às leis do mercado. A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. Os camponeses foram desenraizados porque o capital precisava que os camponeses trabalhassem de outro modo, como operários, como assalariados, como vendedores de força de trabalho, portanto, como donos de mercadoria, como equivalentes de mercadoria. Os trabalhadores seguindo o ritmo e a lógica que é própria do capital.

Destarte, a lógica de acumulação capitalista desenraiza brutalmente a maior parte dos seres humanos que não possuem os meios de produção e os coloca à mercê da lógica contraditória do capital. “É própria dessa lógica a exclusão e a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, e incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão”. (MARTINS, 1977, p. 32)

Martins (1997) afirma que antes a exclusão era por um período curto de tempo, pois o camponês era expropriado da terra, mas logo era absorvido pelo mercado de trabalho nas cidades. Contudo, nos últimos anos os camponeses não vêm sendo absorvidos de forma rápida, o que tem prevalecido é a exclusão acentuada das novas formas de acumulação do capital.

Como Conceição (2017, p. 14) elucida,

Sua valorização está sustentada na expropriação e na precarização das grandes massas de produtores. O capital se autovaloriza ao absorver maior quantidade possível de mais-trabalho. A produtividade crescente do trabalho está condicionada ao barateamento do trabalhador, todo seu tempo disponível pertence à autovalorização do capital. Esta é determinada pela maior quantidade de trabalho não pago.

Portanto, a exploração do trabalhador móvel é fundamental para a reprodução ampliada do capital, pela submissão do trabalho às exigências do mercado, é por isso que cada vez mais a lógica desigual e combinada do capital busca incansavelmente pela expropriação latente do campesinato, indígenas e quilombolas. Resulta as formas da mobilidade, e esta é essencial na reprodução alargada do capital e no processo de acumulação. “Um papel essencial: não há acumulação, especialmente de capital adicional, sem a mobilidade do trabalho”. (GAUDEMAR, 1977, p. 278)

3.2 - As Andorinhas Voam no Verão do Alto Sertão Sergipano

Quando olhei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornalha

Nem um pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Até mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração [...]

Asa Branca/Luiz Gonzaga

O campo brasileiro é marcado por inúmeras desigualdades sociais, entre elas estão a pobreza, a vulnerabilidade social, o latente desemprego e mobilidade do trabalho que cresce consideravelmente todos os anos, e com o Alto Sertão sergipano essa realidade não é tão diferente. Sobretudo porque o âmago dessas problemáticas possuem raízes profundas que ultrapassam até mesmo a seca do sertão, pois estas mazelas são de ordem estrutural.

Conceição (2013), ao analisar a formação histórica do Nordeste, sobretudo os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, afirma que: “Na escala da desigualdade da divisão territorial do trabalho, a região Nordeste se configurou na responsabilidade de ser garantidora de capitais agrícolas com a intensificação da exploração do trabalho sem a regulação dos direitos (advinda de uma estrutura escravista [...])” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 93-94).

O Estado brasileiro tem legitimado a produção de espaços geográficos desiguais a serviço do capital ao financiar modelos capitalistas de produção como o agronegócio, e dessa forma garantir a exploração da classe trabalhadora. O Estado é fundamental para a reprodução sociometabólica do capital, pois, ao passo que ele engendra políticas de intervenções sociais, simultaneamente garante a permanência e a acumulação da lógica capitalista de produção.

A expansão das relações capitalistas asseguradas pelo Estado garante a concentração de terra, de renda e acaba expropriando os trabalhadores do campo, e quando não ocorre a expropriação direta, monopolizam as terras camponesas e se apropriam diretamente da renda da terra, inviabilizando cada vez mais a permanência do campesinato na unidade de produção familiar. O processo de territorialização, assim como o da monopolização das terras camponesas, materializa-se continuamente com a inserção e avanço do agronegócio no Alto Sertão Sergipano e engendra cada vez mais inúmeros problemas para o campesinato. O mais evidente nos últimos anos tem sido o endividamento do camponês, gerado pela imposição do capital financeiro no campo. Fato também observado nesta área de pesquisa.

Esta lógica busca metamorfosear o campesinato em agricultores familiares via agronegócio, ou seja, se adaptem ao “novo” modelo de agricultura, e passem a plantar sementes transgênicas no lugar dos alimentos de cultivos convencionais, como feijão, mandioca, entre outros alimentos. Isso amplia a expropriação camponesa por endividamento, engendra o desemprego em massa, amplia a precarização do trabalho, como também subordina a agricultura camponesa às exigências do capital.

Como Conceição (2017, p. 15) esclarece,

O mercado instrumentaliza o Estado e este o instrumentaliza para uma política perversa de favorecimento das transnacionais; sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise, as políticas agrícolas nacionais e locais fazem coro as políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis. Sem condições de resistirem ao agronegócio, para subsistirem, as famílias camponesas são obrigadas a produção de alimentos a serem submetidos ao cultivo dos agrocombustíveis.

Assim, um grupo seletivo se beneficia de todas as formas, enquanto a maior parte dos camponeses é excluída e incluída na lógica perversa do endividamento, da expropriação, precarização do trabalho e da mobilidade do trabalho. Expulsos da terra acabam migrando para grandes cidades como a única forma de sobrevivência.

Conceição (2007, p. 95) esclarece que,

No novo padrão de acumulação, na inserção do processo de mundialização e financeirização da economia, o trabalhador deixa de ser fixo para ser móvel ficando disponível ao tempo cíclico, da produção, distribuição e circulação do capital, que na maioria das vezes, representa-se alienígena ao processo de tecnificação da economia. À contramão do modelo modernizante da organização da produção e do trabalho, a reprodução ampliada do capital, é a garantida por formas de desqualificação do trabalho, e do trabalhador.

Na medida em que desqualifica o trabalho e o trabalhador, transforma-o em andarilho a serviço do capital, pois esse processo garante parcelas exorbitantes de extração de mais valor, ou seja, amplia consideravelmente o lucro para os capitalistas. Pois se apropriam da riqueza gerada do trabalhador móvel, que se submete muitas vezes a altos níveis de exploração. Como já afirmado, a mobilidade do trabalho passa a ser uma imposição necessária para a lógica de acumulação capitalista, e não uma livre escolha para os despossuídos, até porque não há muitas escolhas.

Esta reflexão permitiu analisar criticamente a realidade em estudo. Ao visitar anteriormente à minha entrada no Mestrado, foco desta pesquisa, constatou-se na Comunidade Garrote do Emiliano, localizada no município de Poço Redondo (ver fig. 02), a presença de migrações constantes principalmente de jovens, que a justificavam como situação natural e necessária individualmente. Diante dessa situação, na medida em que foram realizadas visitas na Comunidade (durante o Mestrado) e aprofundado o estudo teórico, conseguiu-se desmistificar esse discurso ideológico imposto pela mídia e mesmo as instituições escolares e transmitido por gerações.

Mapa 01: Localização do Universo em Estudo, Sergipe, Poço Redondo, 2015

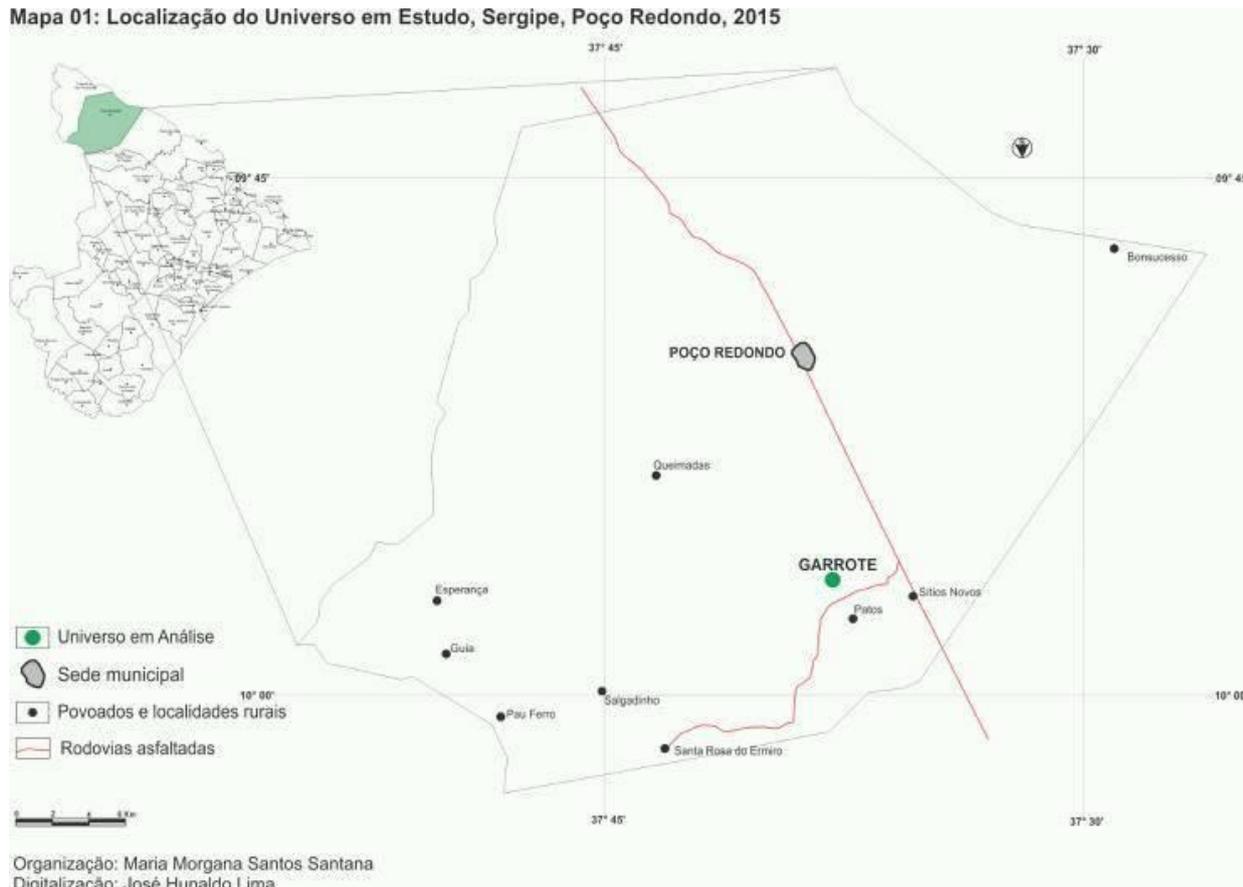


Figura 3. LIMA, José Hinaldo. Localização da Comunidade Garrote do Emiliano-Poço Redondo/SE. 2015.

A Comunidade Garrote Emiliano surgiu efetivamente em 1905, com a chegada do Sr. Emiliano, praticamente o fundador da comunidade, migrante oriundo do interior da Bahia, tendo vindo acompanhado de sua Companheira e seus filhos pequenos.

Atualmente a comunidade possui 48 famílias, sendo que boa parte das famílias que ali vivem têm terra, pequenas propriedades e conseguem manter a produção da unidade de produção familiar camponesa com auxílio de outras atividades, como a criação de animais, cabra, porcos e o gado. A produção do leite é muito importante, atualmente vem também desenvolvendo a criação de abelhas para extração do mel. Estes produtos tanto atendem diretamente o consumo da família, como o excedente é levado para o mercado.

Um dos camponeses entrevistados explicou que o tamanho da propriedade é quem define a quantidade de moradores e limite da existência da unidade de produção familiar:

Atualmente nossos filhos ainda estão com a gente, mas quando os filhos crescem, casam, e vão construir suas famílias, aumenta muito a dificuldade em viver na propriedade, que já era pequena (Entrevistado, 40 anos).

Este fato é explicado por Chayanov (1974), ao analisar a organização da unidade econômica campesina. Para o autor, é o grau da atividade agrícola que determina a composição da família. O tamanho da família está relacionado com o tamanho da terra, há um limite máximo de ocupação da unidade de produção campesina, na medida em que a família cresce, o equilíbrio básico interno da exploração da unidade familiar é alterado, aumentando a quantidade de pessoas, há um desequilíbrio entre a produção e o consumo necessário para a existência da família. Para o autor, “[...] cuando la tierra es insuficiente y se convierte en un factor mínimo, el volumen de la actividad agrícola para todos los elementos de la unidade de explotación se reduce proporcionalmente, en grado variable pero inexorablemente [...]”. (CHAYANOV, 1974, p. 101).

Para aumentar o consumo, a família terá que complementar suas atividades agrícolas locais, ou mesmo em atividades, artesanais e comerciais. Esgotando essa condição, diminuindo o grau de satisfação da família, os filhos mais velhos são obrigados a migrarem. Portanto, a unidade econômica campesina é limitada pela área de terra ocupada, e área da terra de trabalho é determinante no processo de exploração agrícola familiar. Se a família aumenta, ocorre a mobilidade forçada.

Considerando o tamanho da propriedade, é basicamente impossível a sua fragmentação, sua minifundialização, para que possa atender à multiplicação da família. Assim, não resta muita escolha a não ser migrar.

Conforme entrevista com grupos de jovens, como também de camponeses adultos e idosos, constatou-se que nas últimas décadas tem ocorrido um maior percentual de migração. A maioria migrou e migra para cidades/capitais, enquanto

um menor percentual tem migrado para cidades circunvizinhas, dentro do próprio estado de Sergipe.

Ao serem questionados sobre o nível de satisfação de migrar, ficou evidenciada a condição da dor da saída. Para 100% dos entrevistados, a saída da terra não é uma escolha por desejo e satisfação da partida, embora tenha sido colocado que a saída da terra e da família é para melhoria de vida:

- Eu quero viver aqui, mas não há emprego (Entrevistado A, 18 anos).
- Já chegou uma época, que o forte endividamento das famílias camponesas, levou um maior fluxo de saída, mas o movimento do MPA, foi fundamental, pois eles lutam por todos nós! (Entrevistado B, 30 anos).
- Aqui não é um lugar para se morar, as pessoas passam por grandes dificuldades, principalmente na época da seca (Entrevistado C, 21 anos)
- Gosto muito daqui, mas preciso ter uma carreira e aqui não tem oportunidade. (Entrevistado D, 25 anos).
- Aqui tenho meus pais, amigos, mas não tenho escolha, não tenho como ganhar a vida (Entrevistada A, 18 anos).
- Meus filhos tiveram que ir para São Paulo, aqui não dava mais para eles viverem (Entrevistado E, 45 anos)
- Meus filhos casaram, foram embora, não tem terra para todo mundo, aqui tudo é mais difícil quando não tem terra, como também, às vezes não vêm ajuda nenhuma do governo. (Entrevistada E, 45 anos).

Como explicou um camponês que faz parte do MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores de Sergipe:

- Quem sai é porque não tem oportunidade, e não sai porque quer, mas sim pela falta de oportunidades que impõe a saída. É tanto que se conquistar alguma coisa lá fora, retorna (Entrevistado F, 49 anos, militante do MPA).

Esse movimento do sair e retornar faz parte da vida desses jovens camponeses empobrecidos, que justificam essa saída pela falta de terra e oportunidades no campo do Alto Sertão Sergipano. Ou seja, a busca pelo trabalho se torna extremamente

necessária, uma vez que a terra não é suficiente para atender às necessidades básicas da unidade de produção familiar camponesa.

Dessa forma, a mobilidade do trabalho passa a ser uma saída desse jovem camponês despossuído, a sua condição de miserabilidade o subordina ao movimento do capital. Não tendo direito de escolha, a sua única possibilidade de sobrevivência é se tornar móvel e disponível para o mercado, ou seja, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Pode-se dizer que a mobilidade do trabalho é caracterizada pela submissão do trabalhador ao capital, sobretudo frente à transformação da sua força de trabalho em mercadoria. Em meio a essa dinâmica, emerge um discurso falacioso de que os trabalhadores e camponeses são livres para permanecer no local de origem. A sua saída da terra natal em busca de trabalho é uma escolha pessoal e totalmente desejável. Contudo, a realidade desnudada se mostra bem diferente da explicativa da teoria neoclássica da migração, uma vez que os sujeitos que saem estão submetidos totalmente às regras da acumulação capitalista e não detêm as condições materiais objetivas para permanecer na terra.

Ao passo que se reveste essa liberdade, o capital se apropria dessa força de trabalho e submete ao seu desejo, às suas exigências. Ela necessita ser móvel para que mantenham os locais preparados para o capital, o importante é a extração de lucro e a negação da liberdade do indivíduo de ser possuidor dos resultados do seu trabalho (SOUZA, 2011, p.184).

Os jovens camponeses despossuídos são totalmente subordinados às exigências do capital, pois se encontram totalmente despidos de qualquer meio de produção, e o que lhe resta apenas é se tornar mão de obra móvel para atender às necessidades da lógica de acumulação capitalista, sob a mediação do Estado. O tripé Estado, Capital e Mercado consegue tanto acelerar como acentuar a expropriação e, conseqüentemente, a expulsão desses jovens camponeses da unidade de produção familiar.

Esse processo tem ocorrido sob o discurso de modernização do campo, em que o Estado legitima e garante o avanço da monopolização e da territorialização do

capital via o agronegócio, que acentua a expropriação camponesa da unidade de produção familiar, ampliando a mobilidade do trabalho, a precarização e o desemprego estrutural.

Na última década, a presença de políticas públicas no campo, como o PRONAF/ Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, esta antes de constituir uma política de fixação do jovem no campo, tem favorecido a mobilidade de jovens camponeses. Na teoria as políticas públicas deveriam ser basilares para a permanência no campo, contudo o que ocorre é uma submissão velada do Estado que assume duas faces, ao passo que legitima o discurso de permanência na unidade de produção familiar, favorece a intensificação da mobilidade do trabalho.

Como esclarece Conceição (2007, p. 83),

Anunciando a inclusão da unidade familiar, via adoção de políticas de reordenamentos territoriais em sintonia com o modelo de financeirização, a linha de crédito do PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que as exigências bancárias só têm permitido acesso aos recursos do programa de crédito, para quem detém a propriedade ou que pode penhorar bens. Tal fato automaticamente exclui uma gama de trabalhadores familiares e garante a formação do exército de reserva estagnado e latente em constante mobilidade temporária. Impossibilitando de ter a terra e os recursos para a sua garantia de vida, os jovens principalmente passam a ser determinados pelo tempo cíclico do capital.

Observa-se precisamente essa realidade na pesquisa de campo realizada na Comunidade Garrote do Emiliano, onde boa parte dos jovens camponeses do sexo masculino migra para grandes cidades, sendo que os principais destinos são as áreas urbana e rural dos estados de São Paulo e Goiás.

Os camponeses relataram que muitos vão para a cidade de São Paulo, porque já possuem parentes, ou amigos que vivem e trabalham por lá. Os homens migram mais intensamente do que as mulheres. Muitos porque se sentem na condição de “ser um peso morto” para a família, além da sua condição de ser aceito na sociedade a condição natural da obrigatoriedade de constituir família e ter a responsabilidade de sustentá-la. Somada a essa condição está também a maior oferta de trabalho para a

mão de obra masculina nas atividades da construção civil e nos territórios do agronegócio.

Já as jovens camponesas, embora relativamente, possam migrar com a mesma intensidade que os homens, elas se deslocam para as cidades mais próximas do seu local de origem, sendo que muitas ocupam trabalhos domésticos, na sua maioria sem carteira assinada, submetendo-se a baixas remunerações para ajudar na renda familiar.

Uma questão também indagada foi sobre as formas como os jovens são absorvidos pelo mercado de trabalho. Primeiramente, evidenciou-se que a maioria dos que se lançam no curto ciclo de reprodução do capital são aqueles que não têm um alto nível de qualificação, constatou-se que a maioria migrante é do sexo masculino e vai para trabalhar em construções como serventes de pedreiro, auxiliar de carpinteiro, ou então se deslocam para a área rural e vão trabalhar em grandes fazendas. Quanto às jovens camponesas, como já afirmado, estas são absorvidas pelo comércio varejista, ou em atividades domésticas.

A maior parte dos e das jovens do Alto Sertão Sergipano segue viagem pela busca de ter um trabalho fixo para fugir das incertezas da seca, da falta de terra para o trabalho e da pobreza. Mas, em momento algum se pode afirmar que essa saída é por livre e espontânea vontade, pois estão sucumbidos por inúmeros fatores externos a suas vontades. Muitos deles migram, mas não têm mais a ilusão da busca de boas oportunidades de trabalho, pois na maioria das vezes são submetidos aos piores trabalhos, tonam-se escravos do relógio porque fora da terra o tempo é outro e afirmam que não têm vida própria, vivem para o trabalho, enquanto na terra tinham total liberdade.

Dessa forma, os jovens camponeses que migram são submetidos a uma realidade bem diferente da terra de morada. Primeiramente, porque os distanciam da terra e dos valores da unidade de produção familiar camponesa. Logo, afirmam que só pelo fato de ficarem distantes de casa não é uma boa ideia sair do seu local de nascimento e ratificam que a terra de trabalho proporciona liberdade, autonomia, pois é seu lugar de morada e de trabalho.

- Morar em lugar distante dói no coração, a gente se sente desamparado, sozinho na cidade grande (Migrante de retorno – 31 anos).

Para aqueles que não têm a terra, ou foram expropriados, ou até mesmo quando a mesma não é suficiente para a manutenção da unidade de produção familiar camponesa, a migração acaba sendo a única saída para o jovem camponês pauperizado, despossuído, estes sentem certa conformação, chegando a naturalizar sua condição de móvel para o capital e justificando a sua condição de assalariado precarizado.

- Que fazer, não tem como viver aqui, então a solução é ir embora, ficar longe de tudo, da cidade, da família, dos amigos (Entrevistado, migrante de retorno - 24 anos).

Para atender às regras da acumulação capitalista, uma vez que o trabalho produtivo carrega consigo uma funcionalidade imprescindível para o capital, o de ser móvel para servir as exigências da sua reprodução, o migrante se sente duas vezes expropriado: - expropriado da terra, expropriado de afeto.

Como esclarece Conceição (2007, p. 95)

Os jovens continuam a migrar para atender a necessidade do capital que o autoaliena, fazendo-o acreditar-se como definidor de seu desejo de vida, de moradia, ficam confinados nos barracos das empresas ou nas favelas, sujeitando-se à piores condições de vida. Enquanto a realidade permite ter o trabalho, fixam-se na maioria das vezes em barracos até voltarem e realizarem o ciclo do retorno do trabalho, ciclos cada vez mais curtos, na condição de exército de reserva latente e candidatos ao desemprego.

Os jovens camponeses elucidaram que o período em que houve oferta de trabalho em grandes obras foi o governado pelo PT/Partido dos Trabalhadores. Segundo eles, a melhor fase para serem absorvidos pelo mercado de trabalho foi 2006 a 2014. Sendo que, em 2008, chegavam pessoas em períodos específicos à procura de mão de obra disponível e móvel para o mercado.

Segundo relatos, eles disseram que nesse período agências disponibilizavam ônibus para conduzi-los aos principais destinos de trabalho, e chegando às obras,

tinham direito a viver em alojamentos apertados, mas, como não pagavam diretamente pelo mesmo, permaneciam sem reclamar até retornarem para suas famílias. Sendo que a maioria dos trabalhos eram estabelecidos por temporadas, ou seja, uma mobilidade sazonal, que na maioria das vezes durava em torno de seis meses, e casos esporádicos tinham aqueles que permaneciam por um ano ou mais. Os que permaneciam por mais tempo não eram casados.

- Tinham aqueles que não retornavam após a obra acabar porque eram indicados, ou até mesmo procuravam incansavelmente outro trabalho em outro lugar, seja lá onde for, logo seguiam para outras cidades como Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Rondônia, entre outras (Entrevistado migrante de retorno, 28 anos).

Quando questionado o porquê do retorno _ destacaram que preferiam se ariscar de trabalho em trabalho, já que não possuíam a propriedade da terra, ou a terra não era suficiente para manutenção da unidade de produção familiar. (Entrevistado G, 27 anos) Esta situação confirma a condição de pobreza e de aceitação da subordinação ao capital.

Não tendo como permanecer na terra, o trabalhador ou camponês empobrecido, em condições materiais e objetivas limitadas, enquanto despossuídos na sua busca contínua e incessante pelo trabalho, sua mobilidade pode ser temporária ou permanente.

1º – Mobilidade temporária - está associada ao ir e vir de trabalhadores, sejam eles camponeses, ou não, mas que estejam submetidos ao movimento do curto ciclo do capital, ou seja, de tempos em tempos, de obras a obras, de lavoura a lavoura, sobretudo, conforme as necessidades imediatas da produção industrial, da construção civil, e ou nas áreas agrícolas, que em períodos específicos, seja de plantio ou de colheita, absorvem mão de obra barata. São em geral definidas como migração sazonal, de poucos meses, ou até mesmo ter um lapso de tempo maior, sendo que, como sua característica, o que a define é o retorno.

2º - Mobilidade permanente – aquela em que prevalece a condição de andarilhos, em busca constante de trabalho, seja em que local for. Logo, o seu presente está permeado por uma mobilidade do trabalho contínuo, que não lhe permite fixar moradia por um longo período, pois seu lugar de moradia é o “mundo”.

Assim, sua essência humana corre o risco de ser levada de forma mais rápida e intensa, pois seus valores a todo momento podem ser capturados pelo movimento contínuo e perverso do capital.

Tanto a mobilidade do trabalho temporário quanto permanente são mobilidades forçadas, dolorosas. Os que saem temporariamente buscam incansavelmente por um retorno, e aqueles que não conseguem mais permanecer e sobreviver no seu lugar de morada, a mobilidade permanente pelo trabalho passa ser a única forma de sobrevivência.

Martins (1986, p. 52-53) ilustra que

De um lado, o migrante temporário sai de casa para trabalhar como assalariado e ganhar dinheiro que permite recriar as condições de sua sobrevivência como camponês. A necessidade de migração é resultado de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava uma consequência do cerco que o capital lhe impõe. A deterioração do preço dos seus excedentes agrícolas lhe é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos artigos que complementam a sua subsistência, e que não pode produzir diretamente. Por isso calamidades pequenas e grandes, como as doenças e as secas têm um efeito social desastroso em sua vida, levando até ao endividamento e à migração definitiva. Esse camponês vive no limite entre o ficar e o partir definitivamente.

Assim, entende-se que a mobilidade do trabalho em momento algum proporciona, ou garante, que as necessidades imediatas sejam sanadas para aqueles que saem. Pelo contrário, estes andarilhos vivem em busca de trabalho, e podem ser a todo o momento sucumbidos pela lógica perversa do capital, em razão de que a única preocupação que o capital tem é de que o trabalho, enquanto agente principal de sua reprodução, seja totalmente livre para atender aos seus interesses. Pois, como se pode concluir, o trabalhador só é livre para atender às regras da acumulação capitalista.

A mobilidade do trabalho é fundamental para a expansão capitalista, tendo em vista que consegue garantir a reprodução do capital, desumanizando a maior parcela da humanidade. Os migrantes são os mais atingidos por essa lógica tão perversa, pois vivem em uma condição de pobreza tão gritante, que se submetem a todo tempo às barbáries impostas pela lógica do capital.

Dessa forma, principalmente os jovens são cada vez mais a-sujeitados a ganhar baixos salários, viverem em condições precárias de vida e se submeterem a altos níveis de exploração. Portanto, a mobilidade do trabalho é totalmente funcional aos reais interesses do capital, porque acentua a acumulação do capital, ao extrair do mais trabalho grandes parcelas de lucro.

A condição de ter a terra, apropriar-se e viver na terra, é, entretanto, a condição de exercerem uma ação prática de negação a essa exploração. Na leitura de Horácio Martins de Carvalho (2005), os movimentos sociais, organizações não governamentais, igrejas, sindicatos e associações são a retaguarda para a permanência do camponês na terra, em destaque o Semiárido Nordeste.

No que concerne à terra de trabalho reivindicada pelos movimentos sociais no Nordeste, o processo de desapropriação está longe de atender às demandas dos trabalhadores e mesmo os que já estão assentados clamam por uma política específica eficaz que lhe garanta a sobrevivência econômica e social. Contudo, não há como omitir o avanço dos movimentos pela terra que vêm configurando um outro poder em lugares onde antes as elites comandavam as relações de trabalho. (CARVALHO, 2005, p. 342).

3.3- A Resistência dos Camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA em Sergipe.

Historicamente o campesinato é uma grande referência de luta e resistência no Brasil, e no mundo, sobretudo, diante das amarras impostas pela lógica perversa do capital. O Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA em Sergipe é um dos grandes exemplos de luta e resistência, pois, incansavelmente, buscam resistir à dominação e à imposição das relações capitalistas de produção.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tem uma base popular autônoma, que resiste permanentemente ao lado de famílias camponesas, por conseguinte, empreendem uma resistência à lógica do agronegócio. Dessa forma, buscam produzir alimentos saudáveis, de qualidade e totalmente livre de agrotóxicos.

Assim, buscam incansavelmente a Soberania Alimentar⁵ enquanto modelo necessário tanto para a natureza como para toda sociedade brasileira. Além de resgatar a identidade cultural do campesinato, sobretudo, ao produzir alimentos da cultura tradicional, respeita totalmente as diversidades regionais.

Destarte, diz-se que um dos principais objetivos do MPA está na busca por um modelo de sociedade mais humana, e que o modelo da agricultura pautado na Soberania Alimentar possa chegar ao campo e às cidades de todo o país. Este modelo de agricultura responsável está na contramão da lógica do capital, diferenciando-se totalmente do modelo pautado no agronegócio.

O sistema de agricultura promovido pelo MPA está totalmente integrado na produção de alimentos saudáveis que tem como objetivo principal produzir alimentos para atender às necessidades imediatas da unidade de produção familiar camponesa, e o excedente da produção vai para o mercado.

A variedade na produção dos alimentos está ligada diretamente com a busca de produzir alimentos que fazem parte da alimentação dos brasileiros, como feijão, milho, mandioca, frutas, hortaliças, legumes, entre outros. Santos (2012) esclarece que o MPA apresenta uma concepção de produção de alimentos saudáveis que busca manter uma distinção bem clara entre a proposta camponesa e o modelo do agronegócio. Dessa forma, o seu sistema de agricultura camponesa objetiva a produção das suas próprias sementes -semente crioulas- sejam aquelas consideradas básicas, como também aquelas que apresentam variedades específicas.

Nesse viés, vale observar a foto a seguir.

⁵O conceito de Soberania alimentar surge na década de 1990, a partir dos movimentos sociais do campo, que discordavam das políticas neoliberais impostas aos governos do mundo inteiro através de organismos internacionais como Organização Mundial do Comércio/OMC, e Banco Mundial, que são parceiras da Organização das Nações Unidas para a Agricultura – FAO nos debates e projetos de Segurança alimentar. (CAMPOS, 2007, p.155)



Figura 7- Sementes crioulas dos camponeses que fazem parte do MPA do Alto Sertão Sergipano, 2018

O movimento camponês do MPA tanto se preocupa, como busca incansavelmente a Soberania Alimentar e o Poder Popular.⁶ Por esse motivo estão sempre dialogando e discutindo sobre a conjuntura atual e a crise que é vivenciada, em todas as esferas, seja econômica ou política. Suas lideranças afirmam que, diferentemente de outros momentos da história, a crise dos alimentos de qualidade e a fome no mundo, não são mais pela falta das condições materiais e objetivas, mas sim porque a fome vem sendo produzida pelo capital, sobretudo a partir do momento

⁶ De acordo com uma militante do MPA do Alto Sertão Sergipano - O conceito de Poder Popular está atrelado ao poder que emana do povo. É quando o campesinato exerce sua opinião, e passa a decidir com autonomia sobre todas as esferas da vida, seja ela política, econômica e social, logo faz um povo soberano.

que os alimentos se tornaram uma mercadoria. Fato que pode ser observado pela constante alta dos preços.

Segundo Conceição (2017, p. 21) com a crise estrutural, o capital financeiro tem avançado intensamente no campo. As empresas transnacionais controlam o mercado dos produtos e insumos agrícolas. Os preços são negociados pelas empresas nas bolsas mundiais. O capital financeiro controla a agricultura em diversos setores: comércio, produção de insumos, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas, entre outros.

Em contramão ao Projeto do capital, o Movimento dos Pequenos Agricultores de Sergipe tem como ponto central de pauta a luta pela Soberania Alimentar, isto é, levar alimentos diversificados e de qualidade para a população brasileira, com preços acessíveis, e assim romper com o modelo do agronegócio.

Santos (2012, p. 154) explica que:

A Soberania alimentar para o Movimento dos Pequenos Agricultores se dá como um direito que cada país tem de produzir o seu alimento, dentro de seu padrão cultural, ou seja, respeitando os costumes da sua população, sendo autônomo quanto à sua forma de produção (prioritariamente camponesa) e que esteja acima dos interesses do mercado e das empresas alimentícias. Nesse sentido, Soberania Alimentar pode ser compreendida como a busca por alimentos saudáveis, como uma questão que respeita os hábitos alimentares da população, como defesa de sistemas locais de produção de alimentos e como defesa dos recursos naturais.

A presença do MPA/Movimento dos Pequenos Agricultores no Alto Sertão tanto leva à busca pela Soberania Alimentar como também acentua a luta contra a expansão do capital no campo sergipano. Sobretudo diante das políticas de incentivo do agronegócio do milho, que todos os anos enviam sacos de milho transgênico para as associações, mas como forma de resistência se negam totalmente a plantar essas sementes.

Dessa forma, o movimento busca fortalecer o banco de sementes crioulas⁷, que produzem todos os anos, e ficam felizes, pois sabem que os alimentos que vão para a unidade de produção familiar camponesa são de qualidade e totalmente livres de agrotóxicos, é tanto que o movimento mantém uma horta orgânica coletiva em Poço Redondo, para que todos tenham alimentos variados, e de qualidade boa parte do ano. Na fala de uma das entrevistadas do MPA fica expressa a luta contra o agronegócio:

- Vários agricultores se submeteram a plantar com veneno, mas todos que fazem parte do MPA estão resistindo totalmente ao modelo de agricultura imposto pelo agronegócio. (Entrevistada H, militante do MPA, 23 anos).

A concepção camponesa do MPA atende principalmente ao autoconsumo da unidade de produção familiar, e também procura levar comida barata e de qualidade para a mesa dos trabalhadores do campo e da cidade.

O Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA preza muito pela produção diversificada de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, nesse sentido, montou uma Campanha denominada *Cada Família Adota uma Semente*. Nesta Campanha, conforme fala de um militante:

- É impossível pensar em uma agricultura camponesa sem o controle e acesso a bens fundamentais como a terra, água e as sementes crioulas, pois quem tem o controle dessa tríade decide quem planta, como planta, o que será plantado (Entrevistada H, militante liderança do MPA 23).

Ou seja, no entendimento do Movimento, quem tem a terra, água e preserva as sementes crioulas tem maior autonomia na hora de produzir, sobretudo porque não se submete totalmente à lógica imposta pelo mercado, logo resguardam a liberdade de plantar os alimentos, que historicamente são de suma importância para manutenção e a reprodução da unidade de produção familiar camponesa.

Para além da preocupação com a produção camponesa e efetivação da Soberania alimentar, o Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA também se

⁷Sementes crioulas são sementes tradicionais, que são selecionadas e mantidas ao longo da história por agricultores tradicionais/ Via Campesina.

preocupa com a saída dos jovens camponeses do campo, em busca de estratégias de permanência dos mesmos.

Uma das primeiras estratégias é garantir uma formação política para que os jovens possam enfrentar a falta de oportunidades, de outra forma, eles podem migrar para outras cidades. A inserção dos jovens camponeses no movimento do MPA tem um papel fundamental para sua formação, pois passam a compreender a realidade em que vivem de outra forma, isto é, com uma leitura de mundo crítica.

Dessa forma, passam a acreditar que uma das grandes soluções de permanência no campo está diretamente ligada à luta, e a resistência, à lógica perversa do capital. Assim, buscam, a partir da teoria e da práxis transformadora, alterar a realidade que vivem no Alto Sertão Sergipano.

O MPA também busca meios para que esses jovens passem a observar o campo de forma mais atrativa, possui um Teatro denominado: Raízes Nordestinas, fundado em 2000, que se tornou uma Associação Cultural, atualmente integra 17 membros, a maioria deles jovens camponeses, do Alto Sertão Sergipano. O Grupo inspira-se em histórias da cultura popular (como a peça: O Segredo do Poço Redondo) e trabalha discussões sérias e pertinentes para a conjuntura atual, mas de uma forma lúdica e mais leve de ser discutida.

É importante destacar que o Movimento tem levado a encenação de peças para as inúmeras instituições de ensino, como à peça apresentada no Campus Alberto Carvalho/UFS de Itabaiana, como também, se apresenta em vários teatros como o Atheneu Sergipense. Muitas escolas, particulares e/ou públicas, levam seus estudantes para assistirem às Peças. Essas peças são escolhidas pelos integrantes do Grupo com temas relacionados à realidade do Sertão: como exemplo Os Corumbas (livro escrito pelo autor sergipano Amando Fontes), que retrata de maneira crítica a migração do campo para a cidade com o início da industrialização sergipana. Como podemos observar uma das apresentações dos integrantes do Raízes nordestinas, na imagem a seguir.



Figura 4-Apresentação do Tetro Raízes Nordestinas, Alto Sertão Sergipano, 2017.

Destarte, colocam como grande ponto de pauta nas discussões o lema **Lutar para Permanecer e Viver Bem no Campo** e a formação política que o movimento do MPA promove de forma lúdica, tanto agregando e atraindo os jovens para fazer parte do movimento, como também para garantir a permanência de alguns desses jovens na unidade de produção familiar camponesa.

O Movimento consegue articular um grupo de militantes que buscam meios de permanecer na terra, e que os mesmos não sejam levados pelos discursos ideológicos, que a cidade que é o lugar atrativo, pelo contrário, eles passam a enxergar a cidade como o lócus da exploração do trabalho em que muitos passam a ser totalmente escravizados pela lógica do mercado e do ir e vir do capital. Dessa forma, buscam formas de transformar a realidade desses jovens camponeses a partir da arte, da música e do teatro. Um dos pontos de discussão no teatro é a compreensão da luta de classe.

O movimento também constrói inúmeros eventos com temas pertinentes e relevantes para o estudo da sociedade, sobretudo priorizando o debate das problemáticas sociais enfrentadas nas últimas décadas, como a fome e as

desigualdades. Um exemplo é a Jornada Nacional por Soberania Alimentar e Poder Popular realizada em outubro de 2017, que homenageou os pensadores do campesinato e da Soberania Alimentar. Evidencia-se o pesquisador Jean Zieger, que alerta: _ em cada cinco segundos uma criança morre de fome no mundo, e a tão perversidade é caracterizada friamente como se fosse algo natural. Destaca-se ainda a importância das obras do grande artista Cândido Portinari, que, conforme seus relatos, possui origem camponesa e retratava o campesinato sofrido e esquecido pelo Estado.

De acordo com o Movimento dos Pequenos Agricultores (2017), outro movimento construído de grande importância, em escala nacional, foi o **Mutirão da Esperança Camponesa: Quem Alimenta o Brasil Exige Respeito!** Esse movimento representa a grande expressão de solidariedade para todo o movimento camponês, que historicamente tem enfrentado inúmeras dificuldades no campo.

Em março de 2017, houve uma mobilização juntamente com os principais parceiros de luta, como também, com todos aqueles que acreditam no movimento, para que juntos pudessem analisar e debater a conjuntura atual, conforme elucidado na citação a seguir.

A Esperança para os camponeses e camponesas do movimento vai além de uma virtude, é uma forma de luta e afirmação. Acreditam numa sociedade digna e soberana, onde a vida e a esperança os movem, que transforma, que faz crer em um novo modelo de produção e consumo para a sociedade. O Mutirão da Esperança Camponesa é a frente de luta do MPA em defesa da produção de alimentos e o rumo para as conquistas da nova fase que se abre na história do Brasil. (MPA, 2017)

O Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA se integrou com a Via Campesina, como também mantém articulação internacional com outros movimentos camponeses e juntos buscam lutar diretamente contra os ditames do agronegócio, da lógica do capital, na busca da Soberania Alimentar, e por um Projeto Popular de sociedade.

A luta do MPA, é sobretudo, pela liberdade de os camponeses produzirem alimentos saudáveis e de qualidade para que possam levar comida de qualidade para

a mesa de milhões de brasileiros, assim como para resgatar os princípios da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais do país.

O modo de vida camponês nega totalmente as relações de produção capitalistas da expropriação do trabalho para a obtenção do lucro, pois as relações campesinas são baseadas na união, no respeito mútuo, no afeto a terra. Casa e terra são sinônimos de morada, de afeto, de liberdade e de autonomia para a execução do trabalho familiar. “Esse entendimento da terra enquanto instrumento de trabalho garante ao trabalhador a sua reprodução, nesse sentido vê-se que a terra adquire caráter social, para garantia da alimentação da população e não para o enriquecimento pessoal”. (SANTOS, 2012, p. 43)

Conforme relatos dos camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA:

- É muito bom não depender totalmente do mercado para se alimentar (Entrevistada I, 37 anos).

Na realidade, essa certeza se dá, primeiramente, porque sabem o que estão produzindo e como estão produzindo, garantindo a saúde e o bem-estar de toda família. Eles também explicaram que quanto mais variada for a produção, diminuem as dificuldades de se manter no campo. Pois, além dos alimentos básicos como feijão, milho, mandioca, frutas e hortaliças, eles também criam gado, ovelhas, porcos, galinhas e abelhas, que atendem diretamente às necessidades imediatas da unidade de produção familiar camponesa.

A imagem focalizada uma das unidades de produção do MPA na Comunidade Garrote do Emiliano expressa o modo de vida da unidade de produção familiar camponesa.



Figura 5 - SANTANA, Maria Morgana Santos. Quintal da Unidade de Produção Familiar Camponesa, Comunidade Garrote do Emiliano, 2018.

A criação de animais juntamente com a da produção de alimentos possibilita que a família camponesa consiga obter fartura para a mesa da unidade de produção familiar.

- É muito bom olhar para o nosso quintal, sobretudo no inverno e ver repleto de alimentos que nós mesmos plantamos, e quase não compramos nada lá fora. (Entrevistada, 42 anos)

Além da produção de alimentos, os camponeses que fazem parte do MPA também se uniram a Associação AMAS - Associação dos Melicultores do Alto Sertão e estão se especializando por meio de cursos técnicos para ampliarem a produção de mel na comunidade, ou seja, gerar mais alimento e renda para os mesmos.

Na unidade produtiva familiar agrícola tende a prevalecer uma racionalidade fortemente orientada pela *fusão entre esfera de produção e esfera de consumo*⁸e, a isso associado, pelo balanço das necessidades (histórica e culturalmente determinadas) em relação à

⁸ Destaque em itálico do autor.

disponibilidade interna de capacidade de trabalho – seja este direto ou gerencial – do grupo familiar. (CARVALHO, 2005, p. 184).

Os camponeses do MPA ressaltaram que alguns moradores do/no Alto Sertão, particularmente os camponeses da Comunidade Garrote resistem para entrar no movimento. Justificam que isso ocorre por falta de esclarecimento, mas quando observam os frutos da luta chegando à Comunidade, passam a olhar o movimento de outra forma, e muitos então pedem para frequentar as reuniões. A participação nas reuniões é um grande passo para em seguida passar a fazer parte do movimento e da luta.

Uma das principais políticas sociais que o MPA conseguiu foi a inserção do Projeto de Biodiesel, que leva gás de uma forma totalmente ecológica e barata para a Comunidade, não precisando mais depender totalmente do gás convencional. Outras Políticas obtidas foram: o acesso às casas populares para os camponeses; a construção de cisternas; o Quintal Produtivo, que foi uma Política Pública para atender principalmente as mulheres camponesas - para que estas possam produzir alimentos no quintal da unidade de produção familiar.

Há ainda o Bolsa Família e o Bolsa Estiagem, que são programas de grande importância para a Comunidade. Mesmo sendo políticas compensatórias, estas conseguem alterar de forma positiva a condição de vida de homens e mulheres que resistem e lutam para se manter no campo.

A presença e atuação do MPA, no Alto Sertão Sergipano, é de fundamental importância. Pois, os camponeses inseridos no movimento, conseguem ter outra leitura de mundo, tornam-se sujeitos críticos, que refletem constantemente sobre a realidade, que vivem.

Dessa forma, o Movimento dos Pequenos Agricultores, consegue atrair tanto jovens como adultos, isso porque o movimento mostra a partir da teoria-práxis que somente a luta pode transformar a vida.

É tanto, que em agosto de 2018 –ocorria em Brasília, uma Greve de Fome, que tinham como lema – “Nossa Fome é Por Pão, Terra, Teto, Trabalho E Alegria”- composta por grandes símbolos de resistência e luta nos dias atuais – Frei Sérgio

Gorgen, Rafaela Alves do MPA, Leonardo Soares do Levante Popular da Juventude, Gegê Gonzaga da CMP, Jaime Amorim, Zonália Santos e Vimar Pacífico do MST.

E qual foi a causa? Esses sete gigantes colocaram suas vidas em risco por um bem maior, ou seja, a greve de fome foi uma medida tomada como forma resistência a inúmeros retrocessos, que a sociedade brasileira vem passando nesses últimos anos, sobretudo com o golpe da elite brasileira, contra a classe trabalhadora.

Como podemos observar o questionamento na imagem a seguir.



Figura 6 Greve de fome - contra as Reformas Trabalhistas e da previdência, e em prol da Democracia. Agosto, de 2018.

O MPA, busca incessantemente por melhores condições de vida no campo-cidade, logo reivindicam e lutam por direitos fundamentais a todos/as, como saúde, educação, moradia, alimentação de qualidade, e livre de agrotóxico, e é por isso, que estão resistindo continuamente contra a lógica cruel do capital.

Nesse contexto, foi possível constatar a importância que o Movimento dos Pequenos Agricultores exerce sobre a vida dos camponeses que fazem parte da Comunidade Garrote do Emiliano, como também da maioria dos camponeses que fazem parte do Alto Sertão Sergipano, em especial pela sua pauta nacional, que tem

como foco principal implantar a Soberania Alimentar e efetivar o Poder Popular em toda a sociedade brasileira. Portanto, esse movimento é um grande exemplo de luta e resistência para o nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformação é tarefa nossa!
Dos que sonham, lutam, resistem,
E com unidade e organização,
disputam os rumos da nação,
semeando no horizonte, futuro
que muitos trabalhadores/as,
campo e da cidade precisam ter!

Rafaela Alves – MPA, 08/08/2018

O sistema capitalista de produção busca desenfreadamente ampliar o seu lucro e retroalimentar sua lógica por meio da extração do mais-valor, seja ele absoluto ou relativo, de modo que procura sugar quantidades exorbitantes de mais trabalho a serviço da lógica imperante. Com a inserção e avanço do capital no campo, esse processo tem sido intensificado, sendo que engendra riqueza para um grupo seletivo e, de forma simultânea, acentua a pobreza no campo. Isso porque o capital não passa de um parasita que suga até a última gota de sangue e a vida dos camponeses e trabalhadores.

Conforme a análise de Campos (2011), o processo de acumulação capitalista se realiza através da desumanização de uma grande parcela da população, que na maioria das vezes é condenada a sobreviver em condições lamentáveis de extrema pobreza, situação imposta pelo capital como condição para sua acumulação. O capital é produzido de acordo com a disponibilidade da força de trabalho expropriada no campo, disposta a trabalhar submetida a baixos salários e péssimas condições de trabalho, cada vez mais precárias.

A valorização do capital, para Conceição (2017), sustenta-se por meio da expropriação e precarização da grande massa de pequenos produtores, em razão de que o capital se autovaloriza quando consegue absorver grandes quantidades de mais-trabalho. A produtividade crescente está totalmente condicionada ao barateamento do trabalhador porque todo seu tempo disponível pertence à ultra

valorização do capital, logo, determinada por grandes quantidades de trabalho não pago.

Nesse viés, grande parte da população passa a ser marginalizada por um mundo repleto de violência e incertezas, que os tornam vulneráveis, disponíveis e móveis para atender aos ditames do capital em meio ao medo constante do desemprego estrutural, ou seja, os que não conseguem ter acesso a nenhum meio de produção, sobretudo a terra, são mais susceptíveis a serem subordinados ao capital.

E a partir do discurso de modernização do campo, o Estado passou a garantir e legitimar o avanço do capital no campo, que amplia consideravelmente inúmeras problemáticas sociais, a exemplo da expropriação camponesa, exploração do trabalho, o que faz intensificar a pauperização no campo e a contínua mobilidade do trabalho.

Dentro da lógica desigual e combinada do capital, é imprescindível que existam seres humanos expropriados, isto é, despidos totalmente de qualquer meio de produção, pois assim se tornam mão de obra barata para atender à lógica de acumulação capitalista, sobretudo porque não lhe resta outra opção.

Essa questão se intensificou nas últimas décadas, com a materialização das políticas neoliberais e com avanço constante do agronegócio no campo brasileiro e em Sergipe, que cada vez mais amplia as desigualdades sociais a partir da contínua concentração de terra e de renda, retroalimentando o sistema sociometabólico do capital.

Destarte, jovens camponeses do Alto Sertão Sergipano são expropriados da terra, ou seja, expulsos da terra e do lar pela imposição da lógica contraditória do capital. Este cada vez mais avança com o processo de monopolização e territorialização em terras camponesas, de maneira a varrer o campo e a acentuar consideravelmente a pobreza, a exploração e a mobilidade do trabalho, assim como o assalariamento, quando estes são sujeitos a-sujeitados, absorvidos pelo mercado.

Dessa forma, homens e mulheres se tornam andarilhos a serviço dos ditames do capital e mobilidade do trabalho, conduzindo, assim, imediatamente às condições de existência, acumulação e reprodução do capital por meio da apropriação do mais trabalho, seja ele no campo ou nas cidades.

E em meio à lógica contraditória do capital, cresce simultaneamente a sede da liberdade, sendo que esta só pode ser saciada nos dias atuais por meio de muita luta e resistência. Logo, homens e mulheres se erguem na busca contínua por seus direitos e se juntam com os Movimentos Sociais, seja ele por terra, por moradia, ou por um novo modelo de sociedade, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA, o qual busca lutar contra a lógica imperante e resiste contra a lógica do agronegócio.

Oliveira (2003) ilustra que de um lado está o agronegócio, com sua roupagem moderna, do outro estão os camponeses, que lutam na busca pelos seus direitos. E são pacientes, pois nunca tiveram nada, sabem esperar o momento exato para avançar, para ocupar, para plantar, para recuar, para rearticular-se, vão para a beira de estrada, recuam outra vez, se for necessário, mas não param. Estão em constante movimento, pois acreditam que o futuro lhes pertence.

Um dos principais objetivos do MPA está na busca por um modelo de sociedade mais justa e humana, e que o modelo da agricultura pautado na Soberania Alimentar possa chegar ao campo e às cidades de todo o país. Este modelo de agricultura responsável está na contramão da lógica do capital, diferenciando-se totalmente do modelo pautado no agronegócio.

O sistema de agricultura promovido pelo MPA está totalmente integrado na produção de alimentos saudáveis que tem como objetivo principal um projeto de nação pautado na Soberania Alimentar e o Poder Popular, resgatando a cultura camponesa e respeitando toda diversidade regional.

Contudo, é possível dizer que o campesinato brasileiro/sergipano é um grande exemplo de luta e resistência, tendo em vista que, em meio a inúmeras dificuldades, encontram estratégias para viver e resistir às contradições impostas pela lógica do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão** / Ricardo Abramovay. - 3. ed. - Sao Paulo: Edusp, 2007. 296 p.; 14 x 21 cm Inclui bibliografia. ISBN 978-85-314-1032-1

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo, 2000.

ANDERSON, PERRY, **Balço do neoliberalismo**, (in Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Ricardo Antunes. Campinas/SP, 2004.

BERSANI, Andrei Ricardo dos Santos. **Da terra de trabalho à terra de negócio. O trabalho acessório dos camponeses migrantes temporários do Alto Jequitinhonha**. Andrei Ricardo dos Santos Bersani, e Marco Aurélio da Silva Arlino. 2012

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio**. Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales da Universidade de Barcelona, 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: Trabalho e pobreza das mulheres em território do Agronegócio no Brasil**. 1.ed-Buenos Aires, 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.146-162, set. 2006.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**, Petrópolis/Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2005.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vison, 1974.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**, Economia e Sociedade- Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, n. 5, Dezembro de 1995.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, Capital e a farsa da expansão do Agronegócio**. Revista de Geografia Meridiano, 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A expansão do Agronegócio no campo de Sergipe**, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe (UFS). Aracaju-SE, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1p. 1-152, 2007, João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB-<http://www.okara.ufpb.br>

CONCEIÇÃO, Alexandrina luz. **Estado, Políticas Públicas e o reordenamento Social e territorial do trabalho, in Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal**, orgs. Elisário Souza Andrade e Francisco de Paula Santos da Silva, Salvador; EDUNED, 2012, p. 135-160.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Produção do espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e da exploração da natureza/capítulo do livro – Geografia e Conjuntura brasileira**. Organizadora: Dirce Maria Antunes Suertagaray... 1.ed- Rio de Janeiro, 2017

FABRINI, João Edmilson. **Conflitos Territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. João Edimilson Fabrini, DjarmiRoos. 1.ed. São Paulo. Outras expressões. 2014 (Coleção Geografia em Movimento).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Mimiografado s/ed, datado de 2004.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital**. Editorial estampa, Lisboa, 1977, para língua portuguesa.

HAVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**/David Havey. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves- 3.ed- São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas.-São Paulo: Nova Cultural,1986.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, lógica dialética/** Henri Lefebvre, tradução de Carlos Nelson Coutinho- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri.**A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de espace.4ªed.París. Éditions, 2000. Primeira versão: início -fev.2006.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo a estratogema das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano. O (des) mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificiente**. Dissertação de mestrado defendida no NP GEO/UFS, São Cristóvão, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para se plantar neste verão. O cerco das terras indígenas e das de trabalho no renascimento político no campo**. Editora vozes. Petrópolis/RJ, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: vozes 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do Homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala** São Paulo: Hucitec,2000. ISBN-85-271-0519-5

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite.** Ed. Hucietee. São Paulo, 1989.

MARTIN, Andrey Mirin. **Terra, Trabalho e família: Considerações Sobre a (Re) criação do Campesinato Brasileiro nos Movimento Sociais Rurais.** Revista História em Reflexão: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008.

MARX, Karl, 1818-1883 – **Manifesto do Partido Comunista/Karl Mar, Friedrich Engels** – 1.ed – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica a economia política. Livro I : O processo de produção de capital.** São Paulo. Boitempo, 2013. (Marx-Engels)

MÉSZÁROS, Istvan, 1930- **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição/IstevánMeszáros,** tradução Paulo Cezar. Castanheira, Sérgio Lessa, 1- ed. revista- São Paulo. Boitempo, 2011.

MISNEROVICZ, José Valdir. **Tudo muda e permanece igual: diálogo com um militante sobre as novas formas de criminalização dos movimentos populares no Brasil (entrevista concedida a Carla Benitez Martins),** in Revista InSURgência, Brasília: ano 3, v. 3, n.2, 2017, p. 12-23

MARQUES, Inês Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista Nera-Presidente Prudente, nº12. p.p57-67. Janeiro/2008- ISSN: 1806-6755

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** 1986. ISBN: 85 03 01089 3

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O campo no século XXI- Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI.** Ariovaldo Umbelino de Oliveira- São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As transformações no campo e o agronegócio no Brasil- Barbárie y Modernidade.** Terra Livre, São Paulo, 2003.

PANIAGO, Maria Cristina Soares (organizadora), **Marx, Mézaros, e o Estado,** São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PAULINO, ElianiTomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses/ElianiTomiasi Paulino-** São Paulo: Editora unesp, 2006.

PAULINO, ElianiTomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo/ ElianiTomiasi Paulino, Rosemeire Aparecida de Almeida.** 1-ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.112p. (Geografia em Movimento).

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Assalto a pobreza: Política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014)**. Rev.hist. São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves Rodrigues. **Capital, Estado e a lógica dissimulada das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. Dissertação de Mestrado, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Ricardo Menezes. **Se planta e colhe alimentos neste Sertão: resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto de Soberania alimentar**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2012.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Revista Nera/Presidente Prudente, p10-31- ano 2016.

SÉRGIO, Marleide Maria Santos. **As configurações territoriais na rede das mediações das relações contraditórias entre os movimentos sociais e as instituições políticas**. Tese de Doutorado, defendida no NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2008.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos CEBRAP, nº 26. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes do campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia**. Volume II. Tese defendida na Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio**, Revista PEGADA, 2008.

SOUZA, Dayse Maria. **Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. Dayse Maria Souza; orientadora Alexandrina Luz Conceição, São Cristóvão, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Impresso no Brasil, 1988. ISBN -85-286-0072-6

SILVA, Graziano da. **A modernização dolorosa-Estrutura agrária, fronteira agrícola, e trabalhadores rurais no Brasil**, 1981.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio**, 2008

VELTMEYER, Henry e PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In Campesinato e Territórios em Disputa, orgs.** Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 79 a 117

APÊNDICE I



Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/Mestrado
Título da Dissertação: A mobilidade do Trabalho em Comunidade Camponesa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Alto Sertão Sergipana
Mestranda: Maria Morgana Santos Santana
Orientadora: Alexandrina Luz Conceição

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

1. Identificação do Entrevistado

Nome: _____

Município/Povoado em _____ que reside _____

Sexo: M () F () Idade: _____ Têm filhos: sim () não () Quantos: _____
() Solteiro () Casado () outro

É natural desta localidade? Sim () Não ()
Se não, onde nasceu e há quanto tempo reside nesta localidade?

Naturalidade _____ Tempo _____
Qual atividade exercia antes de sua chegada ao povoado? E qual executa no momento? _____

2. Mobilidade

Depois de sua chegada na Comunidade você já migrou para outra localidade?
SIM () NÃO ()

Se SIM Qualou Quais? _____

Por que migrou? _____

Que atividade exercia? _____

Por que retornou? _____

Está satisfeito(a) com seu local atual de moradia? SIM () NÃO ()

Se Não Por quê? _____

Seus filhos permanecem no campo? Sim () Não ()

Estudam? Sim () Não ()

Querem permanecer no campo? Sim () Não () Por que?

Algum membro de sua família migrou para outra localidade? SIM () NÃO ()

Quantos? _____

Identifique:

Sexo _____ Idade _____ Localidade _____

Sexo _____ Idade _____ Localidade _____

Sexo _____ Idade _____ Localidade _____

Principais motivos que levaram a saída? _____

No caso de já ter migrado:

Você teve ou tem apoio de outras pessoas para trabalhar em outras cidades?

Como é viver e ter que trabalhar em outras cidades para sobreviver e ajudar a família?

Você acha que sair da sua cidade natal para outras cidades, é a única opção para os camponeses?

Quais são as pessoas que mais saem para trabalhar em outras cidades?

MULHERES () HOMENS () Por quê? _____

Qual a faixa etária desses homens ou dessas mulheres que saem para outras cidades?

Quais são os trabalhos que mais absorvem mulheres em outras cidades?

Quais são os trabalhos que mais absorvem homens em outras cidades?

3. - Sobre a Propriedade:

Da terra que trabalha é:

() Proprietário () Posseiro () Arrendatário

Qual o valor do Arrendamento? _____

() Adquirida através de programas de assentamento e/ou reforma agrária;

A terra que trabalha dá para o sustento da família?

SIM () NÃO () () Precisa arrendar mais terra.

Se não por quê? _____

3- Na terra que trabalha:

() Trabalha sozinho () Trabalha com a ajuda da família () Contrata trabalhadores para ajudar.

3.1 Se ocorrer contratação de trabalhadores:

() Contrato Temporário () Contrato Permanente

Que tipo de contrato? _____

Se temporário, em que período: _____

Quantos Contratados? _____

3.2 Qual o valor pago? _____ () Diária () Semanal () Mensal

OBS: _____

4. - Na terra em que trabalha cultiva:

() Somente cultivos alimentícios para a família;

() Somente cultivos alimentícios para a família e o excedente (o que sobra) vende;

Onde Vende? () Feira Local () CEASA () Feira Regional () Supermercado () Atravessador

() Somente cultivos para atender o mercado (indústria, supermercados) Principais compradores?

() Parte da terra com cultivos para alimentar a família e parte da terra para atender o mercado. Por quê? _____

Quais os cultivos são plantados na terra atualmente:

() Feijão; () Milho; () Mandioca; () Laranja; () Abacaxi;

() Fumo; () Pimenta para a indústria; () Maracujá; () Limão;

() Fava; () Macaxeira; () Inhame; () Outros.

Usa agrotóxico? Sim () Não () Por quê?

Quais produtos

Há mecanização? Sim () Não () - Se sim, () Aluguel () Parceria () Uso coletivo () Emprestada

A mecanização melhorou o trabalho? Sim () Não ()

Qual o custo do maquinário voltado para o campo? _____

Todos os camponeses da comunidade têm acesso ao uso de tecnologia?

SIM() NÃO () Se, não explique o motivo?

Há incentivos do Estado para implementação tecnológica para os pequenos produtores? Se sim, quais são os principais incentivos ou políticas públicas?

Quais as Políticas Públicas? _____

Já precisou retirar algum empréstimo em banco para fazer sua plantação?

SIM () NÃO ()

Se, sim quais exigências que você teve que se submeter para fazer esse empréstimo?

E esses empréstimos ajudaram ou prejudicaram a unidade camponesa de produção? Se sim, quais problemas acarretam?

Você ou algum membro da família continua fazendo empréstimos para continuar produzindo na terra?

SIM() NÃO () Por quê? _____

Têm ocorrido perda da produção de alimentos? Sim () Não ()

Se sim, quais problemas acarretam? _____

Após os empréstimos a comunidade continua plantando os mesmos alimentos, que em outro momento, ou observa-se o crescimento de produtos específicos?

5- Atividades Complementares

5.1 A renda obtida com o cultivo da terra é suficiente para a manutenção familiar? Sim () Não ()

5.2 Complementa a renda? Sim () Não () Se sim, formas de complemento da Renda () Com aposentadoria própria () Políticas públicas (Bolsa Família e outros)

() Trabalho em outras propriedades () Trabalho em outro setor na cidade

() Pensão () Venda de Animal () Criação () Venda de doce

Há quanto tempo? Quantos membros estão envolvidos?

OBS: _____

8- Sobre o MPA

8.1-Já ouviu falar do MPA? Sim () Não ()

8.2 - Participa do MPA? Sim () Não ()

8.3 - Conhece outro tipo de Movimento além do MPA? Sim () Não () Qual? _____

8.4-Já participou de outro Movimento? Sim () Não () Se sim, qual? _____

8.5 – Sua participação no MPA é: efetiva () temporária ()

8.6- O que te levou a participar do MPA? _____

9- Você se reconhece como camponês ou agricultor familiar?

CAMPONÊS () AGRICULTOR FAMILIAR () OUTRO () Por que se identifica com o escolhido? _____

10- Qual a importância do MPA para a agricultura camponesa?

